

REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA: A PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS E O MERCADO DA CAPITAL FEDERAL*

Maria Elisabeth de Paiva Correa de Sá**
Marília de Saldanha da Gama Lanzelotte Chmatalik**
Tereza Coni Aguiar**

SUMÁRIO

Apresentação

- 1 — *A produção de bens alimentares básicos e hortícolas da Região Geoeconômica de Brasília e o mercado consumidor da Capital Federal*
- 2 — *Metodologia*
- 3 — *A Região Geoeconômica de Brasília*
- 4 — *Pequena produção de bens alimentares básicos e hortícolas — um segmento produtivo marginalizado*
- 5 — *Conclusão*
- 6 — *Anexos*
- 7 — *Bibliografia*

APRESENTAÇÃO

Tendo sido criada, através do Programa Especial do Governo do Distrito Federal, com o objetivo básico de dinamizar a região de influência dessa Unidade Federativa, a Região Geoeconômica de Brasília se configura como aquela que possui importantes áreas agrícolas, como as

* A elaboração deste trabalho contou ainda com a participação de Angélica Alves Magnago (coordenadora na etapa inicial do trabalho), Iaci Leandro Ferreira e Luiz Sérgio Pires Guimarães.

** Analistas Especializados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

de Anápolis, Goiânia e Ceres e, também, por apresentar grandes espaços que englobam áreas de cerrados e de mata, potencialmente aproveitáveis para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Não obstante a presença de uma produção agrícola significativa e da relativa proximidade das áreas produtoras ao mercado da Capital Federal, esta, ainda, apresenta problemas quanto o seu abastecimento em gêneros alimentícios, notadamente no que se refere aos produtos hortícolas. O conhecimento desse fato motivou a elaboração do presente estudo, com o objetivo específico de verificar os motivos pelos quais a pequena produção de bens alimentares básicos e hortícolas não tem apresentado um desenvolvimento capaz de contribuir, de uma forma mais efetiva, para atenuar os problemas de abastecimento da Capital Federal.

Desta forma, a pesquisa que se desenvolveu no período 1979/1982, voltou-se para o conhecimento da organização da atividade agrária na Região, bem como dos fatores impeditivos para a expansão da produção agrícola, limitando-se, entretanto, aos pequenos e médios produtores (estabelecimentos com área inferior a 200 hectares), em virtude de serem esses os principais responsáveis pela produção de bens alimentares básicos e hortícolas.

1 — A PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA E O MERCADO CONSUMIDOR DA CAPITAL FEDERAL

A transferência da Capital Federal para o Planalto Central teve como um dos objetivos a criação de um pólo difusor de desenvolvimento capaz de dinamizar a sua região mais próxima. Entretanto, esta interiorização não foi acompanhada de um planejamento regional que permitisse o crescimento econômico dessa Região. Apesar do grande surto de crescimento populacional, que se verificou em Brasília, este não correspondeu a igual expansão da atividade agropecuária regional, que permaneceu incapaz de atender às necessidades locais de consumo.

Desta forma, embora existam, hoje, na Região Geoeconômica de Brasília, áreas agrícolas expressivas, voltadas para a produção de bens alimentares básicos¹ e de hortícolas, estas não são suficientes para um eficiente atendimento do mercado consumidor de Brasília², que ainda é bastante dependente de outras regiões produtoras do País.

Assim é que a existência de áreas agrícolas já organizadas, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, permitiu o suprimento da Capital Federal em produtos alimentares básicos e, especialmente hortícolas, desde a época da criação de Brasília, perdurando esta situação até os dias de hoje. Verificou-se, então, a formação de canais de comercialização em direção à Capital Federal, assegurando a essas áreas o

¹ Foram considerados bens alimentares básicos, na presente pesquisa, o feijão, o arroz, o milho e a mandioca por serem os mais importantes produtos da dieta alimentar da população de classe de renda mais baixa.

² Considera-se como mercado consumidor de Brasília aquele abrangido pelo *Plano Piloto e Cidades Satélites*.

papel de importantes fornecedoras do mercado consumidor de Brasília. Em conseqüência, os pequenos produtores agrícolas da Região Geoeconômica encontraram, desde essa época, grandes dificuldades para colocar seus produtos nesse mercado.

Ademais, o fato de a produção de alimentos destinados ao mercado interno estar apresentando, nos últimos anos, um ritmo de crescimento, consideravelmente menor do que o verificado para as culturas de exportação, vem agravar, bastante, esta situação. De fato, a política de estímulo às exportações de bens agrícolas beneficiados a partir da segunda metade da década de 60, através da criação de linhas especiais de crédito a juros subsidiados, concessão de isenções tributárias e de créditos-prêmios às exportações pode ter trazido, como conseqüência, entre outras medidas, um processo de marginalização da produção de alimentos para o mercado interno, provocando crises de abastecimento. Inúmeros fatores contribuíram para acentuar a diferença de rentabilidade entre esses dois segmentos da agricultura, em favor dos bens agrícolas de exportação. Cabe, aqui, ressaltar que esta diferença trouxe conseqüências bastante visíveis, principalmente, no que tange à utilização da terra, havendo uma apropriação das áreas mais férteis e melhor localizadas por parte da produção mais rentável de bens para exportação. Verifica-se, assim, que a produção de alimentos para o abastecimento interno se encontra num processo onde as precárias condições sócio-econômicas dos pequenos produtores, responsáveis por esta produção, estão também ligados à expulsão desta atividade para terras menos férteis e distantes, o que acentua, cada vez mais, o baixo rendimento físico dessas culturas. Acresce, ainda, o fato de que — como outras cidades em intenso processo de urbanização — Brasília vem recebendo todos os anos um expressivo fluxo migratório, de origem rural, que não encontrando na região um mercado de trabalho capaz de absorvê-lo plenamente, acaba gerando sérios problemas de marginalização. Dessa forma, o estímulo ao setor agrícola — mais especialmente à lavoura, que é a atividade primária com maior capacidade de absorção de mão-de-obra — é uma forma de ampliar o mercado de trabalho regional, bem como de manter a população nas áreas rurais, constituindo-se em importante alternativa no sentido da dinamização da economia regional. Além disso, deve-se ainda considerar que com os atuais problemas — advindos da crise do petróleo, de âmbito nacional — o fornecimento de bens alimentares, principalmente de hortícolas, pela região mais próxima do mercado consumidor, concorre, também, para sensível redução dos gastos no transporte desses bens, o que levaria a um possível barateamento dos preços desses produtos.

Desde a implantação da Capital Federal, o seu mercado consumidor vem apresentando grande expansão, uma vez que, em 1960, atingia 136.889 habitantes; em 1970, compreendia 533.768 e, em 1976, segundo estimativas da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), era da ordem de 923.822 habitantes. Essa população encontra-se distribuída entre o *Plano Piloto*, constituído pela Cidade de Brasília, e as *Cidades Satélites*, caracterizando-se, estas últimas, como

áreas de maior concentração populacional, conforme pode-se observar na tabela a seguir (Tabela 1):

TABELA 1
POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E CIDADES SATÉLITES
1960-1976

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO					
	1960		1970		1976	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
TOTAL	136 889	100	533 768	100	923 822	100
Plano Piloto.....	77 728	56	236 477	44	250 189	27
Cidades Satélites.....	59 161	44	297 291	56	673 633	73

FONTE — Extraída de Aldo Paviani & Ignez Costa Barbosa Ferreira. Brasília — organização interna da cidade. Revista Brasileira de Planejamento, (4), 1977.

Os dados apresentados indicam, também, que desde a criação da Capital Federal, a distribuição da população do *Plano Piloto* e das *Cidades Satélites* vêm se alterando. Enquanto, em 1960, a população do *Plano Piloto* correspondia a 56% da população total do Distrito Federal, verifica-se que esse percentual vem apresentando decréscimo nos anos seguintes, correspondendo a 44 e 27%, em 1970 e 1976, respectivamente. Já a população das *Cidades Satélites*, que, em 1960, compreendia 44% do total do Distrito Federal, tem apresentado aumento da participação na população total, passando de 56 à 73%, em 1970 e 1976, respectivamente, o que evidencia a concentração do mercado consumidor de Brasília na periferia da Cidade.

É interessante, entretanto, distinguir a estrutura populacional dessas duas subáreas. A composição funcional da população do *Plano Piloto*, constituída, na sua maioria, por funcionários do Governo e profissionais liberais, confere-lhe uma estrutura de consumo com predomínio da classe de renda mais elevada. Nas *Cidades Satélites*, verifica-se o oposto, havendo predominância da população de classe de renda mais baixa. Segundo Aldo Paviani e Ignez Costa Barbosa Ferreira³, em decorrência do processo de urbanização de Brasília, criou-se um padrão de estrutura de renda na Cidade, no qual as desigualdades sócio-econômicas são uma das características básicas. Ainda, para esses autores, “enquanto que os núcleos periféricos não ultrapassam a renda per capita anual de Cr\$ 4.000,00, predominando rendas inferiores a Cr\$ 2.000,00, o *Plano Piloto* atinge a quase Cr\$ 12.000,00, a preços de 1973”⁴, (Tabela 2). A estrutura de consumo, identificada por estes autores, manteve-se inalterada até os dias de hoje, o que se rebate na existência de dois comportamentos distintos no mercado consumidor de Brasília. Um deles corresponde aos consumidores cuja dieta alimentar é diversificada, apoiada num consumo expressivo de proteínas de origem animal, além de maior consumo de produtos hortícolas; o outro, fundamenta sua dieta em reduzido número de produtos, especialmente, os

³ Aldo Paviani & Ignez C. B. Ferreira. Brasília — organização interna da cidade. Revista Brasileira de Planejamento, (4), 1977.

⁴ O salário mínimo médio, no Distrito Federal, no ano de 1973, era da ordem de Cr\$ 301,00.

alimentares básicos, notadamente o arroz e o feijão, tendo as proteínas de origem animal presença reduzida no consumo desta classe da população.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO, POR CLASSES DE RENDA BRUTA FAMILIAR MENSAL, SEGUNDO AS LOCALIDADES
DISTRITO FEDERAL — 1973

LOCALIDADES	DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES DE RENDA BRUTA FAMILIAR MENSAL					
	Total		A (Menos de Cr\$ 700)		B (Cr\$ 701 a Cr\$ 1 402)	
	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)
TOTAL	6 298	100,0	2 336	37,1	1 733	27,5
Plano Piloto.....	1 720	100,0	98	5,1	259	15,1
Guará.....	430	100,0	120	27,9	168	39,1
Núcleo Bandeirante.....	216	100,0	78	36,1	70	32,4
Taguatinga.....	1 452	100,0	565	38,9	531	36,6
Ceilândia.....	317	100,0	226	71,3	81	25,6
Sobradinho.....	611	100,0	271	44,4	207	33,9
Planaltina.....	214	100,0	149	69,6	51	23,8
Gama.....	1 210	100,0	740	61,2	330	27,3
Brazilândia.....	128	100,0	89	69,5	36	28,1

LOCALIDADES	DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES DE RENDA BRUTA FAMILIAR MENSAL					
	C (Cr\$ 1 403 a Cr\$ 2 400)		D (Cr\$ 2 401 a Cr\$ 4 505)		E (Mais de Cr\$ 4 505)	
	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)
TOTAL	915	14,5	735	11,7	579	9,2
Plano Piloto.....	355	20,6	500	29,1	508	29,5
Guará.....	86	20,0	45	10,5	11	2,6
Núcleo Bandeirante.....	50	18,5	16	7,4	12	5,6
Taguatinga.....	225	15,5	98	6,8	33	2,3
Ceilândia.....	9	2,8	1	0,3	—	—
Sobradinho.....	79	12,9	45	7,4	9	1,5
Planaltina.....	11	5,1	3	1,4	—	—
Gama.....	107	8,8	27	2,2	6	0,5
Brazilândia.....	3	2,3	—	—	—	—

FONTE — Companhia de Desenvolvimento do Plano Central (CODEPLAN) — Pesquisa das Rendas Familiares — 1973.

De fato, apenas dois produtos alimentares básicos — o feijão e o arroz — correspondem a, aproximadamente, 32% dos gastos efetuados com alimentação pelas famílias que compõem a classe de despesa mais baixa (menos de Cr\$ 6.800 anuais). No entanto, o consumo desses produtos, nas classes de despesa mais elevada (mais de Cr\$ 67.799 anuais), não atinge 7%⁵. Ao mesmo tempo verifica-se, que, nesta

⁵ O salário mínimo médio, no Distrito Federal, no ano de 1975, era da ordem de Cr\$ 493,80.

última classe, 49% da despesa com alimentação são absorvidos em gastos com produtos de origem animal, enquanto esses itens não atingem 28% de despesa com alimentação, na classe mais baixa. Com relação ao consumo de produtos hortícolas também ocorre significativa diferença entre o consumo das classes de despesa *mais baixa* e *mais elevada*, sendo da ordem de 4,61% para as primeiras e de 7,53% para as últimas (Tabela 3).

TABELA 3

DESPESA MONETÁRIA CORRENTE DA FAMÍLIA, COM ALIMENTAÇÃO, POR CLASSES DE DESPESA, SEGUNDO OS PRODUTOS — DISTRITO FEDERAL — 1975

ESPECIFICAÇÃO	CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA DE CONSUMO NA ALIMENTAÇÃO (Cr\$)							
	Menos de 6 800		De 6 800 a 8 999		De 9 000 a 13 599		De 13 600 a 15 799	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Despesa monetária de consumo.....	4 010		7 398		10 473		13 675	
Alimentação.....	1 702	42,3	4 473	42,8	4 473	42,7	5 438	39,8
Arroz.....	346	20,3	584	18,5	729	16,3	784	14,4
Milho.....	13	0,8	16	0,5	32	0,7	43	0,8
Batata-inglesa.....	19	1,1	34	1,1	67	1,5	84	1,5
Mandioca.....	3	0,2	3	0,1	7	0,2	13	0,2
Outos tubérculos.....	5	0,3	14	0,4	17	0,4	22	0,4
Feijão.....	192	11,3	275	8,7	356	8,0	359	6,6
Outras leguminosas.....	0	0,0	—	—	2	0,0	4	0,1
Oleaginosas.....	0	0,6	3	0,1	5	0,1	6	0,1
Couve e repolho.....	3	0,2	7	0,2	8	0,1	12	0,2
Outras verduras.....	4	0,2	7	0,2	11	0,2	19	0,3
Tomate.....	15	0,9	25	0,8	49	1,1	69	1,3
Abóbora e abobrinha.....	5	0,3	11	0,3	22	0,5	25	0,5
Cebola.....	15	0,9	27	0,9	38	0,8	54	1,0
Outros legumes e raízes.....	13	0,8	19	0,6	34	0,8	42	0,8
Carnes e pescados.....	323	19,0	757	23,9	1 085	24,3	1 524	28,0
Ovos, leite e queijo.....	138	8,1	305	9,6	486	10,9	616	11,3

ESPECIFICAÇÃO	CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA DE CONSUMO NA ALIMENTAÇÃO (Cr\$)									
	De 15 800 a 22 599		De 22 600 a 31 599		De 31 600 a 45 199		De 45 200 a 67 799		Mais de 67 799	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Despesa monetária de consumo.....	17 402		25 574		34 043		49 083		81 261	
Alimentação.....	6 390	36,7	7 970	32,4	8 890	26,1	10 047	20,5	13 020	14,8
Arroz.....	850	13,3	880	11,0	790	8,9	701	7,0	647	5,0
Milho.....	39	0,6	58	0,7	41	0,5	80	0,8	73	0,6
Batata-inglesa.....	110	1,7	147	1,8	198	2,2	223	2,2	298	2,3
Mandioca.....	12	0,2	16	0,2	20	0,2	21	0,2	14	0,1
Outros tubérculos.....	25	0,4	38	0,5	51	0,6	50	0,5	59	0,5
Feijão.....	375	5,8	356	4,5	305	3,4	282	2,9	241	1,9
Outras leguminosas.....	5	0,1	12	0,2	22	0,2	30	0,3	64	0,5
Oleaginosas.....	12	0,2	24	0,3	49	0,6	60	0,6	91	0,7
Couve e repolho.....	16	0,3	24	0,3	26	0,3	46	0,5	53	0,4
Outras verduras.....	23	0,4	34	0,4	48	0,5	57	0,6	95	0,7
Tomate.....	90	1,4	118	1,5	138	1,6	155	1,5	177	1,4
Abóbora e abobrinha.....	28	0,4	38	0,5	42	0,5	49	0,5	42	0,3
Cebola.....	62	1,0	81	1,0	87	1,0	87	0,9	107	0,8
Outros legumes e raízes.....	55	0,9	81	1,0	92	1,0	138	1,4	156	1,2
Carnes e pescados.....	1 870	29,2	2 425	30,4	2 901	32,7	3 296	32,8	4 392	33,8
Ovos, leite e queijo.....	712	11,1	923	11,9	1 090	12,3	1 394	13,9	1 959	15,0

FONTE — Despesas das Famílias, Região VI — ENDEF — Distrito Federal — 1975 — IBGE.

Entretanto, a compreensão do processo de abastecimento, não se restringe, apenas, ao estudo do mercado consumidor, uma vez que outras etapas do processo, tais como a produção, o beneficiamento e a comercialização dos produtos são, igualmente, relevantes. Não obstante, a grande parte dos estudos já realizados sobre abastecimento focaliza a fase final do processo — a chegada do produto agrícola ao seu mercado consumidor. Este enfoque tem sido responsável por medidas que não atingem, de maneira ampla, o problema do abastecimento, por não considerar a produção agrícola parte integrante deste processo.

Segundo Volpi “é tremendamente ilusório e simplista considerar que a simples instalação de um local, adequado à comercialização de hortigranjeiros CEASA, é medida suficiente para aumentar e dinamizar a produção local. Pelo contrário, a concentração espacial da demanda na CEASA, provavelmente, favorece mais aos produtores organizados de outros Estados (como é o caso da Cooperativa de Cotia, de São Paulo) do que aos pequenos pulverizados e desorganizados produtores locais”⁶. Esta afirmação, relativa aos produtos hortigranjeiros, é válida, também, para os produtos alimentares básicos, uma vez que, de nada adiantaria — para solucionar o problema do abastecimento de centros urbanos — a implementação de políticas de melhoria de distribuição dos produtos, se não se efetuassem, paralelamente, políticas de incentivos à produção. Portanto, embora seja do consenso que o abastecimento é um problema exclusivamente urbano, na realidade ele deve ser tratado de forma mais abrangente, considerando-se que não se resume na disponibilidade do produto ao consumidor, mas envolve uma série de atividades, entre as quais, a produção.

Neste sentido, o estudo da organização da produção agrícola na Região Geoeconômica de Brasília objetiva compreender os fatores que limitam a sua participação no abastecimento dos centros urbanos regionais.

Sabe-se que a política agrícola brasileira tem estimulado mais os grandes produtores, por questões institucionais e estruturais, através de diversas medidas que permeiam todo o processo produtivo, principalmente, na concessão do crédito agrícola. Conseqüentemente, com relação aos pequenos produtores, verifica-se que têm reduzido acesso a tais medidas, o que, conseqüentemente, os coloca numa posição marginalizada na economia agrícola nacional. Não obstante, estudos comprovam que os pequenos produtores são responsáveis por significativa parcela do abastecimento dos mercados urbanos, desempenhando, por essa razão, importante papel na agricultura brasileira. Este fato pode ser constatado, por exemplo, no Estado de Goiás, onde se verifica que são os estratos de área mais baixos até 200 hectares, os principais responsáveis pela produção de bens alimentares básicos e hortícolas. Exceção-se, apenas, o arroz e o milho, que — por serem cultivados tanto pelos grandes, quanto pelos pequenos produtores — apresentam produção significativa nos estratos de área superior a 200 hectares (Tabela 4).

Por outro lado, o processo produtivo desses bens é fortemente afetado pela estrutura de renda da maior parte da população brasileira, que se caracteriza pelo baixo poder aquisitivo. Devido a este fato, “o estímulo que o desenvolvimento urbano-industrial deveria propor-

⁶ Julio Cesar Volpi. O abastecimento metropolitano e a produção agrícola. *Revista Brasileira de Planejamento*, (5), 1977.

TABELA 4

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, POR GRUPOS DE ÁREA, SEGUNDO OS
PRODUTOS — GOIÁS — 1975**

PRODUTOS	PRODUÇÃO								
	Total (t)	Menos de 20 ha		20 a menos de 200 ha		200 a menos de 2 000 ha		Mais de 2 000 ha	
		Absoluta (t)	Relativa (%)	Absoluta (t)	Relativa (%)	Absoluta (t)	Relativa (%)	Absoluta (t)	Relativa (%)
Arroz.....	1 100 127	115 867	10,5	400 033	36,3	463 924	42,2	120 453	10,9
Feijão.....	76 277	13 065	17,1	36 875	48,3	23 210	30,4	3 127	4,1
Mandioca.....	74 056	9 428	12,7	36 953	51,2	22 916	30,9	3 759	5,1
Milho.....	1 090 186	79 009	7,2	418 201	38,2	520 134	47,7	72 042	6,7
Alface.....	3 311	3 131	94,5	168	5,1	10	0,3	2	0,1
Repolho.....	1 220	633	52,7	503	41,9	39	3,2	45	3,7
Chuchu.....	573	445	77,7	556	97,0	17	0,7	—	—
Cenoura.....	527	346	65,6	131	24,8	50	9,5	0	0

FONTE — Censo Agropecuário — 1975 — Goiás, IBGE.

cionar às áreas rurais através dos mecanismos de preços (aumento da demanda → aumento do preço → aumento da oferta), não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos: é que o preço dos gêneros não pode elevar-se devido ao baixo poder aquisitivo da maior parte da população⁷. Neste sentido, acredita-se que o tabelamento dos preços dos alimentos básicos, medida governamental destinada a conter as elevações indesejadas dos preços desses produtos, tendo em vista, principalmente, evitar pressões adicionais sobre os salários urbano-industriais, estaria contribuindo, também, para o agravamento da situação sócio-econômica dos pequenos produtores. De fato, a utilização desta medida, inibidora da natural elevação dos preços internos dos alimentos, assim como a de mecanismos, tais como: a venda de eventuais estoques governamentais ou a importação de produtos com vistas a complementar a oferta interna, não estariam levando em consideração a necessidade de preservar a renda do produtor rural. Estas medidas estariam, portanto, contribuindo cada vez mais para a apropriação, a taxas elevadas, das áreas mais férteis por parte das culturas de exportação, que recebem os estímulos provenientes de preços relativamente mais elevados do mercado internacional, tornando, pois, o seu plantio, uma atividade mais rentável. Conseqüentemente, a produção de alimentos básicos fica restrita aos pequenos produtores descapitalizados e localizados espacialmente de forma dispersa, que, utilizando-se de mão-de-obra familiar, produzem para a sua subsistência e, eventualmente, colocam o excedente dessa produção no mercado. Este excedente surge em função da necessidade de o produtor adquirir produtos ou bens não produzidos em seu estabelecimento, e desempenha papel importante no abastecimento dos centros urbanos. Considerando-se o aspecto disperso da pequena produção, entende-se, assim, a presença de grande número de intermediários que viabilizam a chegada do produto ao mercado consumidor. Estes, ao se beneficiarem da elevação dos preços, não permitem que o produtor usufrua do

⁷ José Francisco Graziano da Silva & Orivaldo Queda. Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. In: Jaime Pinsky, *Capital e Trabalho no Campo*.

estímulo-preço do mercado e contribua para que o mesmo permaneça, cada vez mais, descapitalizado.

Essa situação se agrava na medida em que dispondo de pequena extensão de terra, e não tendo acesso a novas técnicas, a métodos racionais de cultivo e à informação, bem como ao crédito rural, os pequenos produtores são levados a usar a terra de forma contínua, utilizando métodos tradicionais — o que reduz progressivamente os níveis de produtividade. Em conseqüência, reduz-se o excedente comercializável, sendo, via de regra, necessário que o produtor venda sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Na região, as tendências deste processo descrito são: a substituição da lavoura pela pecuária leiteira, atividade que pode ser praticada em pequenos estabelecimentos; e, a venda do estabelecimento, com saída do produtor do campo, que vislumbra a cidade como sua última opção.

A mudança da atividade agrícola para uma atividade criatória, além de ser conseqüência do processo de marginalidade da pequena produção de bens básicos, pode ser considerada, também, como um fator que contribui para diminuir, ainda mais, a participação da região no abastecimento dos mercados urbanos regionais e, mais especificamente, o de Brasília.

Considerando-se a pequena produção, voltada para os produtos hortícolas, verifica-se a existência de características distintas daquelas apresentadas pela pequena produção de bens alimentares básicos. Como os produtos hortícolas são consumidos pela população de maior poder aquisitivo, os produtores se beneficiam do estímulo proveniente dos melhores preços que esses produtos alcançam no mercado consumidor, permitindo a capitalização da produção. No entanto, os hortícolas, por sua alta perecibilidade e por serem mais vulneráveis às oscilações de preço no mercado, geram uma situação de insegurança, uma vez que, sujeitam seus produtores, muitas vezes, a grandes perdas da produção.

Em decorrência deste fato, verifica-se que os estabelecimentos dedicados à horticultura — ao contrário daqueles voltados para a produção de alimentos básicos — tendem a se localizar mais próximos aos centros urbanos. De fato, na Região Geoeconômica de Brasília as áreas rurais em torno dos seus principais centros urbanos — Anápolis e Goiânia — vêm, recentemente, se desenvolvendo da mesma forma que os núcleos rurais do Distrito Federal e as áreas rurais dos seus municípios limítrofes, nos quais a produção de hortícolas tem crescido de forma significativa, em relação às necessidades do mercado consumidor de Brasília.

A horticultura caracteriza-se, ainda, por apresentar nível tecnológico, geralmente, elevado; e, estar, também, sujeita à ação de intermediários, no processo de comercialização de sua produção. Predomina nos estabelecimentos hortícolas a mão-de-obra familiar, embora seja expressivo o emprego de trabalhadores assalariados.

Considerando-se as formulações teóricas abordadas, bem como a problemática que envolve a produção de bens alimentares básicos e hortícolas, em função do mercado consumidor de Brasília, foram levantadas as seguintes hipóteses como diretrizes do presente trabalho:

1 — os custos de produção de bens alimentares básicos e hortícolas, por serem mais elevados na Região Geoeconômica de Brasília do

que nas outras áreas fornecedoras desses bens para o mercado da Capital Federal, não permitem aos produtores regionais competir com os dessas áreas abastecedoras e, portanto, participar mais efetivamente do processo de abastecimento de Brasília;

2 — a existência de canais de comercialização, estruturados desde a criação de Brasília, dificulta a participação dos produtores regionais no abastecimento de seu mercado;

3 — os pequenos produtores que participam do processo de abastecimento de Brasília tornam-se, cada vez mais, descapitalizados e impossibilitados de ampliar sua produção, devido à ação de intermediários que atuam no sentido de se apropriar de eventuais estímulos-preço do mercado;

4 — os pequenos produtores da Região Geoeconômica de Brasília, além da baixa disponibilidade de recursos próprios, não vêm recebendo estímulos suficientes de órgãos competentes, para desenvolver a produção de bens alimentares básicos e de hortícolas; essa falta de estímulos é responsável pela pouca utilização de novas técnicas e métodos racionais de cultivo, escassa utilização do crédito rural, venda eventual da força de trabalho e produção, voltada, quase que exclusivamente, para a subsistência, levando-os a uma reduzida participação no processo de abastecimento de Brasília;

5 — a mudança de atividades ligadas à lavoura para atividades criatórias é um fator que contribui para que os produtores rurais, da Região Geoeconômica de Brasília, tenham participação, cada vez menor, no processo de abastecimento do mercado regional e, mais especificamente, da Capital Federal, em gêneros alimentares básicos e hortícolas.

2 — METODOLOGIA

O desenvolvimento da presente pesquisa foi baseado no levantamento de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), bem como em trabalho de campo realizado na área de estudo.

Através dos dados secundários, foram selecionados os produtos agrícolas, considerados alimentares básicos, e os hortícolas, estabelecido o balanço entre a produção agrícola e a demanda regional e feito, ainda, um estudo evolutivo da organização da atividade agrícola, da Região, no período 1960, 1970 e 1975.

Por meio da pesquisa direta, foram levantadas informações sobre o processo de abastecimento vigente na Capital Federal, através de contatos com órgãos específicos e, ainda, junto aos produtores locais, foram detectados os fatores limitantes da pequena produção da Região.

A delimitação da área, a ser efetivamente pesquisada, o estudo comparativo de custos de produção e a elaboração do questionário foram, inicialmente, desenvolvidos em gabinete, tendo sido feitos, entretanto, ajustes necessários em função de informações obtidas na pesquisa direta.

2.1 — Delimitação da área de estudo

Considerando-se, não apenas a grande extensão da Região Geoeconômica de Brasília, bem como os recursos disponíveis para a execução da pesquisa direta, tornou-se extremamente importante a delimitação da área a ser efetivamente estudada. Dessa forma, foram selecionadas — com base em dados censitários e tendo os municípios como unidades de observação — quatro variáveis, através das quais seriam construídos indicadores que definiriam a área que, realmente, apresentasse maior expressividade em relação à atividade agrícola.

Considerando-se que os pequenos estabelecimentos concentram a produção de bens alimentares básicos e hortícolas, foi fundamental considerar variáveis relativas à estrutura fundiária, as quais definiriam aqueles municípios onde se verificasse o predomínio das classes de estabelecimento de menor dimensão.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é o estudo da produção de gêneros alimentares, bem como a análise dos fatores que impedem a expansão dessa atividade, foram utilizadas variáveis, ligadas ao uso da terra, relativas às áreas de lavouras e de terras aproveitáveis. Estas indicam, não apenas os municípios onde se destacam atividades ligadas à lavoura, mas também aqueles onde existem possibilidades de expansão da atividade agrícola, em termos espaciais. Por outro lado, são, ainda, as atividades agrícolas as que têm melhores condições de absorver mão-de-obra, constituindo-se naquelas que apresentam maiores contingentes de pessoal ocupado, sendo, também, responsáveis pelo maior adensamento de população rural, razão pela qual, essas duas variáveis, foram, também, selecionadas como critério para a delimitação da área de estudo. Os indicadores construídos foram:

a - participação percentual do número de pequenos e médios estabelecimentos, no número total de estabelecimentos, em cada município. Para a construção desse indicador, foram determinadas classes de área para os estabelecimentos, através da Curva de Lorenz, chegando-se aos seguintes estratos para a Região:

- pequenos estabelecimentos: 0 a menos 20 hectares;
- médios estabelecimentos: 20 a menos 200 hectares;
- grandes estabelecimentos: 200 a menos 2.000 hectares;
- muito grandes estabelecimentos: mais de 2.000 hectares.

b - Participação percentual das áreas de lavouras, na área total dos estabelecimentos;

c - participação percentual das áreas de terras aproveitáveis, na área total dos estabelecimentos;

d - participação percentual do pessoal ocupado na atividade agropecuária, no total da população rural residente, em cada município.

Foi, ainda, estabelecida a média regional para cada um desses indicadores, o que permitiu selecionar os municípios que apresentassem valores iguais ou superiores a essa média. O estabelecimento de classe, para o mapeamento desses indicadores, foi feito através de tercís. A cada classe determinada foram atribuídos pesos que variaram da seguinte forma: a classe mais elevada, recebeu peso 3; a intermediária,

peso 2; e a classe mais baixa recebeu peso 1. Para definição da área de estudo foram considerados aqueles municípios que obtiveram peso máximo em, pelo menos, dois indicadores. Deste modo, foram selecionados nove Municípios: Nova Veneza, Nova Roma, Ceres, Carmo do Rio Verde, Mambai, Anicuns, Rubiataba, Rialma e Campo Alegre de Goiás. Foi realizada uma viagem de reconhecimento nesses Municípios, por meio da qual obtiveram-se informações complementares às dos dados censitários, principalmente junto à EMATER, que serviram de base para a seleção definitiva da área de estudo. Estas informações dizem respeito, principalmente, às condições físicas favoráveis à implantação de lavouras e aos produtos alimentares básicos e hortícolas mais adaptáveis a essas condições.

Através das informações obtidas, nessa fase de pesquisa direta, constatou-se que, com relação aos municípios em que a atividade agrícola já se apresenta organizada, a seleção feita em gabinete, por meio de dados censitários, mostrou-se satisfatória, sendo necessárias alterações apenas no sentido de serem englobados municípios que, além de apresentarem características semelhantes, apresentassem, também, contigüidade espacial. Por este motivo, foram incluídos Nerópolis e Anápolis que, junto com Nova Veneza, formam uma área de produção hortícola bastante expressiva para o abastecimento dos centros regionais, especialmente, Goiânia e Brasília. Os Municípios de Ceres, Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Rialma, selecionados através dos dados censitários, formam um outro conjunto de área agrícola já consolidada, que parece apresentar grande homogeneidade, em termos do tipo de exploração agrícola, o que permitiu selecionar apenas dois Municípios — Ceres e Carmo do Rio Verde — por serem considerados representativos dessa unidade. Foram ainda incluídos: Pires do Rio, por constituir-se num prolongamento da região agrícola de Ceres-Anápolis, uma vez que, nesse Município, já se verifica a introdução de horticultura e Posse, que além de já contar com expressiva produção de arroz, destinada ao abastecimento de Brasília, possui terras disponíveis e solo apropriado para a expansão dessa lavoura e de outros produtos alimentares básicos. Por outro lado, foi excluído o Município de Anicuns, uma vez que não se constatou, ao seu redor, nenhum município com atividade agrícola expressiva.

Portanto, através das verificações, nessa fase, chegou-se a uma área de estudo que abrange os seguintes Municípios: Ceres, Carmo do Rio Verde, Anápolis, Nerópolis, Nova Veneza, Pires do Rio e Posse.

2.2 — Seleção dos produtos agrícolas relevantes para o abastecimento do mercado de Brasília

Considerando-se a diretriz da pesquisa, tornou-se necessária a seleção dos bens alimentares básicos e hortícolas que tivessem maior representatividade no mercado consumidor da Capital Federal. Com este objetivo, procedeu-se a uma seleção, cujo critério se baseou no consumo por comensal/ano igual ou superior a 1,5 kg e/ou na participação da despesa com alimentação, por família, com total anual acima de Cr\$ 20⁸. Dessa forma, foram selecionados os seguintes produtos:

⁸ Preços correntes em 1974.

arroz, milho, batata-doce, batata-inglesa, mandioca, feijão, alface, repolho, tomate, chuchu, abóbora, cebola, cenoura e alho (Tabela 5).

TABELA 5
CONSUMO POR COMENSAL/ANO E A DESPESA FAMILIAR,
SEGUNDO PRODUTOS SELECIONADOS
DISTRITO FEDERAL — 1975

PRODUTOS	CONSUMO ALIMENTAR	
	Comensal/ano (kg)	Despesa por família (Cr\$)
Arroz.....	48,4	749
Milho.....	1,6	22
Batata-doce.....	1,6	14
Batata-inglesa.....	10,4	132
Mandioca.....	2,6	19
Feijão.....	20,4	334
Alface.....	1,5	20
Repolho.....	1,5	11
Tomate.....	8,2	97
Chuchu.....	3,7	37
Abóbora.....	2,8	28
Cebola.....	3,3	64
Cenoura.....	1,7	28
Alho.....	0,4	31

FONTE — ENDEF — Despesa da família — DF — IBGE — 1979. ENDEF — Consumo Alimentar e Antropometria — DF — IBGE — 1979.

2.3 — Estudo evolutivo da organização da atividade agrícola nos municípios selecionados

Com base em dados censitários de 1960, 1970 e 1975, procedeu-se a uma análise evolutiva da organização agrícola, na Região Geoeconômica, em duas escalas diferentes: a das microrregiões que a compõem e a dos sete Municípios selecionados (Anexo 1). Para este estudo foram consideradas as variáveis relativas à condição do produtor, à estrutura fundiária, ao uso da terra, à produção agrícola e pecuária, à utilização de mão-de-obra, aos insumos e implementos agrícolas e à irrigação, para as quais foram calculados índices de participação e taxas de variação⁹.

Pretendeu-se, nessa parte do trabalho, analisar a organização da atividade agrícola, através do tempo, a fim de melhor compreender as transformações que vêm ocorrendo na área em estudo. Essas transformações se intensificaram, principalmente, a partir de 1960, ano da instalação de Brasília, cujo rápido crescimento urbano implicou em maior solicitação da produção, oriunda da área rural, provocando, além disto, maior diversificação dos gêneros produzidos.

⁹ Para o estudo dos dados relativos a 1960, os municípios foram grupados segundo sua distribuição pelas microrregiões, já que estas datam de 1968.

Por outro lado, objetivou-se, ainda, verificar se essas transformações também se fizeram sentir na estrutura fundiária (levando à melhor distribuição de terras ou à concentração fundiária), na condição do produtor e, ainda, se houve alteração nas relações de trabalho.

Além disso, pretendeu-se por meio da análise temporal das áreas de lavouras e de pecuária, verificar se a expansão da atividade criatória vem ocorrendo de forma expressiva, na Região Geoeconômica de Brasília, e se tem afetado a produção de bens alimentares básicos e hortícolas.

2.4 — Estudo comparativo de custos de produção na Região Geoeconômica de Brasília e nos principais Estados fornecedores para o mercado da Capital Federal

Tendo em vista a dependência do mercado de Brasília de outros centros de produção para o seu abastecimento em produtos hortícolas e básicos, justifica-se um estudo comparativo entre os custos de produção na Região Geoeconômica de Brasília e nos principais Estados fornecedores. Tal estudo visou: verificar se foram os custos de produção um dos empecilhos para o aumento da produção de bens alimentares básicos e hortícolas; e, também, a diagnosticar os fatores que pudessem contribuir para elevação dos custos de produção na Região Geoeconômica de Brasília, em relação aos desses Estados. Desta forma, pretendeu-se verificar a viabilidade da intensificação e/ou introdução dos produtos deficitários, naqueles municípios, que já possuíam alguma tradição em termos de cultivo do produto, ou nos que apresentaram condições favoráveis para essa expansão.

Este diagnóstico foi feito para os produtos selecionados que apresentaram maior déficit, em termos de satisfazer à demanda do mercado de Brasília. Preliminarmente, foram considerados como produtos deficitários aqueles cuja participação do Distrito Federal e de Goiás, no volume total comercializado na Central de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA-DF), fosse inferior a 60% desse total (Tabelas 6 e 7)¹⁰. Os produtos que se incluíram, nesta categoria, foram: Abóbora, alho, batata-inglesa e cebola.

Tendo em vista que, pelo volume comercializado na CEASA-DF, não se pode verificar se a demanda estava sendo satisfeita ou não, foram feitos, posteriormente, os necessários ajustes com os resultados do balanço entre a oferta e a demanda de produtos básicos e hortícolas na Região Geoeconômica de Brasília, e com as informações obtidas durante a viagem de campo.

Apesar de o feijão, comercializado na CEASA ser originário, principalmente, do Estado de Minas Gerais (63%), não se considerou o produto deficitário, em termos do abastecimento de Brasília, visto que a Microrregião Chapadões do Paracatu, integrante da Região Geoeconômica de Brasília, é a que envia as maiores quantidades, deste produto, para o mercado da Capital Federal.

¹⁰ Utilizaram-se dados de volume comercializado na CEASA para o Distrito Federal e Goiás, por não se dispor desses dados para a Região Geoeconômica de Brasília. Este fato não invalida a análise, uma vez que os produtos arroz e batata-doce que têm maior participação do Estado de Goiás no volume comercializado na CEASA-DF são produzidos, em maior quantidade, por microrregiões que fazem parte da Região Geoeconômica de Brasília, e, portanto, não seriam produtos problemáticos em termos de satisfazer à demanda do mercado da Capital Federal.

TABELA 6

**VOLUME DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS COMERCIALIZADOS NA
CEASA NO DISTRITO FEDERAL POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
DE ORIGEM — 1977**

PRODUTOS	VOLUME COMERCIALIZADO				
	Total (t)	Distrito Federal		Goiás	
		Absoluto (kg)	Relativo (%)	Absoluto (kg)	Relativo (%)
Alface.....	1 176,1	1 171,3	99,59	4,7	0,40
Alho.....	185,5	0,3	0,16	8,9	4,79
Abóbora.....	2 484,2	189,3	7,62	247,1	9,95
Batata-doce.....	1 338,0	245,1	18,32	1 091,5	81,58
Batata-inglesa.....	10 579,6	328,1	3,10	124,9	1,18
Cebola.....	4 630,5	18,9	0,41	—	—
Cenoura.....	2 504,3	2 339,6	93,42	115,8	4,62
Chuchu.....	2 123,0	2 067,0	97,36	41,6	1,96
Milho verde.....	173,0	108,2	62,52	64,4	37,22
Repolho.....	1 509,5	1 455,5	91,51	100,1	6,30
Tomate.....	9 237,4	5 310,9	57,49	3 213,0	34,78

PRODUTOS	VOLUME COMERCIALIZADO					
	São Paulo		Minas Gerais		Outros	
	Absoluto (t)	Relativo (%)	Absoluto (t)	Relativo (%)	Absoluto (t)	Relativo (%)
Alface.....	—	—	0,1	0,01	—	—
Alho.....	158,2	85,28	10,0	5,38	8,4	4,52
Abóbora.....	531,9	21,41	1 201,2	48,35	314,7	12,67
Batata-doce.....	0,2	0,01	1,2	0,09	—	—
Batata-inglesa.....	6 814,4	64,41	3 076,8	29,08	235,3	2,22
Cebola.....	2 208,9	47,70	116,0	2,51	2 286,7	49,38
Cenoura.....	49,0	1,96	—	—	—	—
Chuchu.....	7,9	0,37	—	—	6,5	0,31
Milho verde.....	0,4	0,23	—	—	—	—
Repolho.....	34,2	2,15	0,7	0,04	—	—
Tomate.....	219,8	2,38	189,6	2,05	4,2	0,05

FONTE — Projeto de Assentamento Agropecuário — vol. V. Convênio SEPLAN/GDF.

TABELA 7

VOLUME DOS PRINCIPAIS CEREAIS COMERCIALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM — 1978

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E PRODUTOS	VOLUME COMERCIALIZADO (1)	
	Absoluto (t)	Relativo (%)
(2) TOTAL		
Arroz em casca.....	23 250	100,0
Arroz beneficiado.....	7 020	100,0
Feijão.....	6 000	100,0
Milho.....	3 960	100,0
Goiás		
Arroz em casca.....	16 182	69,6
Arroz beneficiado.....	3 750	53,4
Feijão.....	1 980	33,0
Milho.....	3 090	78,0
Minas Gerais		
Arroz em casca.....	3 906	16,8
Arroz beneficiado.....	9	0,1
Feijão.....	3 780	63,0
Milho.....	720	18,2
Mato Grosso		
Arroz em casca.....	2 387	10,3
Arroz beneficiado.....	9	0,1
Milho.....	75	1,9
Maranhão		
Arroz beneficiado.....	3 234	46,1
Paraná		
Feijão.....	216	3,6
Bahia		
Milho.....	76	1,9

FORTE — CEPA — DF.

(1) Os dados informados referem-se à previsão das atividades dos atacadistas para o exercício de 1978. (2) O total inclui outros fornecedores responsáveis por quantidades pouco significativas no mercado do Distrito Federal.

Também, quanto ao volume comercializado de tomate, na CEASA-DF, embora seja proveniente quase que totalmente de áreas produtoras do Distrito Federal e de Goiás, verificou-se, ainda, uma certa dependência da produção, oriunda de outros Estados, principalmente São Paulo, no período seguinte ao da ocorrência das chuvas na região (setembro a março), sendo este o motivo pelo qual o tomate (produto que tem certa importância na dieta alimentar) também foi considerado um produto deficitário.

Dada a impossibilidade de ser feito um levantamento sobre custos de produção, junto aos produtores — devido não só à complexidade do tema, ao tamanho e objetivo da amostra, bem como às limitações de

tempo e de pessoal — foi, inicialmente, utilizado o Plano Anual de Trabalho, elaborado pelos escritórios locais da EMATER, para o ano agrícola de 1979/80, nos quais era indicada a estrutura dos custos de produção para os produtos considerados prioritários na área. Estes relatórios, entretanto, não foram suficientes, visto que não continham dados sobre custos de produção para todos os produtos selecionados.

Finalmente, recorreu-se à Comissão de Planejamento Agrícola do Distrito Federal (CEPA-DF), que, juntamente com a EMATER-DF, elaborou um estudo sobre custos de produção de hortigranjeiros no Distrito Federal em abril de 1980. Como, neste trabalho, os coeficientes utilizados para os cálculos dos custos de produção, foram estabelecidos por agrônomos em constante contato com os produtores locais, optou-se pela sua utilização. Já para o levantamento dos custos, nos municípios selecionados, recorreu-se aos agrônomos dos escritórios locais da EMATER, durante a pesquisa de campo, que forneceram estudos sobre custos de produção para um número maior de produtos do que aqueles apresentados no “Plano Anual de Trabalho” da EMATER, já referido anteriormente.

O levantamento de dados sobre custos de produção de hortícolas, entretanto, não foi feito no Município de Posse, devido não só à falta de tradição da horticultura na área, como, também, em virtude de sua localização distante de Brasília, que não favoreceria à expansão dessa atividade, voltada para o abastecimento da Capital Federal, tendo em vista a alta perecibilidade dos produtos hortícolas. Também, em Carmo do Rio Verde não se obtiveram estimativas sobre custos de produção de hortícolas, em virtude da pequena expressão econômica desse tipo de produção no Município, caracterizada por hortas de fundo de quintal.

Cabe, ainda, ressaltar que não foram obtidas estimativas do custo de produção para todos os produtos selecionados, em todos os municípios, sendo que em Nova Veneza, por exemplo, só se obtiveram informações para o tomate.

Através do Instituto de Economia Agrícola (IEA), do Estado de São Paulo, só foi possível obtenção de estimativas dos custos de produção de hortícolas, por hectare, para as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAS) de Sorocaba e Vale do Paraíba, para a safra de 1979/80. Junto à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais foram obtidos, também, os dados sobre custos de produção necessários.

De posse desses dados, foram feitos os necessários ajustes, principalmente quanto à introdução do frete da comercialização e à eliminação de itens, como, por exemplo, aquisição de arame, estacas e mourões que por não se encontrarem computados na composição dos custos de produção de todos os produtos não permitiriam o estudo comparativo.

2.5 — Elaboração do balanço entre a produção e o consumo de bens alimentares básicos e hortícolas

Visando avaliar a existência de déficit ou superávit da produção regional em relação à demanda, foi elaborado um balanço a nível de microrregião, entre a produção e o consumo de bens alimentares básicos e hortícolas, na Região Geoeconômica de Brasília, contrapondo-se à produção, às perdas, à sementeira, ao consumo humano, industrial e ao animal.

Seu objetivo foi o de verificar a situação da produção regional em relação ao suprimento do mercado de Brasília. Para sua elaboração, efetuou-se primeiramente uma estimativa da produção local para 1977, a partir da taxa de crescimento anual, entre 1970 e 1975, utilizando-se dados dos Censos Agropecuários e da publicação "Produção Agrícola Municipal" (PAM), assumindo-se que a tendência de crescimento se manteve nos dois anos posteriores¹¹ (Anexo 3).

O cálculo do consumo humano, entretanto, para 1977 foi ajustado à distribuição de renda, tendo sido a despesa utilizada como *proxy* da renda. Sendo assim, o consumo humano foi calculado tendo por base os dados de consumo per capita para 1974¹², ponderados por estimativas da população para 1977, sendo ambas as variáveis consideradas segundo classes de despesa e situação do domicílio. Foram estabelecidas três classes de despesa, sendo este número e o ponto de corte definidos de modo a manter uma representatividade aceitável, dado o número de indivíduos consumidores por classe de: até 2 salários mínimos; de 2 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos. Os dados de consumo per capita utilizados para o cálculo do consumo da população da Região Geoeconômica de Brasília, por classe de despesa¹³, foram os referentes aos domicílios da área urbana do Centro-Oeste, já que nesta Região não foi feita investigação do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), na área rural. Para o cálculo do consumo da população, na área rural, utilizou-se, então, o consumo per capita urbano para a classe de despesa até 2 salários mínimos, como *proxy* do consumo, per capita, de toda a população rural¹⁴.

Esta metodologia de cálculo do consumo humano foi feita para todos os produtos selecionados, exceto para alface, repolho, chuchu, abóbora, cenoura e milho já que para estes produtos não foi possível a obtenção dos dados de consumo, per capita, por classe de despesa, por falta de frequência representativa a nível da pesquisa ENDEF. Para estes produtos, utilizaram-se, então, os dados de consumo por comensalano, da publicação "Consumo Alimentar e Antropometria" — Regiões VI e VII — ENDEF, para o ano de 1975 (Anexo 4).

A estimativa da população para as microrregiões, que compõem a Região Geoeconômica de Brasília, foi feita a partir dos dados estimados de população urbana e rural, a nível de mesorregião, segundo classes de

¹¹ Os dados de produção agrícola para os produtos: alface, repolho, tomate, chuchu, abóbora, cenoura, batata-doce, arroz, feijão, mandioca e milho, foram obtidos nos Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Devido à inexistência de dados sobre a cebola, o alho e a batata-inglesa, nesses Censos, recorreu-se, então, à publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) dos mesmos anos.

¹² Dados extraídos de: Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, Dados Preliminares — Região VI e VII, 1974, Estudo Nacional da Despesa Familiar (Rio de Janeiro, ENDEF).

¹³ Dados extraídos de: Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, Listagem Especial do Consumo, per capita, por classes de despesa: 1975 (Rio de Janeiro, ENDEF).

¹⁴ A definição da Metodologia empregada, nessa parte da pesquisa, foi baseada em estudo de Sonia Rocha & Jairo Augusto Silva — Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, subsídios técnicos para uma política de abastecimento interno — uma análise a nível mesorregional — (Rio de Janeiro, SUEGE, DEGEO, DIRUR) — no prelo.

despesa para 1977¹⁵. Primeiramente, foram levantados os dados relativos à população urbana e rural, em 1970, para as microrregiões que compõem a Região Geoeconômica de Brasília. Posteriormente, foi calculada a participação da população rural e urbana de cada microrregião em sua mesorregião correspondente e, partindo do pressuposto de que essa relação não tenha sido alterada, em 7 anos, estimou-se a população das microrregiões para 1977 (Anexos 5 e 6).

Nas mesorregiões que compõem a Região Geoeconômica de Brasília, a população foi grupada, segundo as três classes de despesa citadas anteriormente, utilizando-se os dados de participação percentual da população de Goiás e de Minas Gerais nas três classes¹⁶, uma vez que admitiu-se que esta participação seria a mesma nestes Estados e na Região Geoeconômica (Anexo 7).

Com estes elementos, calculou-se o consumo humano em 1977, segundo as três classes de despesa e localização do domicílio na área urbana ou rural, para cada um dos produtos selecionados para estudo, através da fórmula (Anexo 8):

$$C_{ij} = \sum (u_{ijk} \cdot pu_{ih}) + \sum (r_{ijk} \cdot pr_{ih})$$

sendo:

u_{ijk} , r_{ijk} — consumo per capita, respectivamente, urbano e rural do produto i , relativo à microrregião j , para as classes de despesa k .
 pu_{ih} , pr_{ih} — estimativa da população da microrregião i , em 1977, respectivamente, urbana e rural, segundo classes de despesa k .

Os coeficientes de perdas da produção e semeadura utilizados foram os da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Grupo para Integração da Política de Transporte (GEIPOT). Já os de consumo animal relativos à mandioca e ao milho, assim como o consumo industrial deste último produto, foram obtidos em trabalho de Sonia Rocha & Jairo Augusto Silva¹⁷, sofrendo, entretanto, as necessárias adaptações, já que os dados neste trabalho encontram-se a nível de mesorregião.

Para o cálculo do consumo industrial do arroz em casca, entretanto, supôs-se simplificada, o consumo humano de arroz beneficiado (275.882 t), transformado em arroz em casca (coeficiente multiplicador 1,47) como *proxy* da quantidade beneficiada de arroz na Região Geoeconômica. O consumo industrial da mandioca foi obtido da mesma forma, supondo-se o consumo humano de farinha de mandioca e de fécula, transformado em mandioca (coeficiente multiplicador 3,70), como *proxy* da quantidade beneficiada de mandioca, na Região (Anexo 9).

¹⁵ Os dados de população urbana e rural a nível de mesorregião, segundo classes de despesa, para 1977 foram obtidos no trabalho *ibid.*

¹⁶ Dados não publicados, IBGE, PNAD.

¹⁷ Sonia Rocha & Jairo Silva, *op. cit.*

2.6 — Elaboração do questionário e do esquema de amostragem

Para o teste das hipóteses de trabalho, que não poderia ser efetuado através dos dados censitários, considerou-se necessário o levantamento direto de informações, apoiado em amostragem, junto aos pequenos e médios produtores de bens alimentares básicos e hortícolas. Este levantamento foi realizado, em junho de 1980, através de questionário, constando de questões específicas, referentes às características gerais do estabelecimento, dados pessoais sobre o produtor e sua família, características da lavoura, da pecuária, do crédito rural, da assistência técnica e da mão-de-obra (Anexo 10).

Características gerais do estabelecimento — estas variáveis tiveram como finalidade a caracterização do estabelecimento, quanto ao tipo de administração e condição do produtor, bem como de sua atividade principal e, ainda, detectar se a área, em estudo, caracteriza-se por ter atividades de lavouras exploradas pelo proprietário dos meios de produção.

Dados pessoais sobre o produtor e família — estas variáveis permitiram definir a maior ou menor possibilidade de acesso à informação sobre a atividade agrícola, considerando-se as questões a respeito do nível de instrução do produtor; detectar se a área, em estudo, tem tradição agrícola; caracterizar a área como de atração ou repulsão de população rural, ao longo do tempo, considerando-se a origem desse produtor, bem como seu tempo de permanência no município e no estabelecimento rural e, ainda, verificar se, nos estabelecimentos agrícolas, as explorações são de natureza familiar, ligadas à lavoura, se o produtor reside na área rural e em que condições de moradia.

Características da lavoura — com estas variáveis pretendeu-se definir em que condições é praticada a lavoura, levando-se em conta os aspectos ambientais e o sistema de cultivo empregado. Dessa forma, objetivou-se obter maior detalhe com relação aos métodos de cultivo e à aplicação de insumos e de técnicas. Essa parte do questionário visa, ainda, à obtenção de informações sobre a finalidade da produção, principalmente, no que se refere à parte destinada à comercialização, considerando-se o local para onde é enviada a produção, sua época de comercialização, tipo de comprador do produto e os problemas que afetam essa comercialização.

Características da pecuária — a finalidade do levantamento dessas variáveis foi a de verificar qual a orientação do rebanho bovino, além de avaliar se a pecuária tem se expandido em terras antes ocupadas com lavoura.

A importância desse último aspecto está ligada ao fato de que a área em estudo apresenta uma tendência para substituição das atividades de lavouras pelas de criação, orientadas tanto para o corte como para a produção leiteira, tendência, esta, verificada no decorrer da viagem de reconhecimento.

Características do crédito rural — considerando-se que o crédito rural é um instrumento importante para o incremento da atividade agrícola, o objetivo dessas variáveis foi compreender a posição do pequeno produtor frente às condições de obtenção do crédito rural. Sabe-se que o pequeno produtor utiliza-se desse recurso com pouca freqüência, tendo em vista não só as dificuldades que encontra para

obtê-lo, bem como a desinformação a respeito, que o leva a ter receio de recorrer a essa prática, na incerteza de poder corresponder às exigências efetuadas pelo órgão financeiro. Este receio do pequeno produtor advém, em parte, da vulnerabilidade que caracteriza sua atividade agrícola, sujeita a variações do volume produzido e à oscilação do mercado.

Características da mão-de-obra — este item do questionário teve a finalidade de definir a composição da força de trabalho, através do levantamento do pessoal ocupado. Essas variações são também importantes, uma vez que, através delas, é possível detectar o nível de capitalização dos produtores rurais, já que se observa uma tendência para o aumento do número de assalariados, à medida que o produtor se torna mais capitalizado, dependendo, evidentemente, do tamanho do estabelecimento rural, do número de pessoas que compõem sua mão-de-obra familiar e, também, da atividade a que se dedica.

Os questionários foram submetidos à crítica, em gabinete, e as informações, neles contidas, foram codificadas, dando origem a um arquivo para tratamento informático, do qual foram extraídas tabelas cruzadas que permitiram comprovar ou refutar as hipóteses levantadas.

O resultado obtido, com esse processamento estatístico, foi analisado e serviu para formar um quadro da atividade agrícola, voltado para a produção de bens alimentares básicos e hortícolas, detectando seus fatores limitantes. Além desse aspecto, foi, ainda, importante para se ter uma medida da viabilidade de intensificação da atividade, bem como para a definição das áreas com maior potencialidade para a expansão da atividade agrícola.

Esquema de amostragem para a realização da pesquisa de campo

Baseado no cadastro do Censo Agropecuário de 1975, foi utilizado um modelo de amostragem probabilística¹⁸, em dois estágios, onde: no primeiro, os setores censitários constituem as unidades primárias; e, no segundo, os estabelecimentos agropecuários são as unidades secundárias.

1.º Estágio

Os setores censitários dos sete Municípios componentes da Região de estudo foram estratificados segundo a área dos estabelecimentos na faixa de 0 — 200 hectares, por ser esta a variável de estratificação mais adequada aos objetivos da pesquisa.

Construídos nove estratos ao todo, os dois maiores Municípios (em área), Ceres e Anápolis, contaram com dois estratos de tamanho aproximadamente iguais, em total de área, em cada um deles; os demais compondo um único estrato, cada município, devidamente homogeneizado, para isto sendo grupados setores censitários em alguns pseudo-setores. Os coeficientes de variação não ultrapassaram 0,118. O teste de estratificação aprovou com $\frac{\sigma^2_E}{\sigma^2} = 0,950$ e $\frac{\sigma^2_D}{\sigma^2} = 0,066$.

Desses novos estratos construídos, selecionou-se um setor por estrato, com igual probabilidade de seleção.

¹⁸ A elaboração do esquema de amostragem coube à estatística Alice Dora Vergara Gomes da Silva.

2.º Estágio

Da amostra de setores, selecionou-se, aleatoriamente, uma subamostra de estabelecimentos, utilizando-se um processo de conglomeração, que dispõe da vantagem prática de reduzir custos ao selecionar grupos de estabelecimentos, significando reduzir a distância entre os estabelecimentos selecionados.

Evidenciada a concentração dos estabelecimentos em tamanho abaixo de 200 hectares, adotou-se o critério de inclusão dos estabelecimentos de 200 hectares, como auto-representativos e, sempre que os estabelecimentos não atingissem esse teto seriam incluídos até três estabelecimentos, considerados maiores nos respectivos setores da amostra.

Fixado o tamanho da amostra em 100 estabelecimentos, os maiores estabelecimentos representaram 21% da amostra. A subpopulação resultante foi distribuída, então, em conglomerados de igual tamanho por setor e selecionaram-se, com equi-probabilidade, dois por setor, contando-se, ao todo, com 18 conglomerados selecionados, constituídos com 79% de estabelecimentos da amostra.

As frações de amostragem para cada setor variaram, segundo o seu número de unidades primárias (N_h), no caso do 1.º estágio ($f_1 = \frac{1}{N_h}$). E no caso do 2.º estágio, as frações variaram em função do residual da área dos estabelecimentos para cada setor, estando fixado o número de conglomerados selecionados (2) e seu tamanho inicial, respectivos.

De modo geral, a fração final, para cada setor, variou em torno da estimativa preliminar (1/50), calculada a partir das estimativas do número de questionários por dia, vezes o número de pesquisadores disponíveis, vezes o número de dias no campo, em relação ao número de estabelecimentos na Região em estudo.

O procedimento para construção dos conglomerados foi o seguinte:

a - preliminarmente, foi determinado o tamanho inicial do conglomerado, que é definido automaticamente pelo corte dos estabelecimentos auto-representativos, em geral, o limite superior da faixa de tamanho de área;

b - em seguida, para a obtenção do número de conglomerados, foram retirados os estabelecimentos auto-representativos: o residual de área dos estabelecimentos não auto-representativos foi dividido pelo corte anterior (200 ha = 41,3 alqueires), obtendo-se o número inicial de conglomerados;

c - uma vez obtido tal número, e como foi fixado em dois por setor o número de conglomerados a ser selecionado, ficou determinado o denominador de fração do 2.º estágio, visto que, o número de conglomerados selecionados (2) deverá ser o quociente da divisão entre o número inicial de conglomerados e o inverso de fração do 2.º estágio;

d - deverá ser, então, recalculado o número de conglomerados ou, em outras palavras, calculado o número ajustado de conglomerados, multiplicando-se o número de conglomerados selecionados (2) pelo inverso da fração do 2.º estágio;

e - torna-se necessário calcular, também, o tamanho ajustado do conglomerado, obtido a partir da divisão entre o residual de área dos estabelecimentos não auto-representativos, pelo número ajustado de conglomerados;

f - conhecido o tamanho do conglomerado, será suficiente o número de conglomerados contido em cada subsetor e, posteriormente, acumular esses números e, por último, selecionar os dois fixados por setor. Naturalmente, o início aleatório estará contido no número ajustado de conglomerados e apontará o 1.º conglomerado selecionado, tendo o 2.º um intervalo de seleção igual ao inverso da fração do 2.º estágio.

A partir dessa fase, estarão localizados o subsetor e a ordem do conglomerado dentro dele e, conseqüentemente, estarão identificados seus estabelecimentos componentes, em número que componha o tamanho em área, previsto para o conglomerado do setor.

Já bastante simplificada, via identificação de subáreas representativas da região original e no corte por tamanho de estabelecimentos e por condição do produtor, a seleção de um número mínimo de setores e, por último, o processo de conglomerados, foram tentativas de compor uma amostra em condições de cobertura mínima adequada, (fixado $n = 100$ estabelecimentos) representando 0,02 do total de estabelecimentos de 0 a 200 hectares que admitiu um erro de amostragem (no cadastro) em 0,027 com $\alpha = 0,05$ para a variável área.
Estimadores:

— para o total de variável:

$$\hat{T}_X = \sum_{h=1}^L N_h \left[\sum_{i=1}^{n'_h} x_{hi} + F_{2h}^{-1} \cdot \sum_{h=101}^{n''_h} x_{hj} \right] = \sum_{h=1}^L \hat{T}_{X_h}$$

onde:

- x_{hi} — valor da variável na i-ésima unidade secundária da h-ésima unidade primária.
- x_{hj} — valor da variável na j-ésima unidade secundária selecionada da h-ésima unidade primária.
- n'_h — número de unidades secundárias maiores na h-ésima unidade primária.
- n''_h — número de unidades secundárias menores selecionadas na h-ésima unidade primária.
- \hat{T}_{X_h} — estimativa para o h-ésimo estrato.

— para a variância:

$$\hat{V}(\hat{T}_X) = \sum_{g=1}^G \frac{L_g}{L_g - 1} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} \left(x'_{gh} - \frac{X_{gh}}{\sum_{h=1}^L X_{gh}} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} x'_{gh} \right)^2$$

onde:

- L_g — número de estratos no g-ésimo grupo.
- L — total de estratos.
- x'_{gh} — estimativa para o h-ésimo estrato.

$\sum_{h=1}^{I.g} x'_{gh}$ — estimativa para o g-ésimo grupo.

X_{gh} — total do h-ésimo estrato no Censo 75.

$\sum_{h=1}^L \sum_{g=1}^G X_{gh}$ — total do g-ésimo grupo no Censo 75.

— Erro de amostragem (relativo):

$$dr = \frac{Z_{1-\alpha} \sqrt{\hat{V}(\hat{T}_x)}}{\hat{T}_x}$$

$Z_{1-\alpha}$ — 1,96 (coeficiente de confiança para $\alpha = 0,05$)

2.7 — Levantamento dos dados primários

A pesquisa direta constou de quatro viagens à Região em estudo. Inicialmente foram estabelecidos contatos junto aos órgãos de planejamento e pesquisa, em Brasília, tendo como finalidade a compreensão da Região, a partir dos critérios obedecidos para sua delimitação, até a obtenção de informações sobre a organização de sua atividade agrícola. Essa viagem possibilitou, portanto, definir mais precisamente a problemática a ser estudada, bem como os objetivos do trabalho.

A segunda viagem foi realizada aos municípios, inicialmente selecionados em gabinete, e constou de entrevistas junto aos técnicos dos escritórios regionais e locais da EMATER, aos representantes de sindicatos rurais, às autoridades nas prefeituras, bem como aos produtores rurais. Seu objetivo foi obter maiores informações a respeito da atividade agrícola regional e trazer subsídios para a elaboração do questionário a ser aplicado. Esta etapa da pesquisa permitiu, ainda, a seleção final dos municípios a serem estudados.

Com a finalidade de avaliar a pertinência do questionário preliminar, quanto às características da organização agrícola dos municípios selecionados, foi realizada uma terceira viagem a partir da qual foram feitos os ajustes necessários.

Finalmente, foi realizada a última etapa da pesquisa direta que constou não só da aplicação de 100 questionários aos estabelecimentos selecionados pelo esquema de amostragem, como também, de contatos nos escritórios regionais e locais da EMATER de Anápolis, Nerópolis, Ceres e Pires do Rio, com a finalidade de levantar informações sobre o custo de produção e viabilidade da intensificação dos produtos deficitários, em termos do mercado consumidor de Brasília. Foram, também, levantadas informações, em Brasília, referentes à problemática do seu abastecimento e à identificação dos principais canais de comercialização. Para tanto, foram estabelecidos contatos em diferentes setores voltados para a comercialização dos produtos alimentares básicos e hortícolas. Junto à CEASA, supermercados, feiras e cerealistas, foi detectada a procedência dos diversos produtos neles comercializados, bem

como os canais de comercialização existentes. Além disso, foram, ainda, levantados os preços relativos aos custos provenientes do transporte, desde a área produtora, até o mercado de Brasília.

Com relação ao abastecimento em produtos hortícolas, foram, ainda, levantadas informações na Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, especialmente no que diz respeito ao Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros no Distrito Federal (PROHORT/DF).

3 — A REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA

A Região Geoeconômica de Brasília, localizada em extensa área de cerrados da Região Centro-Oeste, teve, por muito tempo, grande parte de suas terras à margem do processo de desenvolvimento econômico do País.

A existência de esparsas áreas de mata, entre as quais se destaca a região do “Mato Grosso” de Goiás, favoreceu o desenvolvimento de lavouras tradicionais e, mais recentemente, da horticultura. Entretanto, essa produção tem sofrido transformações em decorrência de fatores diversos que afetaram a sua oferta, em relação às solicitações dos mercados regionais.

Na medida em que se tornaram cada vez mais raros os espaços para a expansão das atividades agropecuárias no Sul e Sudeste do País, as atenções se voltaram para outros espaços disponíveis, quando planos do Governo passaram a privilegiar a ocupação da Região Centro-Oeste e da Amazônia. Esses planos, na Região Geoeconômica, pretenderam a expansão da atividade agrícola nos cerrados e a diminuição do déficit dos principais produtos, especialmente hortícolas, para o abastecimento dos centros regionais, notadamente Brasília, com vistas à redução de graves problemas sociais, decorrentes do êxodo rural, para a Capital Federal; visaram, também, a desenvolver a área de influência do Distrito Federal, quer integrando-a às áreas mais desenvolvidas do País, quer tornando o mercado consumidor de Brasília, menos dependente de áreas produtivas distantes.

O objetivo primordial da delimitação da Região Geoeconômica de Brasília foi estimular o desenvolvimento econômico da área de influência do Distrito Federal, uma vez que esta apresentava fortes desequilíbrios internos, gerados pelo próprio crescimento de Brasília. Uma outra razão para sua criação foi a “insuficiência da estrutura produtiva das áreas periféricas do Distrito Federal, em termos de abastecimento de Brasília, condicionando sua dependência a outras regiões produtivas do país”¹⁹. Além desses objetivos de caráter intra-regional, a dinamização da Região Geoeconômica iria se constituir, ainda, na incorporação de áreas mais afastadas do processo de desenvolvimento econômico nacional.

¹⁹ Ricardo Farret & Santana, R. N. Monteiro de. *A Rede Urbana da Região Geoeconômica de Brasília*. Brasília, Convênio FUB-SUDECO, 1973.

3.1 — Incorporação da área ao espaço produtivo nacional

Ocupando extensa porção do centro-sul do Estado de Goiás, entre os paralelos de 12 e 19° de latitude sul e meridianos de 45 e 52° de longitude oeste, aproximadamente, a Região Geoeconômica de Brasília engloba nove, das 17 microrregiões estaduais, atingindo, ainda, terras do vizinho Estado de Minas Gerais, que constituem a microrregião que corresponde aos chapadões do Paracatu (Figura 1).

Predomina, na região, a cobertura vegetal de cerrado, a qual permitiu a expansão, em grande extensão, de uma pecuária praticada em moldes extensivos. Todavia, por volta do final da década de 60 verificou-se o aproveitamento agrícola do cerrado, voltado para a formação de áreas com lavouras, as quais, até então, se encontravam restritas às áreas de mata.

A vegetação de mata caracteriza de forma expressiva, a Microrregião do "Mato Grosso" de Goiás e, mais esparsamente, a parte sudoeste da região, composta pelas Microrregiões de Meia-Ponte e Sudeste Goiano. Nesta porção do território goiano, os solos férteis, originários de rochas eruptivas básicas, foram um dos fatores mais importantes para que prosperasse a atividade agrícola. Entretanto, o uso intensivo desses solos, durante anos seguidos, provocou o seu depauperamento, de forma que, para sua utilização, em níveis razoáveis de produtividade, tornou-se indispensável o emprego de fertilizantes. Além disso, dado o processo de substituição de usos da terra pelo qual vem passando a pequena propriedade (conforme será analisado, posteriormente) verificou-se que, nessas áreas de mata, com predomínio da pequena produção de subsistência tem-se expandido, recentemente, a atividade criatória. Assim sendo, a lavoura e a pecuária são as principais atividades, em torno das quais está alicerçada a vida econômica regional e, em torno das quais giram as principais diferenças regionais.

Tendo entre suas áreas componentes importantes zonas produtoras de bens alimentares básicos, desde 1940, e de hortícolas, mais recentemente, a Região Geoeconômica de Brasília, destaca-se, no Estado, como abastecedora dos seus principais centros urbanos, bem como de municípios situados no norte de Goiás e no Pará, uma vez que antecede, espacialmente, às novas áreas de fronteiras agrícolas, nesse Estado.

As atividades ligadas à utilização da terra tiveram início nas primeiras décadas do século XIX, após a decadência da mineração, quando foi introduzida uma pecuária extensiva, responsável pela abertura de maiores espaços do Estado, à procura de melhores pastagens. Nesta fase, surgiram núcleos originários de fazendas e de pontos de passagem que, mais tarde, assumiram posição de destaque na vida urbana do Estado, sobressaindo-se, entre eles, Anápolis, Catalão e Ipameri. O próprio crescimento desses núcleos foi orientando a finalidade dessa pecuária, que sendo, inicialmente, destinada ao corte, com ênfase na fase de engorda, definiu-se pela produção leiteira, à medida que surgiram cidades com maior número de habitantes.

Por volta de 1920, iniciou-se uma fase de aumento de população nas regiões do Estado de Goiás, limítrofes a São Paulo, graças à expansão da cultura cafeeira, cujos efeitos atingiram a atual Região Geoeconômica de Brasília. Foi, porém, na década de 30 que o centro-sul do Estado de Goiás transformou-se em verdadeira zona pioneira, acele-

REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA

- Microrregiões**
- 350 - ALTO TOCANTINS
 - 351 - CHAPADA DOS VEADÉIROS
 - 352 - VÃO DO PARANÁ
 - 353 - RIO VERMELHO
 - 354 - MATO GROSSO DE GOIÁS
 - 355 - PLANALTO GOIANO
 - 358 - MEIA PONTE
 - 359 - SUDESTE GOIANO
 - 160 - CHAPADÕES DE PARACATU

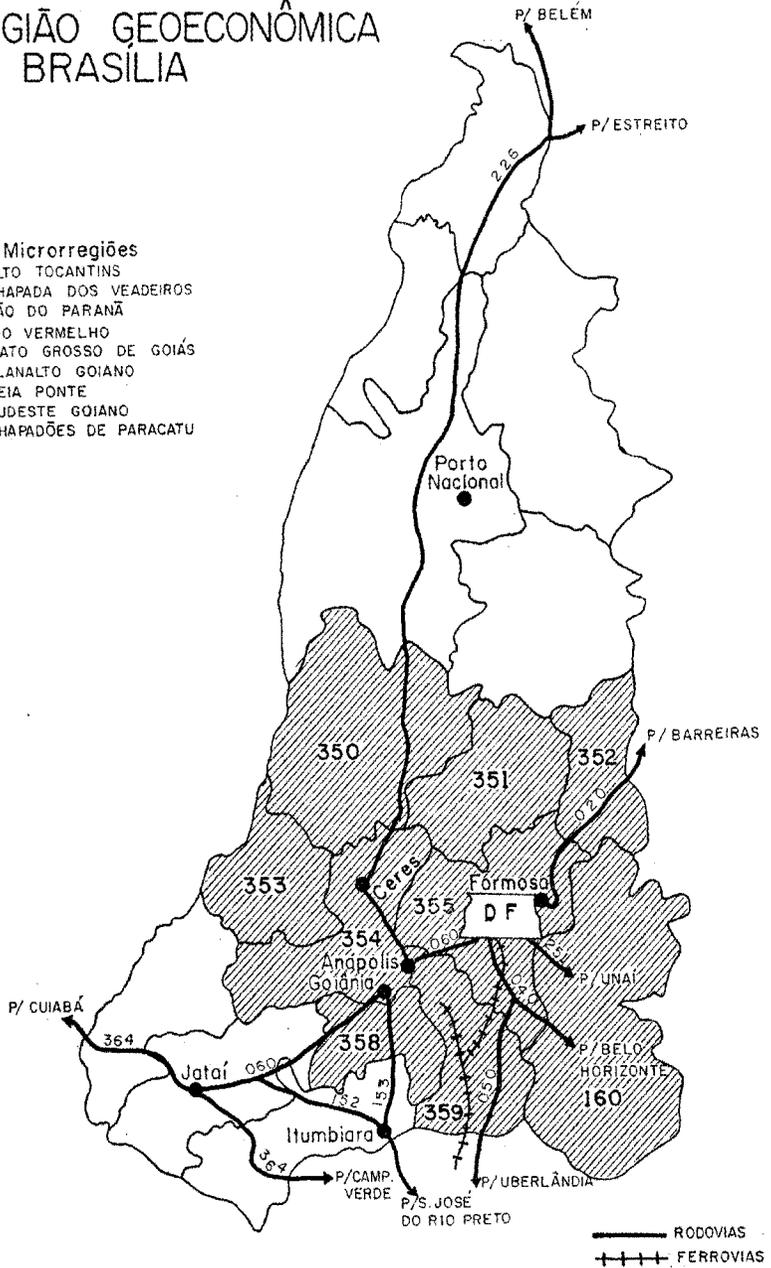


FIGURA 1

rando o povoamento da área e dando início a uma ocupação contínua e efetiva dessa porção do Estado. Esta zona pioneira caracterizou-se pela presença de pequenos produtores que ocuparam a terra, de forma espontânea, ou foram dirigidos para ela através de colonização oficial, ocupando matas, antes não utilizadas pela atividade criatória e dedicando-se à lavoura, com a produção de arroz, milho e feijão, destinados principalmente aos mercados do Sudeste.

A Região concretizou, então, seu povoamento nas décadas de 30 e 40, através de diversos eventos: construção de Goiânia (1933); chegada a Anápolis da estrada de ferro proveniente do Triângulo Mineiro (1935); criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), cuja sede originou a Cidade de Ceres (1941). Na década de 50 efetivou-se essa fase da ocupação, através da sedimentação da nova atividade agrícola implementada na década anterior, e cujos efeitos começaram a ser sentidos por meio de safras agrícolas crescentes. A década de 60 definiu-se como um marco importante, em virtude do impacto oriundo da construção e implantação de Brasília. A criação da Capital Federal foi a grande responsável por expressivos fluxos migratórios para a área e, por conseguinte, pelo elevado impulso demográfico que aí se verificou.

A partir de 1960, a área hoje formada pela Região Geoeconômica de Brasília passou por um processo de intensa urbanização, através do qual os principais centros urbanos da Região — Goiânia, Anápolis e Ceres — apresentaram um crescimento relativo da população urbana, no período 1960/1970, da ordem de 178,56, 81,87 e 71,33, respectivamente²⁰, o que correspondeu à formação de um mercado consumidor urbano bastante expressivo, que estimulou a produção agrícola regional, notadamente no que tange à produção de hortícolas que, a partir de então, passou por aumentos significativos. Em consequência da urbanização verificada na Região, Ceres e Anápolis definiram-se como importantes centros de comercialização, tornando-se responsáveis pela concentração da produção regional.

Dentre esses núcleos, Ceres foi aquele que, originando-se da instalação da CANG, destacou-se como local de comercialização de cereais, além de ter desenvolvido, de maneira expressiva, o setor de serviços ligados ao atendimento da área circunvizinha e do norte de Goiás. Outro exemplo é a Cidade de Anápolis, segunda cidade mais importante do Estado, depois de Goiânia, devido às vantagens advindas de sua localização, uma vez que é o mais expressivo centro urbano que antecede às frentes de expansão do norte de Goiás, que notabilizou-se pela importante função de centro de comercialização, tanto de cereais, quanto de hortícolas. Centraliza, ainda, importante produção de cereais de áreas produtoras mais setentrionais, bem como de Mato Grosso, produção essa que é beneficiada por aproximadamente, 70 cerealistas instalados na Cidade. A produção de hortícolas da área vizinha a Anápolis, principalmente, de Nova Veneza e Nerópolis, passou a convergir, também, para aquela Cidade.

A intensificação da ocupação da área dos vales do Araguaia e Tocantins, bem como daquela ao longo da Belém-Brasília, configurando um novo quadro de expansão de fronteira agrícola em moldes empre-

²⁰ Esses dados foram extraídos das *Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos*, relativos a 1960 e 1970 para o Estado de Goiás — IBGE.

sariais capitalistas na década de 70, teve repercussão na Região Geoeconômica de Brasília, uma vez que esta forma de ocupação se realizou através da grande produção de bens agrícolas comerciais e de grandes estabelecimentos pecuaristas, amparados pela política de incentivos fiscais, relegando a um plano secundário a produção de alimentos, principalmente de hortícolas. Dessa forma, essa produção que vinha se desenvolvendo na região de Anápolis, recebeu grande impulso, o que a tornou importante supridora dessas novas áreas. Por outro lado, a abertura dessa frente exerceu forte atração sobre lavradores que já se encontravam em situação desvantajosa no processo produtivo e que, aspirando por melhores condições de vida, foram se deslocando da Região Geoeconômica de Brasília para essas áreas.

Portanto, não obstante a situação menos favorecida em que se encontra, atualmente, a pequena produção, na Região Geoeconômica de Brasília, esta ainda se distingue pela expressiva produção agrícola de bens alimentares básicos e hortícolas, constituindo-se em importante área abastecedora dos centros urbanos regionais e de Brasília, além dos mercados situados nas frentes do norte do Estado e de áreas paraenses. O fato de ser beneficiada por diversas Rodovias (Belém-Brasília-BR-153, Brasília-Fortaleza-BR-020, Brasília-Belo Horizonte-BR-040, Brasília-São Paulo-BR-050 e Brasília-Cuiabá-BR-060), que servem a Capital Federal, coloca a Região, comparativamente, numa situação vantajosa para o desempenho das funções de distribuição desta produção. Assim sendo, apesar de as condições de infra-estrutura de transporte não serem ótimas e muitas rodovias e estradas estarem sujeitas a más condições de utilização e mesmo permanecerem interrompidas em épocas de chuvas, estas são, ainda, importantes vias que, juntamente com as estradas estaduais e vicinais, formam a trama viária que viabiliza a chegada dos produtos aos mercados consumidores regionais.

3.2 — Transformações ocorridas nos últimos 20 anos e seu impacto no meio rural

As principais transformações que ocorreram na organização da atividade agrária, na Região Geoeconômica de Brasília, processaram-se a partir da década de 60 e estão ligadas, principalmente, à intensificação da ocupação através da expansão da fronteira agrícola em moldes capitalistas.

3.2.1 — A atuação das políticas do Governo

Nesse processo não se pode negligenciar o papel desempenhado pelo Estado que, através da criação de uma política agrícola nacional, atuou na área no sentido de concretizar tal expansão.

De fato, visando a encontrar soluções para os problemas ligados à produção agrícola e para questões mais específicas, relativas à problemática do abastecimento dos centros regionais, notadamente de Brasília, e, ainda, preocupados com problemas mais gerais como a ocupação de áreas de cerrado, os Governos Federal e do Distrito Federal têm criado incentivos e programas que atuam na Região Geoeconômica de Brasília.

Apenas, a partir da criação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), em 1976, começou-se a pensar na dinamização das atividades agrícolas da Região Geoeconômica. Assim, a programação proposta pelo Governo Federal, de incentivo à agricultura, prevê o incremento dessa atividade para fazer frente não só à crescente demanda interna de produtos agrícolas como, também, ao atendimento de compromissos assumidos pelo País, com o mercado externo, através da exportação desses bens.

Para atingir os objetivos de expansão da atividade agrícola, a nível nacional, as atenções se voltaram para os espaços disponíveis das áreas de cerrado, da Região Centro-Oeste, uma vez que as antigas áreas agrícolas produtivas do País já não dispunham de espaços que permitissem a expansão dessa atividade. No entanto, as características físicas dessas áreas de cerrado, embora não sejam impeditivas para tal aproveitamento, fazem com que certas técnicas agrícolas, tais como emprego de fertilizantes, calagem dos solos e, ainda, o controle hídrico através da irrigação, sejam necessárias para a ampla utilização de seus espaços, requerendo, portanto, grandes investimentos de capital. Este fato justificou a criação, por parte do Governo Federal, de uma série de projetos cujo objetivo foi estimular as atividades que permitissem o efetivo aproveitamento dos cerrados.

Assim sendo, foi criado através do Decreto n.º 75.320, de 21-01-75, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que consiste na conjugação de pesquisa, assistência técnica, crédito rural orientado e apoio de infra-estrutura (eletrificação rural, estradas vicinais e armazenagem). Para alcançar seu objetivo, este Programa está implantando diversos pólos de desenvolvimento, localizados em posições estratégicas, de modo a facilitar a difusão da tecnologia agrícola adequada, para toda a extensão dos cerrados. Dessa forma, a Região Geoeconômica de Brasília foi beneficiada pelo POLOCENTRO, através da definição dos Municípios de Posse, Planaltina e Goiânia como pólos de desenvolvimento, constituindo-se em áreas prioritárias para a atuação desse Programa.

Além das vantagens advindas dos programas do Governo Federal, de caráter mais abrangente, a Região Geoeconômica de Brasília tem sido alvo, também, de medidas que visam a solucionar seus problemas mais específicos.

Um dos problemas que suscitou maior atenção, por parte dos órgãos competentes da Capital Federal, foi a pressão exercida sobre seus equipamentos urbanos, proveniente de intensos fluxos migratórios para ela direcionados, os quais ultrapassaram a população ótima prevista pelo seu plano inicial.

Com vistas a solucionar esse tipo de problema foi criado o PERGEB, cuja função primordial foi a de dinamizar a economia da Região de influência do Distrito Federal, através do reforço urbano dos subpólos existentes ou potenciais e da conseqüente redução das migrações para a Capital. Dentro desta filosofia, foi definida uma estratégia de ação para o PERGEB, em convênio com a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal (SEPLAN/GDF), que visa, principalmente:

a - redução da pressão dos contingentes migratórios sobre os equipamentos urbanos de Brasília, através da abertura de oportunidades alternativas de absorção de mão-de-obra, nos subcentros da Região Geoeconômica de Brasília;

b - estímulo à Região Geoeconômica de Brasília no sentido de integrar sua economia no processo de desenvolvimento do País, bem como direcionar sua produção para o abastecimento da Capital. Esse estímulo visa a atingir atividades produtivas industriais, agroindustriais e agropecuárias.

Para viabilizar a execução de seus objetivos o PERGEB grupou os municípios da Região Geoeconômica de Brasília, segundo seus problemas mais prementes e de acordo com as medidas específicas para a solução de cada um deles. Assim sendo, a Região foi dividida em três áreas: área de contenção, área de controle e área de dinamização.

Com relação ao desenvolvimento do setor rural do Distrito Federal, ao lado de medidas que estimularam a criação de um cinturão verde, para o abastecimento de Brasília, verificou-se, também, o incentivo a grandes lavouras comerciais (trigo, soja, arroz), bem como à expansão da pecuária, através de Projetos Especiais. Considerando-se que a grande maioria das terras do Distrito Federal é de propriedade do Governo Federal, uma das soluções encontradas para por em prática a idéia do cinturão verde foi a criação de Núcleos Rurais²¹. No entanto, a produção desses núcleos não correspondeu à expectativa, com exceção dos de Vargem Bonita e de Tabatinga.

Contrastando com a situação precária em que se encontram esses Núcleos Rurais, os Projetos Especiais desenvolvidos no Distrito Federal, em virtude da situação privilegiada em que se encontram, do ponto de vista de canalização de recursos, geram uma incômoda situação de seletividade em relação aos pequenos produtores locais. O fato de privilegiar empresários com disponibilidade financeira, em detrimento dos pequenos produtores, bem como de voltar-se para atividades que não estão ligadas à produção de bens para o mercado de Brasília, faz com que esses projetos dificultem a implantação de uma área, realmente voltada para o abastecimento da Capital Federal.

Considerando-se que a produção hortigranjeira concentra-se em pequenos ou médios estabelecimentos, a Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal, também, vem pretendendo a dinamização dessa atividade, através de medidas que viabilizam o abastecimento de Brasília pela área rural do Distrito Federal. Estas medidas estão, também, direcionadas para a melhoria de vida do pequeno e médio produtor rural, através da garantia da comercialização de sua produção.

Para atingir esses objetivos, o Plano de Ação da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal estabeleceu políticas prioritárias de ação, que são viabilizadas através de uma série de programas específicos, entre os quais se destacam: o de Desenvolvimento Institucional, Fomento à Produção e Aumento de Produtividade, Organização dos Produtores, Política Fundiária, Abastecimento e Comercialização (neste, salienta-se a atuação do PROHORT, programa de caráter emergencial, voltado para o incentivo à produção e comercialização de hortigranjeiros, no Distrito Federal), Armazenagem e Transporte e Subsídios ao Crédito.

²¹ Os Núcleos Rurais foram criados pelo Decreto n.º 163 de 1962 e Resolução n.º 28 de 1963 e deveriam contar com adequada infra-estrutura de comercialização e assistência técnica e creditícia, com a finalidade de produzirem bens agrícolas, inclusive hortícolas, além de exercerem, também, a atividade criatória.

Com relação a esses planos, deve-se salientar que são de caráter extremamente abrangente, além de que, muitas vezes, as medidas propostas não estão direcionadas para solucionar os problemas mais prementes.

Assim, no caso do POLOCENTRO, devido ao fato de estar voltado para o estabelecimento de uma atividade agrícola, com uso de tecnologia mais avançada, é exigida uma aplicação maior de capital. Desta forma, este Programa limita a sua atenção aos produtores que possuem maior disponibilidade financeira e/ou maiores possibilidades de obtenção de crédito. As proposições do POLOCENTRO para esta área tentam, também, voltar-se para o apoio às atividades hortigranjeiras, as quais, no entanto, por serem praticadas por pequenos produtores, não raro os deixam à margem das inovações na agricultura e poucas oportunidades lhes oferecem no sentido de usufruírem das vantagens que o Programa proporciona.

Quanto ao PERGEB, observa-se que, por se tratar de um plano estabelecido, especificamente, para atender à problemática da Região Geoeconômica, apresenta, por esta razão, maiores condições de uma atuação mais eficaz na área, em comparação ao POLOCENTRO.

Ao se considerar a subdivisão em áreas criada por este Programa, constata-se que os municípios que foram objeto de pesquisa direta neste estudo, pertencem à chamada área de dinamização, estando sujeitos a medidas que visam a estimular as atividades produtivas ligadas ao abastecimento de Brasília e a viabilizar a estabilidade social.

Entretanto, nota-se que as estratégias do PERGEB não são bem definidas no que diz respeito à sua atuação nas áreas rurais, tendo-se voltado para solucionar problemas existentes na área, através da ênfase em soluções nas áreas urbanas.

No que se refere às políticas governamentais voltadas para o incentivo da atividade agrícola do Distrito Federal, observou-se que estas atuam numa área que apresenta inúmeros problemas. Um deles diz respeito à grande especulação imobiliária, advinda do intenso crescimento urbano, o que gera a expansão de chácaras e sítios cuja finalidade se prende mais ao lazer de fim de semana do que às atividades produtivas. O outro problema relaciona-se com sérias questões ligadas à posse da terra, uma vez que grande parte do território do Distrito Federal pertence ao poder público. Estes fatos fazem com que os programas voltados para o Distrito Federal enfrentem sérias dificuldades para sua execução. Dessa forma, parecem ter apresentado resultados positivos apenas os Projetos Hortigranjeiros nos Núcleos Rurais de Vargem Bonita e Tabatinga e o PROHORT. Este último, entretanto, por apresentar um caráter emergencial, tem sua atuação limitada a apenas um período do ano.

Por outro lado, conforme já observado, a maior parte dos recursos desses planos parece estar canalizada para grandes empresários, em detrimento dos pequenos produtores. Este problema, não é uma característica específica dos planos voltados para o Distrito Federal, e faz parte de uma política agrícola nacional que privilegia o grande produtor, tendo este aspecto sido observado, com relação a programas mais abrangentes como o POLOCENTRO.

Finalizando, deve-se ainda notar a atenção que a horticultura vem recebendo por parte desses Programas, o que demonstra uma preocupa-

ção com o problema do abastecimento de Brasília em bens hortícolas. Por outro lado, percebe-se a ausência de medidas mais efetivas no que diz respeito à produção de bens alimentares básicos.

3.2.2 — A organização de um novo espaço agrário

O processo de modernização verificado na Região Geoeconômica balizado, principalmente, pelos inúmeros programas definidos pelo Governo, geraram uma série de transformações que, entretanto, não atingiram de forma homogênea os municípios componentes da Região. Estes, responderam a essas mudanças de maneira diferenciada, conforme as características peculiares à sua organização agrária.

Assim, do conjunto de municípios selecionados para esta pesquisa, verificou-se que foi Ceres o que apresentou mudanças mais significativas e os mais sérios problemas sociais. Este Município, originário de um povoamento fruto de colonização direta efetuada a partir de 1941, foi subdividido, nessa ocasião, em pequenos lotes que foram entregues a lavradores pobres, provenientes de outros Estados, os quais receberam a terra em usufruto, até que o Ministério da Agricultura lhes conferisse o título definitivo de propriedade da terra.

Esta colonização foi responsável por uma malha fundiária que, até a década de 60, mantinha o predomínio dos estabelecimentos com área inferior a 30 hectares, onde existiam apenas cinco estabelecimentos com área superior a 400 hectares. Note-se que, nesse ano, a classe fundiária com menos de 20 hectares representava mais de 50% do número total dos estabelecimentos, ocupando 40% da área total²². Entretanto, observando-se os dados de 1970, verificou-se que o número de estabelecimentos da classe 200 a 2.000 hectares elevou-se para 17 e, em 1975, para 34, tendo também aumentado sua área ocupada de 1.418 hectares, em 1970, para 11.197 hectares, em 1975. Ao mesmo tempo, verificou-se, também, a diminuição, em número e em área, dos estabelecimentos de 0 a 20 e de 20 a 200 hectares, no período 1960-1970 e 1970-1975. Esses dados demonstram que o Município de Ceres vem passando por acentuado processo de concentração fundiária.

O uso consecutivo do solo a partir da década de 40, em estabelecimentos de reduzidas dimensões, provocou intenso desgaste dos lotes dos colonos e a redução gradativa de sua produtividade, ao mesmo tempo em que se processou grande valorização das terras nessa área, após a abertura da Rodovia Belém-Brasília. Estes foram fatores que concorreram para a venda das terras dos colonos, resultando na aglutinação desses pequenos lotes em propriedades maiores. Os pequenos produtores deram, então, origem a um fluxo de saída de população da área rural do Município de Ceres para outras áreas rurais e para cidades próximas ou, ainda, passaram para outra categoria de produtor, como arrendatários, parceiros ou ocupantes, conforme se detectou através do exame dos dados censitários que acusaram sensível diminuição do número de proprietários, concomitantemente ao aumento de arrendatários, parceiros e ocupantes.

Estas modificações na estrutura fundiária e na condição do produtor fizeram parte do mesmo processo que afetou a atividade agrícola de Ceres, não só no que concerne à redução da produção proveniente

²² Orlando Valverde & Catarina V. Dias. *A Rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1968, p. 295.

das lavouras, como, também, em significativas transformações no uso da terra que se manifestaram através do aumento das áreas de pastagens, fazendo antever nova etapa na organização da atividade agrária do Município.

Este, em 1960, participava de forma expressiva na produção agrícola estadual, uma vez que o feijão, a laranja, o café, o abacate e o algodão apresentavam participação superior a 10% do total produzido em Goiás. No entanto, constatou-se que, em 1975, de todos os bens produzidos em Ceres nenhum chegou a atingir 10% da produção do Estado. Essa perda de expressão das lavouras não se deu apenas em relação ao total estadual mas foi, sobretudo, caracterizada pelo forte decréscimo verificado no volume da PAM (Anexo 2).

Não obstante a retração da produção agrícola, deve-se ressaltar que o uso de adubos químicos foi largamente difundido no Município, no período 1970-1975. Este fato foi provocado pelo intenso desgaste dos solos locais, os quais não apresentariam condições produtivas sem a aplicação de tais insumos. Ainda que, através da aplicação de insumos, tenha-se percebido o esforço de alguns produtores no sentido de manter a produção agrícola em níveis produtivos, o seu declínio não pode ser evitado, já que as causas desse processo são mais complexas, não se restringindo, apenas, a problemas locais.

O declínio das lavouras no Município, entre 1970-1975, significou a perda da primazia que as lavouras temporárias desfrutavam, em relação aos demais usos do solo. Neste período passaram a predominar atividades criatórias voltadas para a produção de leite, realizadas, principalmente, em pastagens artificiais, as quais, atualmente, predominam no espaço agrário do Município.

Esta nova forma de utilização da terra, predominantemente pecuarista, ainda que seja uma atividade sabidamente poupadora de mão-de-obra, proporcionou uma solicitação maior de força de trabalho do tipo assalariado. Esta fez-se necessária para a execução de tarefas ligadas à formação das pastagens e limpeza dos pastos, bem como o manejo do rebanho.

Enquanto esta nova fase vai sendo implantada, a vida econômica do Município pode ser definida como uma etapa de transição. Nesta, determinados elementos pertinentes à antiga organização agrária, responsável, no passado, por “uma paisagem feliz em que numerosa massa de camponeses ascendeu econômica e socialmente”²³, ainda tentam, no presente, manter os padrões antigos, em oposição à atividade criatória que, a partir da década de 70, adquire importância econômica no Município, porém trazendo notório prejuízo para as populações rurais que dependem da lavoura para sua sobrevivência.

A presença significativa de produtores que vivem em situação de penúria, lavrando seus solos enfraquecidos e obtendo, anualmente, safras cada vez menores e insuficientes para o seu sustento e o de seus familiares; as constantes invasões de gado, que destroem completamente as plantações dos pequenos produtores, sem que haja indenização pelos prejuízos; as ofertas de compra de suas terras, que se mostram vantajosas face à situação de constantes dificuldades financeiras dos pequenos produtores, bem como a frequência com que esses

²³ Op. cit. pág. 301.

produtores assistem à saída de membros da família, de seus estabelecimentos, devido à falta de perspectiva de trabalho na área rural do Município, são algumas das evidências de que o processo de mudança que vem se verificando em Ceres é aviltante, para a maioria de seus pequenos produtores rurais. Entretanto, pode-se identificar um processo de adaptação, dos pequenos produtores de Ceres, a essas mudanças que vêm se efetuando no Município. Este diz respeito ao abandono da prática de lavouras alimentares por parte de alguns produtores, substituídas por uma pecuária leiteira, viável em pequenos estabelecimentos e destinada ao abastecimento da cidade. Dessa forma, permanecem ligados, ainda, às lidas rurais, através dos tratos requeridos pela criação, além de manterem o plantio de produtos para seu sustento e o de cana forrageira para alimentação do gado.

Essa mudança de atividade, entretanto, só foi acompanhada por uma parcela de produtores que são beneficiados por fatores como: melhor localização de seus estabelecimentos, isto é, mais próximos da Cidade de Ceres, o que permite o fácil acesso do leite ao mercado; melhor condição física dos lotes rurais, favorecendo à implantação da nova atividade ou, ainda, maior disponibilidade de mão-de-obra familiar. Os demais produtores que não dispunham de tais fatores permaneceram voltados para a lavoura porém, devido aos problemas apontados, encontram-se em situação de decadência e miséria. Numa tentativa de melhorar a situação desses pequenos produtores o escritório da EMATER formulou projetos especiais, destacando-se, entre eles, o da criação do bicho-da-seda. Esta nova atividade, realizada com assistência técnica e financiamento bancário, tem garantido aos raros produtores que a implantaram uma boa margem de lucro.

Situado em área vizinha a Ceres, o Município de Carmo do Rio Verde apresentou, entretanto, características particulares que o diferenciaram daquele Município, no período estudado.

Sua localização menos exposta aos impactos da Belém-Brasília, aliada ao fato de ter tido seus lotes rurais menos fracionados e em melhores condições físicas que os de Ceres, fizeram com que Carmo do Rio Verde reagisse, de forma diferente, às mudanças que se processaram na organização agrária regional.

Dessa forma, a estrutura fundiária do Município, entre 1960 e 1975, apresentou certa tendência a uma distribuição de terras mais homogênea. Esta foi detectada tanto pelo aumento em número e em área dos estabelecimentos com menos de 20 hectares, quanto pelo fracionamento verificado no estrato de 20 a 200 hectares e, ainda, pela redução, em área e em número, do estrato fundiário compreendido entre 200 e 2.000 hectares.

Quanto ao uso da terra, se verificou a expansão paralela das atividades ligadas à lavoura, nos pequenos estabelecimentos, e à pecuária, em estabelecimentos de maior área, por produtores locais. Esta atividade, ao contrário do que ocorreu em Ceres, não se expandiu em áreas antes ocupadas com lavouras e este pode ser o fator que explique não terem sido tão evidentes, em Carmo do Rio Verde, conflitos sociais da amplitude dos que ocorreram naquele Município. A expansão dessas atividades responde, também, pelo incremento do uso de máquinas e instrumentos agrícolas e, também, de fertilizantes químicos, que se processou no Município, a partir de 1960. Ressalte-se, ainda, uma grada-

tiva diminuição das áreas antes ocupadas com matas, o que sugere a incorporação de novos espaços à atividade agropecuária de Carmo do Rio Verde.

No sudeste da Microrregião "Mato Grosso" de Goiás, situa-se uma importante área agrícola, onde o processo de mudança na organização agrária foi impulsionado pelo crescimento de centros urbanos regionais que, através da demanda de seus mercados, incentivaram a produção de bens hortícolas.

O Município de Anápolis, que comanda essa área agrícola apresentou, no período 1960-1975, uma tendência à concentração fundiária, indicada pelo incremento do número e diminuição da área dos estabelecimentos entre 0 e 20 hectares, paralelamente ao aumento, em número e em área, dos estabelecimentos de 20 a 200 e de 200 a 2.000 hectares.

No tocante ao uso da terra, modificações se efetuaram, principalmente com relação à intensificação da horticultura e à expansão da pecuária. Notadamente, a partir da década de 60, a expansão da produção hortícola foi a responsável pelo aumento de áreas irrigadas, e, também, pela expressiva elevação do número de tratores e de estabelecimentos que passaram a empregar adubos químicos. Por outro lado, o aumento verificado na área e no número dos estabelecimentos de maior dimensão parece estar associado ao incremento, em 1975, das pastagens artificiais que passaram a ter maior participação na área total dos estabelecimentos.

Embora a produção agrícola tenha-se mantido expressiva, a partir de 1970 percebe-se um ligeiro decréscimo dos produtos hortícolas, na sua participação no total estadual. Com efeito, este fato não indica uma retração da horticultura em Anápolis, mas, parece estar mais ligado ao processo de expansão dessa atividade no Estado, quando outros municípios passaram, também, a se dedicar a essa atividade, principalmente aqueles limítrofes ao Distrito Federal.

No tocante ao interesse demonstrado por parte dos produtores locais, em se voltarem para a atividade criatória, este se traduziu pelo aumento verificado na área e no número de estabelecimentos de 200 a 2.000 hectares, e pela maior participação, a partir de 1975, das pastagens artificiais na área total dos estabelecimentos. Acresce, ainda, o fato de que o incremento da pecuária repercutiu, também, nas formas de utilização da mão-de-obra local que liberou assalariados temporários e, principalmente a partir de 1970, solicitou maior número de assalariados permanentes, categoria necessária à rotina das atividades criatórias.

Os Municípios de Nerópolis e de Nova Veneza, localizados nas proximidades de Anápolis, formam com este Município importante área hortícola da Microrregião, desenvolvida a partir da demanda dos mercados urbanos regionais.

A forma como Nerópolis e Nova Veneza reagiram às mudanças operadas na organização agrária regional, difere daquela apresentada pelos Municípios analisados anteriormente. Esta refere-se, principalmente, à tendência a uma distribuição de terras mais homogênea, apresentada por ambos e, também, no tocante ao uso da terra, a uma redução de participação das terras incultas, na área total dos estabelecimentos rurais. Este último aspecto pode ser explicado pelo fato de que tanto Nerópolis quanto Nova Veneza foram Municípios criados

mais recentemente do que os demais, tendo, ainda, espaços livres para serem incorporados aos seus processos produtivos, haja vista o flagrante aumento que se verificou nas áreas de pastagens, notadamente artificiais e de lavouras temporárias, a partir da década de 60. O incremento das áreas de lavouras temporárias correlaciona-se, intimamente, ao desenvolvimento da horticultura. Nesse período iniciou-se, também, a produção de alho que segundo informações de técnicos e de produtores locais adaptou-se, muito bem, às condições físicas da área, o que foi constatado pelo aumento bastante expressivo da produção, entre 1975 e 1977, quando, em Nerópolis, passou de 25 para 390 toneladas²⁴, tornando-se, esse Município, o primeiro produtor do Estado, seguido de Nova Veneza.

Este incremento das lavouras, especialmente dos produtos hortícolas, provocou o aumento das áreas irrigadas que, entre 1960 e 1975, apresentaram notável expansão, sendo significativo, também, o número de estabelecimentos que passaram a empregar esta técnica. Paralelamente, houve sensível difusão do uso de fertilizantes e de máquinas agrícolas.

Embora as áreas de lavouras temporárias tenham sido incrementadas, as pastagens continuaram a predominar no uso de terra, principalmente as artificiais, tendo-se verificado o aumento de sua participação na área total dos estabelecimentos, a partir de 1970.

Notou-se, ainda, tanto em Nerópolis quanto em Nova Veneza, a tendência à substituição de formas indiretas de exploração, pelas formas diretas, uma vez que houve significativa diminuição do número de arrendatários e de parceiros, ao longo do período pesquisado. Com relação ao pessoal ocupado observou-se que houve incremento dos assalariados permanentes e da mão-de-obra familiar.

Localizado na porção sul da Região Geoeconômica de Brasília, na Microrregião Sudeste Goiano, e às margens da Rodovia BR-010 que, proveniente de São Paulo, corta o Triângulo Mineiro em direção a Brasília, o Município de Pires do Rio recebe influência dessa área do vizinho Estado de Minas Gerais, onde a criação bovina é a atividade principal. Assim, a pecuária vem se firmando cada vez mais como importante atividade econômica de Pires do Rio, já que, ao longo do período estudado, foi constatado expressivo aumento do efetivo do rebanho bovino, aumento da participação das áreas de pastagens artificiais, na área total dos estabelecimentos e, ainda, a introdução do plantio da cana forrageira. Outro fator a reafirmar a atividade criatória do Município é a presença, há mais de 10 anos, do Frigorífico Brasil Central, que tem um movimento de abate diário da ordem de 200 a 400 cabeças de gado que são provenientes, também, de outros municípios criadores do Estado. Entretanto, entre 1960 e 1975, as áreas dedicadas às lavouras permanentes e temporárias foram, também, incrementadas, tendo aumentado sua participação na área total dos estabelecimentos. Neste período deu-se a introdução de novos produtos agrícolas, especialmente, de hortícolas, tendo sido estes os responsáveis pela gradativa expansão das terras irrigadas que aí se verificou.

No período 1970-1975 foi, também, intensificado o uso de arados de tração mecânica, de tratores e aumentou o número de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, principalmente os adubos químicos.

²⁴ Segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) — 1977.

Paralelamente a estas modificações, a estrutura fundiária foi-se alterando, tendendo a uma maior concentração. Durante esse processo, ocorreu à época da formação das pastagens, entre 1960 e 1970, um grande incremento de arrendatários e de posseiros, em detrimento dos proprietários, tendo-se verificado, no período seguinte, 1970-1975, situação inversa. A partir de 1970, em função do incremento verificado nas atividades agropecuárias do Município, principalmente da introdução do cultivo de hortícolas, foi flagrante o aumento de mão-de-obra assalariada, tanto permanente quanto temporária.

Situado na Microrregião Vão do Paraná, no extremo nordeste da Região Geoeconômica de Brasília, Posse configura-se como o principal Município de uma área caracterizada pela existência de sérios problemas de ordem social.

Posse originou-se do fluxo migratório de criadores nordestinos, expulsos de suas terras pela seca e que procuravam áreas de pastagens para a fixação de seus rebanhos. A boa qualidade dos pastos naturais aí existentes permitiu a instalação desses migrantes e o desenvolvimento da atividade criatória. Ao mesmo tempo foram, também, desenvolvidas lavouras que tinham como finalidade a manutenção dos criadores, tendo sido, também, iniciado o plantio da cana-de-açúcar, que deu origem a numerosos engenhos na sua área rural.

O processo de ocupação do solo do atual Município de Posse, deu-se, portanto, através de um povoamento espontâneo que, atualmente, em função das mudanças que ocorrem na sua organização agrária, o colocam numa situação de crise social que pode ser comparada à que ocorre no Município de Ceres.

As transformações que se verificaram na Região Geoeconômica, ao atingirem o Município de Posse, onde a maioria dos produtores pertenciam à condição de ocupantes, geraram sérios conflitos relacionados, principalmente, à posse e à legalização das terras. Considerando-se que este Município localiza-se à margem da Rodovia BR-020, compreende-se a grande valorização pela qual passaram suas terras, em função do fácil acesso a essa área por criadores provenientes de outras partes do País, principalmente de paulistas, à procura de novos espaços para expandir suas atividades. Estes criadores, por terem melhor situação econômica, chegam a adquirir vários lotes de terra e, conseqüentemente, desalojam os antigos produtores. Este fato é o responsável pelo processo de concentração fundiária que ocorre em Posse, através do qual se verificou sensível aumento do número e da área de estabelecimentos de 200 a 2.000 e de mais de 2.000 hectares, paralelamente à diminuição do número e da área dos estabelecimentos de 0 a 20 hectares e da diminuição do número e aumento da área daqueles de 20 a 200 hectares.

Essas alterações se refletem, ainda, na forte tendência à pecuarização que vem se notando em Posse, a partir de 1960, quando as lavouras temporárias e permanentes acusaram decréscimo, tendo os cultivos alimentares de arroz, feijão, milho e mandioca sofrido significativa queda na sua área cultivada, ao mesmo tempo em que as pastagens naturais e artificiais apresentaram sensível aumento de participação, na área total dos estabelecimentos (Anexos 1 e 2).

Este fato demonstra que as atividades criatórias se expandiram em detrimento da pequena produção das lavouras e justifica a redução havida, também, no número de arrendatários e de ocupantes que, em Posse, são tradicionalmente ligados à agricultura de subsistência. O

declínio das lavouras foi responsável, ainda, pelo inexpressivo aumento ocorrido no número de arados e de tratores, bem como pelo pequeno incremento verificado no uso de fertilizantes.

Apesar da expansão que se verificou na atividade criatória em Posse, o extrativismo vegetal é, ainda, a atividade econômica mais rentável destacando-se a extração da aroeira, madeira muito procurada na área para a construção de cercas.

Como resultado das transformações que ocorreram no espaço rural da Região Geoeconômica de Brasília, a partir de 1960 e, em função das especificidades de cada uma das áreas por elas atingidas, podem ser destacadas duas tendências que caracterizaram os municípios selecionados para esta pesquisa.

Estas tendências referem-se, principalmente, à expansão de duas novas atividades na área, que são: a criação bovina e a horticultura. A expansão da atividade criatória, está associada à concentração de terras, presente na maioria dos municípios pesquisados, e a horticultura que vem sendo desenvolvida em função da demanda crescente de mercados consumidores urbanos que surgiram na Região. Na medida em que se expandem essas atividades ocorre, em alguns municípios, retração da produção de alimentos básicos que, até a década de 60, caracterizava a produção agrícola da Região Geoeconômica de Brasília.

3.3 — Produção hortícola — setor deficitário da agricultura regional

Não obstante tenha-se constatado que a horticultura vem-se fortalecendo na Região Geoeconômica de Brasília, enquanto a produção de alimentos básicos tem apresentado, nos últimos anos, perda em termos do volume produzido, verificou-se que, em relação ao abastecimento do mercado do Distrito Federal, os hortícolas são os produtos mais deficientes, frente à crescente demanda dos mercados regionais.

Entretanto, os resultados obtidos através do balanço entre produção e o consumo dos bens alimentares (Tabela 8) não foram suficientes para a compreensão da problemática do abastecimento de Brasília, devido à existência de canais de comercialização, direcionados no sentido de levar a produção da Região Geoeconômica para outras áreas consumidoras, bem como fazer chegar, até o mercado de Brasília, a produção oriunda de outros Estados e necessária ao seu abastecimento. Desta forma, foi necessário complementar esse estudo com outros dados e, com tal objetivo, foram analisados, juntamente com os resultados do balanço, os dados de volume comercializado na CEASA-DF em 1977, segundo os Estados fornecedores, com vistas a verificar a origem dos produtos consumidos pelo mercado de Brasília. A utilização desses dados foi importante na medida em que, é através da CEASA que se comercializa a maior parte dos produtos hortícolas consumidos no Distrito Federal.

Ao se analisar, então, os dados de volume comercializado, observou-se que o alho, a abóbora, a cebola, o tomate e a batata-inglesa, mostraram-se como produtos deficitários em termos de abastecimento de Brasília, já que apresentaram uma pequena participação da pro-

dução do Distrito Federal e de outros municípios goianos, no volume total comercializado, sendo originários, principalmente, dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais ²⁵.

TABELA 8
BALANÇO ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1977

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)	CONSUMO (t)					SALDO (t)
		Semeadura	Perdas da produção	Humano	Industrial	Animal	
Arroz em casca.....	707 628	18 465	141 525	—	405 546	—	+142 092
Arroz beneficiado.....	95 333	7 473	28 599	87 677	—	—	(-)28 416
Mandioca.....	24 421	—	2 442	32 829	58 066	9 279	(-)78 195
Milho.....	690 492	7 488	34 524	13 883	151 908	138 098	+344 591
Alface.....	6 564	—	—	4 091	—	—	+2 473
Repolho.....	5 784	—	—	5 137	—	—	+647
Tomate.....	20 593	—	4 118	21 772	—	—	(-)5 297
Cenoura.....	10 084	—	—	3 224	—	—	+6 860
Abóbora.....	4 088	—	—	13 394	—	—	(-)9 306
Cebola.....	3 013	—	602	8 624	—	—	(-)6 213
Chuchu.....	3 101	—	—	7 882	—	—	(-)4 781
Alho.....	3 092	196	154	1 670	—	—	+1 072
Batata-doce.....	1 805	340	180	1 073	—	—	+212
Batata-inglesa.....	102	189	20	22 751	—	—	(-)22 858

Comparando-se, entretanto, a relação de produtos deficitários indicados pelo balanço e pelo volume comercializado na CEASA, verifica-se que os resultados não foram coincidentes, apenas para o chuchu, o alho e o feijão.

Constatou-se pelo balanço que o chuchu apresentou um déficit de 4.781 toneladas, em contraposição aos dados de volume comercializado na CEASA/DF, onde se verificou que não existe uma participação expressiva de outros Estados na comercialização desse produto. Através dos dados de volume comercializado na CEASA/DF, observou-se que o próprio Distrito Federal, juntamente com o Estado de Goiás, foram responsáveis por 99,32% do total comercializado. Conseqüentemente não considerou-se este produto deficitário em termos do abastecimento de Brasília, já que a CEASA configura-se como o mais importante centro de comercialização da Capital Federal.

Verificou-se, também, pelo balanço que o alho produzido na Região apresentou um superávit de 1.422 toneladas, o que causa estranheza ao se comparar com os dados de volume comercializado na CEASA/DF, onde constatou-se uma participação bastante significativa do Estado de São Paulo (85%), no total comercializado. Neste caso, o problema deve estar relacionado diretamente com a existência de canais de comercialização, principalmente de São Paulo para Brasília, já estruturados desde a criação da Capital Federal, que dificultam a entrada da produção regional no mercado. De fato, durante a pesquisa de campo

²⁵ Ver a respeito o item 2.4, tabelas 6 e 7.

foi constatado, por exemplo, que o alho de Nerópolis é exportado, inclusive, para fora do País e somente 3% da produção são enviados para Brasília.

Com relação ao feijão, embora tenha-se constatado, pelos resultados do balanço entre a produção e o consumo, que a oferta regional do produto seria insuficiente para atender à demanda, verificou-se pelo volume comercializado na CEASA/DF (Tabela 7) não haver problemas quanto ao suprimento do mercado de Brasília, já que, no Estado de Minas Gerais, a Microrregião Chapadões do Paracatu, integrante da Região Geoeconômica, é a que envia as maiores quantidades desse produto para a Capital Federal. Sendo assim, não se considerou o feijão um produto deficitário em termos do abastecimento de Brasília.

No que tange à mandioca, não foi possível uma comparação de resultados, já que a CEASA/DF não faz um acompanhamento do volume comercializado deste produto, segundo os Estados de origem. Utilizando-se, então, os resultados do balanço e as informações levantadas durante a pesquisa de campo, verificou-se que a mandioca, apesar de apresentar um saldo negativo de 78.195 toneladas, não é um produto problemático em termos do abastecimento de Brasília. Realmente, esse produto não se caracteriza por ter importância expressiva no mercado local e, por outro lado, o Plano de Ação da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, para o período de 1970-75, prevê para 1985 um superávit de 763 toneladas, em relação à demanda, indicando uma maior intensificação no seu cultivo. Tal fato se explica, uma vez que a aplicação industrial da mandioca, como matéria-prima para a fabricação do álcool, tem contribuído para a elevação dos preços do produto no mercado e para o incremento da produção regional²⁶.

Embora os dados da CEASA acusassem que a maior quantidade de tomate consumida no Distrito Federal é produzida na Região Geoeconômica, este produto foi, também, considerado deficitário por ser, ainda, o abastecimento da Capital Federal, dependente de outras áreas produtoras especialmente nas épocas de chuva.

Tendo em vista as observações feitas anteriormente, apenas o tomate, a abóbora, a cebola e a batata-inglesa foram, então, considerados produtos deficitários em termos de satisfazer à demanda do mercado de Brasília.

Com relação à estrutura de consumo da população regional (Tabelas 9 e 10), segundo classes de despesa, observou-se, como era de se esperar, com relação aos produtos alimentares básicos — arroz e feijão — um maior consumo, per capita, por parte dos consumidores de menor poder aquisitivo (classes 1 e 2).

Notou-se, entretanto, com relação ao consumo de mandioca, per capita, que em Brasília e na área urbana de Minas Gerais, a população com classes de despesa de mais de 5 salários-mínimos (classe 3) foi a que apresentou o consumo mais elevado. Este fato assume um caráter particular uma vez que a mandioca é, sabidamente, um importante produto na alimentação da população de classes de renda mais baixa, principalmente, nas áreas rurais do País. Na Capital Federal pode-se levantar a hipótese de que este produto seja mais consumido pela popu-

²⁶ Secretaria de Agricultura e Produção (DF). *Plano de Ação, 1979/1985*. Brasília, 1979. p. 12.

TABELA 9
CONSUMO PER CAPITA ANUAL DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS E
ALIMENTARES BÁSICOS, SEGUNDO AS REGIÕES SÓCIO-
ECONÔMICAS E CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA
GLOBAL — 1975

REGIÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA GLOBAL	CONSUMO PER CAPITA ANUAL (Kg)								
	Alho	Arroz	Batata- doce	Batata- inglesa	Cebola	Feijão	Mandioca	Tomate	Farinha de mandioca
Região VI — Distrito Federal									
Até 2 salários mínimos.....	0,37	51,71	—	3,64	1,72	26,58	—	3,44	3,07
Mais de 2 a 5 salários mínimos..	0,39	54,40	1,32	7,55	2,68	23,70	2,10	6,55	2,11
Mais de 5 salários mínimos...	0,47	44,66	2,00	14,25	4,18	17,34	3,02	10,78	1,57
Região VII — Zona urbana de Mato Grosso e Goiás									
Até 2 salários mínimos.....	0,37	73,82	—	3,23	1,46	21,32	10,47	3,50	4,44
Mais de 2 a 5 salários mínimos..	0,38	68,35	—	6,30	2,62	18,91	7,77	6,54	3,70
Mais de 5 salários mínimos...	0,46	57,30	—	9,09	3,49	16,44	7,40	10,69	2,90
Região IV — Área urbana de Minas Gerais e Espírito Santo									
Até 2 salários mínimos.....	0,63	45,30	—	7,28	1,15	23,71	2,68	2,92	2,05
Mais de 2 a 5 salários mínimos..	0,67	53,01	0,97	11,30	1,93	21,45	2,74	6,22	1,17
Mais de 5 salários mínimos...	0,70	46,16	1,35	14,16	2,92	17,26	3,99	10,41	1,12

FONTE — ENDEF — 1975 — IBGE.

TABELA 10
CONSUMO PER CAPITA ANUAL DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS E
ALIMENTARES BÁSICOS POR REGIÕES SÓCIO-
ECONÔMICAS — 1975

PRODUTOS	CONSUMO PER CAPITA ANUAL (Kg)		
	Distrito Federal	Área urbana da Região Centro-Oeste	Área urbana da Região de Minas Gerais e Espírito Santo
Abóbora.....	2,8	3,0	7,5
Alface.....	1,5	0,8	1,0
Cenoura.....	1,7	0,5	0,5
Chuchu.....	3,7	1,2	4,2
Milho verde (espiga).....	1,4	3,8	2,4
Repolho.....	1,5	1,1	1,5

FONTE — ENDEF — Consumo Alimentar — Antropometria — Região IV, VI e VII — 1975.

lação de maior poder aquisitivo, devido ao problema de preço elevado que o produto alcança no mercado, em função do seu alto grau de perecibilidade.

No que se refere ao consumo dos produtos hortícolas, observou-se que foram, também, os consumidores com classes de despesa de mais de 5 salários mínimos (classe 3), os que apresentaram o maior consumo, per capita. De fato, os hortícolas, por serem vendidos a preços relativamente mais elevados do que os alimentares básicos, fazem parte, em maior proporção, da dieta alimentar da população de maior poder aquisitivo. Deve-se notar, entretanto, com relação ao consumo de alho, per capita, que este se mostrou homogêneo por classes de despesa, devido,

provavelmente, à sua pequena participação nas despesas com alimentação, em virtude de ser um produto utilizado apenas como tempero.

Concluindo, os resultados do balanço entre a produção e o consumo de produtos alimentares básicos e hortícolas, em confronto com os dados de volume comercializado na CEASA/DF, indicaram que o tomate, a abóbora, a cebola e a batata-inglesa, são importados de outros Estados para o mercado consumidor de Brasília devido à não existência de produção local suficiente. Considerando-se que os hortícolas são, em geral, produtos altamente perecíveis, essa importação se mostra bastante desvantajosa, pois, esse tipo de produto deve, sabidamente, ser produzido próximo aos centros consumidores. No caso da importação do alho, principalmente do Estado de São Paulo, embora exista produção local suficiente, os produtores se vêm impossibilitados de participar do processo de abastecimento de Brasília, devido à existência de canais de comercialização estruturados, que dificultam a entrada da produção local no mercado.

Com relação aos alimentares básicos, embora até 1977 — ano para o qual foi elaborado o balanço —, não se tenha verificado nenhum problema em relação à oferta regional, observou-se, no que tange ao volume de produção, bem como à área ocupada com lavouras temporárias, uma tendência ao decréscimo no período 1960-75²⁷.

4 — PEQUENA PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS — UM SEGMENTO PRODUTIVO MARGINALIZADO

Em face da sensível diminuição da produção de alimentos básicos e, ainda, da insuficiência da produção hortícola, para fazer frente ao crescente consumo da Capital Federal, tentou-se buscar os fatores que poderiam estar influenciando na expansão da produção desses alimentos.

Nesse sentido, considerou-se como fatores que poderiam impedir uma maior atuação da pequena produção, no processo de abastecimento da Capital Federal, o próprio sistema de comercialização vigente em Brasília; os custos de produção da Região Geoeconômica, que poderiam ser mais elevados comparativamente aos de outras áreas abastecedoras desse mercado, a grande dependência aos intermediários e, ainda, a forma pela qual os pequenos produtores estão inseridos na atividade agrária regional.

4.1 — Abastecimento de Brasília: um sistema inibidor da participação dos pequenos produtores

O mercado consumidor de gêneros alimentares básicos e hortícolas da Capital Federal foi inicialmente abastecido, quase que totalmente, por áreas externas à Região, principalmente do Estado de São Paulo, criando-se, assim, canais de comercialização que, embora tenham sido recentemente substituídos, em parte, por outros provenientes de regiões mais próximas, ainda têm importante expressão no abastecimento de Brasília.

²⁷ Ver a respeito item 3.2.

De fato, no passado, a total dependência deste mercado consumidor, em relação a outros Estados, para seu abastecimento, criava uma insegurança muito grande, já que inexistiam alternativas de outras regiões produtoras que suprissem o mercado, quando da ocorrência de problemas ligados às safras insuficientes, geadas, chuvas, etc, que comprometiam o abastecimento e/ou provocavam uma elevação acentuada de preços.

Inicialmente, entretanto, as áreas vizinhas ao Distrito Federal não tiveram um estímulo capaz de desenvolver a atividade agrícola e abastecer este novo mercado consumidor, devido não só a fatores ligados à comercialização, como, também, por ser a região de cerrado uma área que, até então, não apresentava tradição agrícola. Só recentemente os produtores localizados na área rural do Distrito Federal e municípios vizinhos, têm incrementado significativamente sua produção de hortícolas, podendo, assim, competir com os produtores das áreas mais desenvolvidas.

Nesta fase inicial, a comercialização de gêneros alimentícios em Brasília se caracterizava pela ausência de redes de supermercados e CEASA, sendo o comércio realizado em quitandas e mercearias, nas superquadras, e em feiras livres localizadas nas *Cidades Satélites*, por não serem permitidas no *Plano Piloto*; nestas feiras era expressiva a presença de pequenos produtores.

A comercialização de gêneros alimentares básicos era feita, como ainda o é nos dias de hoje, principalmente pelos cerealistas concentrados no Núcleo Bandeirante. Estes atuam comprando produtos, principalmente no norte de Goiás e Mato Grosso, e de outras áreas, dependendo da época, e vendem em Brasília, sobretudo para os supermercados e comerciantes tanto do *Plano Piloto* como das *Cidades Satélites*.

O comércio local evoluiu com a criação, em 1962, da Sociedade de Abastecimento do Distrito Federal (SAB), que funciona atualmente, através de uma rede composta por 17 postos de venda a nível de varejo. Tem, essa Sociedade, como objetivo, canalizar a produção da área rural do Distrito Federal, responsabilizando-se pela sua comercialização; um outro objetivo seria o de controle dos preços dos produtos de consumo em geral, a fim de evitar que a iniciativa privada aja livremente no estabelecimento dos preços. Note-se, entretanto, que esses objetivos não têm sido cumpridos integralmente pela SAB, conforme pode-se observar pelas novas medidas propostas para Brasília, em termos de solucionar os problemas de abastecimento.

Com a implantação da CEASA/DF em 1973, criou-se um importante centro captador e redistribuidor de produtos oriundos não só da Região, como de outros Estados, onde a produção é comercializada por produtores vendendo diretamente sua produção e, principalmente, por atacadistas (90%).

Como consequência de um sistema de comercialização mais organizado e de uma crescente solicitação do mercado consumidor, verifica-se uma elevação acentuada do número de supermercados em Brasília. A partir de então, altera-se o sistema de comercialização que, atualmente, se faz através de uma extensa cadeia de supermercados atuando, principalmente, no *Plano Piloto*. Nas *Cidades Satélites*, o sistema de comercialização evoluiu no sentido da ampliação das feiras livres, em novas bases, paralelamente à implantação de supermercados.

Atualmente, percebe-se que o mercado de Brasília já não é tão dependente de outras áreas produtoras — fora da Região Geoeconômica — para o seu abastecimento, principalmente quanto a verduras²⁸, que vêm sendo produzidas de forma bastante expressiva pelos núcleos rurais do Distrito Federal e Municípios mais próximos (Alexânia, Abadiânia, Luziânia, Cristalina, Padre Bernardo). De fato, os produtos hortícolas foram os que receberam maiores estímulos por parte dos órgãos competentes, não só pela pressão exercida pelo mercado consumidor, como, também, por serem altamente perecíveis, o que cria sérios problemas quando do transporte a longas distâncias.

Segundo estudos realizados sobre a produção agrícola do Distrito Federal e o abastecimento de Brasília, a sua área rural apresenta, a longo prazo, condições de incrementar a produção agrícola de forma a se auto-abastecer, principalmente quanto aos produtos hortícolas. Este fato torna-se, ainda, mais importante quando se constata a existência de períodos críticos no abastecimento, os quais correspondem à época chuvosa, na qual há sensível diminuição de produção, simultaneamente na Região e em outras áreas abastecedoras de Brasília. A frequência dessas crises de abastecimento responsáveis, muitas vezes, pela escassez de produtos no mercado e conseqüente elevação dos preços, foi um dos fatores que deu origem ao PROHORT²⁹.

Apesar de, atualmente, já se verificar uma preocupação em estimular as áreas produtoras, próximas a Capital Federal, a problemática do abastecimento dessa cidade tem sido tratada mediante soluções que atingiram, principalmente, a chegada do produto ao mercado consumidor, fato que é comprovado quando se constata que foram tomadas medidas, no sentido de ampliar a rede de supermercados, e de criar um certo centro para onde converger a maior parte da produção que se destina ao abastecimento de Brasília — CEASA.

Entretanto, a ampliação da CEASA/DF favorece os produtores mais capitalizados que, por terem condições de apresentar expressivo volume de produção, reúnem maiores possibilidades de participar dos canais de comercialização e, portanto, contribuir mais efetivamente, para o abastecimento de Brasília.

Se por um lado, a CEASA trouxe benefícios para esses produtores assim como para os grandes comerciantes e atacadistas, além dos consumidores do *Plano Piloto*, por outro lado, devido ao seu próprio crescimento, acabou por expulsar do sistema de comercialização de Brasília, grande número de pequenos produtores, por apresentarem uma produção muito reduzida, incapaz de competir com grandes volumes comercializados por atacadistas da CEASA/DF.

Da mesma forma, a ampliação do número de supermercados contribuiu, também, para o agravamento do problema desses pequenos produtores, já que os supermercados, de um modo geral, também comercializam grandes volumes de produção, preferindo, assim, negociar com atacadistas localizados na CEASA/DF. Outra conseqüência da atual política de abastecimento de Brasília diz respeito às feiras livres situadas nas *Cidades Satélites*. Estas, que em grande parte funcionavam com participação expressiva de feirantes, em sua maioria, pequenos produ-

²⁸ Note-se, entretanto, que o mercado de Brasília ainda é, nos dias de hoje, extremamente dependente de outros Estados, para o seu abastecimento em frutas.

²⁹ Ver a respeito item 3.2.1.

tores, hoje em dia se realizam com a presença predominante de pequenos comerciantes. Nota-se, ainda, que estes, até recentemente, adquiriam quantidade expressiva de produtos junto aos camioneiros e pequenos produtores não capitalizados; entretanto, vêm gradativamente adquirindo mercadorias na CEASA/DF, devido, não só, às vantagens advindas de preços mais baixos, em relação aos produtos vendidos por camioneiros, como, também, porque a oferta de mercadorias de pequenos produtores tornou-se bastante reduzida, além de incerta, por estarem estes, devido às dificuldades que enfrentam para produzir, voltados, cada vez mais, para a sua sobrevivência.

Tem-se, como conseqüência, uma elevação dos preços das mercadorias vendidas nas feiras livres, apesar de os feirantes, muitas vezes, se associarem para comprar na CEASA/DF, dividindo o custo do frete. A elevação dos preços torna-se ainda mais grave quando se considera que a maioria dos consumidores das *Cidades Satélites* se caracteriza por ter baixo poder aquisitivo. Por esta razão, nota-se uma diminuição significativa no movimento comercial dessas feiras, já que os consumidores deslocam-se, com freqüência, para o *Plano Piloto*, a fim de adquirir produtos a preços menos elevados, no varejão da CEASA/DF, realizado aos sábados.

Desse modo, observa-se que a atual política de abastecimento de Brasília apresenta-se desvinculada de uma política de apoio ao pequeno produtor e, por esta razão, provocou e continua acentuando o processo de perda de importante parcela de produção advinda dos pequenos produtores que, se estimulados, poderiam estar contribuindo de forma bastante significativa no sistema e abastecimento. Tal constatação leva a admitir também que a atuação dos órgãos encarregados de solucionar os problemas relativos ao sistema de abastecimento de Brasília ainda privilegia a fase final da comercialização, podendo ser considerado, esse sistema, como um fator que limita a produção de parcela significativa de pequenos produtores.

4.2 — O papel dos custos de produção na expansão da produção regional

Além do grau de participação dos pequenos produtores da Região Geoeconômica de Brasília no processo de abastecimento da Capital Federal, foram analisados, ainda, os custos de produção com a finalidade de se detectar se estes seriam também um dos fatores limitantes para uma maior participação desses produtores. Chegou-se à conclusão, apesar das limitações dos dados obtidos, que o custo de produção não se configura como um fator impeditivo para a expansão da produção local. De fato, observando-se as estimativas dos custos de produção para os quatro produtos identificados como deficitários — tomate, abóbora, batata-inglesa e cebola — em termos do abastecimento de Brasília (Anexos 11 a 29), verificou-se maior vantagem comparativa para a produção desses hortícolas, no Distrito Federal e Municípios em estudo, em relação a São Paulo, cuja participação no mercado de Brasília é ainda bastante significativa, principalmente quanto ao fornecimento de tomate, batata-inglesa e cebola. Com relação aos custos de produção de abóbora japonesa (*Tetsukabuto*) entretanto, constatou-se que o Estado de Minas Gerais (região de Uberlândia), cuja produção tem uma grande participação no mercado de Brasília, apresentou uma pequena

vantagem comparativa na sua produção, o que, porém, não inviabiliza a intensificação da produção nos Municípios selecionados, principalmente em Nerópolis, onde se verificou um custo de produção bastante próximo ao de Minas Gerais.

É importante se ter em mente, entretanto, quando da análise dessas estimativas de custo de produção, as limitações que nortearam a utilização desses dados, tendo em vista que a composição dos custos de produção foi elaborada por diferentes técnicos, o que trouxe como consequência certa heterogeneidade quanto aos itens componentes dos custos de produção nos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília e nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Para possibilitar, então, uma comparação dessas estimativas, homogeneizou-se a lista de itens relevantes, eliminando-se aqueles que sem estarem ligados à especificidade do cultivo de um produto, não constaram da estrutura de custo dos demais. Por outro lado, ocorreram problemas quanto aos diferentes níveis de produtividade, conforme o grau de utilização de insumos e de técnicas agrícolas, determinado pelo agrônomo. A solução para este problema foi a análise através dos custos de produção unitários.

Primeiramente, com relação às estimativas dos custos de produção unitários do tomate (Anexos 11 a 17), verificou-se que nos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, onde foram levantadas essas informações — Nerópolis, Nova Veneza, Ceres, Anápolis, Pires do Rio e Brasília — os custos de produção se mostraram mais baixos do que na DIRA do Vale do Paraíba, em São Paulo³⁰, que é uma das regiões deste Estado que contribuem para o abastecimento da Capital Federal. Considerando-se, também, as informações obtidas junto aos agrônomos dos escritórios locais da EMATER, bem como através dos pequenos produtores desses Municípios, é possível indicar a viabilidade da intensificação da produção de tomate nesses Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, não só sob o ponto de vista dos custos de produção, como também pelas boas condições naturais de solo e de clima³¹.

De fato, em se tornando possível para os pequenos produtores da Região, o cultivo do tomate com tecnologia adequada, as importações poderiam ser reduzidas e seria minorado o período crítico quanto ao abastecimento de Brasília, que corresponde à época das chuvas — dezembro, janeiro e fevereiro — quando ocorre sensível diminuição da produção local e de outros Estados que contribuem para o abastecimento da Capital Federal, havendo, como consequência, uma grande elevação de preços do produto no mercado. Quanto aos custos de produção da batata-inglesa (Anexos 18 a 20), verificou-se que o Distrito Federal e o Município de Pires do Rio³², apresentaram grande vantagem comparativa na produção desse hortícola em relação à DIRA de Sorocaba, no Estado de São Paulo³³, que apesar de não ser a maior fornecedora

³⁰ Não foi possível a obtenção de estimativas de custo de produção de tomate para outras áreas produtoras de São Paulo.

³¹ O Município de Anápolis é, dentre aqueles selecionados, o que envia as maiores quantidades de tomate para o mercado de Brasília.

³² Não foi possível a obtenção das estimativas de custo de produção de batata-inglesa para os demais Municípios em estudo.

³³ A obtenção de estimativas para custo de produção de batata-inglesa no Estado de São Paulo só foi possível para a DIRA de Sorocaba.

de batata-inglesa para o mercado de Brasília³⁴, é uma região onde o cultivo desse tubérculo é bastante desenvolvido.

A grande dependência, do mercado de Brasília, da produção de batata-inglesa oriunda de São Paulo deve-se, em grande parte, ao desestímulo aos produtores da Região Geoeconômica provocado pela falta de batata-semente que, sendo importada de outras regiões do País, principalmente de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, como também do exterior (Europa), tem o seu custo bastante elevado, além de, muitas vezes, não ser a semente de boa qualidade, tornando-se bastante suscetível a doenças.

Quanto ao problema da qualidade da batata-semente, foi realizada uma pesquisa no Município de Anápolis pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (ENGOPA), no período de março/77 a julho/79, quando foram feitas avaliações quanto à resistência e produtividade de seis diferentes variedades de batata. Dentre as cultivares, a *bintje* que é o tipo mais consumido, ocupando o primeiro lugar na importação brasileira de batata-semente, foi a que acusou os piores resultados, sendo mais suscetível a doenças, além de ter apresentado a mais baixa produtividade. Outras variedades — *banaka*, *spunta*, *marijke* e *radosa* — foram consideradas mais adequadas à Região, tanto em termos de produtividade como de resistência a doenças, tendo os pesquisadores chegado à conclusão de que a cultura de batata-inglesa, apesar de bastante exigente em termos de tecnologia, pode ser praticada em Anápolis, com tratos culturais muito menos intensivos e com altas produtividades em relação às regiões tradicionalmente produtoras. Cabe ainda ressaltar que Anápolis já contou com significativa produção de batata-inglesa tendo, entretanto, os produtores do Município se desestimulado para o plantio deste produto devido à má qualidade das sementes e à frequência de doenças na plantação.

Nos demais Municípios — Nerópolis, Nova Veneza, Ceres³⁵ e Pires do Rio — onde foi possível a obtenção de informações quanto à cultura da batata-inglesa junto a agrônomos da EMATER, verificou-se, também, a existência de condições naturais favoráveis para o plantio desse tubérculo, sendo também apontado como o empecilho maior, o problema de falta de batata-semente, e a frequência de doenças causadas pela má qualidade da mesma.

No que se refere aos custos da produção unitários de cebola (Anexos 21 a 23), verifica-se que apesar de ser quase que totalmente importada de outros Estados, principalmente de São Paulo, para o mercado de Brasília, o Distrito Federal³⁶ possui maior vantagem comparativa na produção dessa hortaliça em relação àquele Estado o que indica a existência de viabilidade para a intensificação da produção local, com vistas a reduzir as importações deste produto. As estimativas de custo de produção de cebola no Estado de São Paulo, foram obtidas apenas para a DIRA de Sorocaba, que abrange a região que envia as maiores quantidades deste produto para o mercado de Brasília, desta-

³⁴ A DIRA da Grande São Paulo é que envia as maiores quantidades de batata-inglesa para o mercado de Brasília.

³⁵ A primeira experiência em Ceres com batata-inglesa, através de um convênio da EMATER/ENGOPA, se realizou durante o ano de 1980, não se conhecendo, ainda, os resultados.

³⁶ A obtenção dos custos de produção de cebola na Região Geoeconômica só foi possível para o Distrito Federal e Pires do Rio.

cando-se o Município de Piedade. Contribuem, também, como importantes fornecedores de cebola para o mercado da Capital Federal, os Estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Quanto à intensificação da produção de cebola nos demais Municípios em estudo — Anápolis, Nerópolis, Nova Veneza, Ceres, Pires do Rio e Carmo do Rio Verde — pelas informações obtidas junto a agrônomos da EMATER, as condições naturais são bastante favoráveis, sendo apontado como o maior entrave ao desenvolvimento desta cultura, na Região, a falta de estímulo dos produtores causada pela existência de canais de comercialização já estruturados que dificultam a entrada da produção local no mercado de Brasília.

Considera-se, então, que o estímulo à produção de cebola na Região, deveria ser não só no sentido de dar maior assistência técnica aos produtores, mas, também, na organização de um sistema de comercialização que permitisse aos produtores locais uma maior garantia quanto à venda da sua produção especialmente pelo fato de ser este produto bastante perecível.

E, finalmente, quanto aos custos de produção de abóbora japonesa (Anexos 24 a 29) tem-se que o Estado de Minas Gerais, e, mais especificamente, a região de Uberlândia³⁷, que é uma das grandes fornecedoras deste produto para o mercado de Brasília, apresentou apenas uma pequena vantagem comparativa na produção dessa hortaliça sendo, portanto, possível indicar a existência de viabilidade de intensificação da produção, especialmente em Nerópolis, que apresentou custos de produção unitários bastante próximos aos da região de Uberlândia. De fato, as informações obtidas junto aos agrônomos dos escritórios da EMATER nos Municípios de Anápolis, Ceres, Nova Veneza, Pires do Rio, Nerópolis e Carmo do Rio Verde, e aos produtores da Região, indicaram que não existem problemas quanto às condições naturais para o plantio da abóbora japonesa, sendo este, porém, um produto bastante suscetível a fungos e não muito resistente ao frio, o que exige, por parte dos produtores, a observância da época própria para o plantio bem como o emprego de defensivos adequados.

Através da análise relativa aos custos de produção, chegou-se a resultados que indicam serem os produtos deficitários competitivos, quando produzidos na Região Geoeconômica de Brasília, principalmente o tomate e a batata-inglesa que, em termos comparativos, foram os que apresentaram os melhores resultados.

4.3 — A ausência de capitalização e suas repercussões no processo produtivo

Ao se pesquisar os estabelecimentos agrícolas da área em estudo, observou-se que estes se diferenciaram, principalmente, no que diz respeito às disponibilidades de recursos dos produtores, para fazer frente às despesas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. É interessante observar que a área dos estabelecimentos (0-200 hectares), não se constitui em um fator importante de diferenciação da organização da atividade agrária, nesses estabelecimentos. Dessa

³⁷ O Estado de São Paulo, também, contribui como importante fornecedor de abóbora japonesa para o mercado de Brasília.

forma, encontra-se a lavoura como principal atividade, tanto em estabelecimentos de pequenas dimensões quanto nos de maior área, o mesmo ocorrendo com a atividade criatória.

Estas atividades são desenvolvidas em estabelecimentos cuja dimensão variou de 2,42 a 217,80 hectares, sendo que 46, das 91 unidades produtivas pesquisadas, apresentaram área entre 2,42 a 38,72 hectares; 22 abrangeram área entre 41,14 a 87,12 hectares e, 23 constituíram-se em estabelecimentos maiores, cuja dimensão variou de 96,80 a 217,80 hectares.

Ainda notou-se um ligeiro predomínio de estabelecimentos com área maior que 48,4 hectares, 22 dedicados à pecuária, embora também tenha se observado a atividade de lavoura em 14 estabelecimentos dessa dimensão. Por outro lado, ao se considerar estabelecimentos com área inferior a 48,4 hectares sobressaiu a atividade da lavoura, embora a criação tenha sido, também, praticada em um número significativo dos estabelecimentos de tal dimensão.

Ao se analisar as 91 unidades produtivas que foram pesquisadas, observou-se um ligeiro predomínio daquelas voltadas exclusivamente para a lavoura (43,95%), sobre os estabelecimentos que se dedicam apenas às atividades criatórias (39,56%). Entretanto, esta elevada participação da pecuária numa área tradicionalmente agrícola vem atestar o papel de relevância que vem assumindo a criação bovina, nessa Região. Dos demais estabelecimentos, 13,18% estão voltados para uma atividade mista, ligada tanto à lavoura, quanto à pecuária (Anexo 30).

Prevalecem, nesse conjunto, como produtores, os proprietários da terra (97,18%), sendo inexpressiva a presença de ocupantes. Esses produtores, em sua maioria, administram diretamente os seus estabelecimentos e neles residem, sobretudo em moradias construídas com material de caráter durável (80,2%). Essas habitações não contam, em geral, com infra-estrutura básica, uma vez que 64,8% das residências rurais não são providas de instalações sanitárias e 79% não dispõem de energia elétrica.

Por outro lado, é reduzida a participação de produtores que vivem no meio urbano (27,4%). Nesse caso, não chegam a se caracterizar como absenteístas, uma vez que vivem na sede do município onde estão localizados os seus estabelecimentos rurais sendo, portanto, possível administrá-los através do envolvimento diário e constante em todas as decisões e etapas necessárias ao desenvolvimento da produção.

Ainda que o analfabetismo não tenha sido predominante, foi encontrada uma expressiva fração de produtores (26,4%) que não sabe ler. Este fato é sobretudo importante na medida em que interfere na forma como esses produtores buscam suas informações sobre a atividade agrícola, deixando-os à margem de informações veiculadas sob a forma escrita.

Por outro lado, notou-se, ainda, uma elevada filiação desses produtores aos sindicatos na área — do conjunto dos 91 produtores entrevistados, 38,4% estão sindicalizados. Entretanto, apesar desta grande participação o que se observa na Região em estudo é que não se vem exercendo nenhuma atuação significativa em termos de orientação quanto aos interesses dos pequenos produtores, que passam a se identificar mais aos trabalhadores rurais, devido à situação desprivilegiada em que se encontram. Na verdade, os sindicatos restringem-se a fornecer ajuda apenas no plano de assistência médica e odontológica.

Outro aspecto observado é que esses produtores freqüentemente têm reduzido acesso às informações agrícolas, através de revistas e jornais, limitando-se, na maioria das vezes, aos contatos informais com vizinhos com quem trocam experiências sobre atividades realizadas na lavoura e na criação. Entretanto, quando o produtor vive na cidade, o acesso às informações se amplia podendo usufruir das notícias veiculadas no rádio e na televisão. Via de regra, o que se pode constatar é que a grande maioria dos produtores está bastante isolada no mundo rural, dada a grande atomização de seus estabelecimentos no espaço, sendo este um fator que dificulta fortemente o conhecimento de inúmeras informações que são de suma importância para o desenvolvimento da atividade agrícola. Entre essas informações cita-se, a título de exemplo, o fato de mais de 70% dos produtores pesquisados não saberem informar o valor do preço mínimo de venda dos produtos tradicionalmente por eles cultivados — milho, arroz e feijão.

Ainda observou-se que desses produtores 42,8% são naturais do município onde residem, enquanto 81% são imigrantes oriundos de outras partes do País e que em sua maioria, buscaram a região quando esta se constituiu em importante fronteira agrícola a partir da década de 30. Esses produtores, naturais de outras áreas, tiveram como principais razões para migrarem inúmeros fatores, entre os quais destacaram-se a maior oportunidade de trabalho (23%), a presença de parentes na área (17%), condições de solo favoráveis para a lavoura (8%) e a facilidade de obtenção de terras (3%).

Verificou-se, também, o predomínio de produtores com idade superior a 50 anos (39,5%), atestando a permanência na terra, dos membros idosos da família. Os mais jovens dirigem-se a outras áreas agrícolas de Goiás e de outros Estados, notadamente de Mato Grosso e do Pará, ou a outros estabelecimentos rurais, no próprio município ou, ainda, voltam-se para atividades urbanas nas principais Cidades da Região, tais como: Anápolis, Goiânia ou mesmo Brasília. Esse fenômeno da emigração pode ser ilustrado através dos dados levantados junto às 91 unidades produtivas pesquisadas, quando se verificou que em 42,9% delas houve migração de elementos para outras áreas nos últimos 10 anos. Nesses estabelecimentos viviam 528 indivíduos, englobando o produtor e seus familiares, dos quais 115 (21,7%) deixaram o estabelecimento devido, principalmente, à necessidade de trabalhar ou estudar, ou por ter constituído família.

Na realidade, a saída dessa numerosa mão-de-obra se explica pelo fato de na área predominarem pequenas unidades de exploração familiar, cuja produção está voltada, basicamente, para a subsistência do produtor e de sua família. Esses estabelecimentos, devido à forma como vêm produzindo, não comportam a permanência de muitos dependentes em idade adulta, já que seu número ultrapassa os limites a partir dos quais se torna difícil a sobrevivência da família. Dessa forma, a saída dos elementos mais novos é uma maneira de solucionar o problema, sempre vulnerável, desses estabelecimentos rurais, que é o equilíbrio entre a capacidade produtiva e o consumo.

Ainda com relação à saída de membros não remunerados da família, observou-se que esta emigração não é recente, uma vez que 36,9% deles deixaram suas terras há mais de 10 anos; 25,2% entre 5 e 10 anos; 21,8% entre 2 e 5 anos e os restantes 16,1% há menos de 2 anos. Essa diminuição de população ligada as lides rurais numa área de agricultura tradicional reflete a perda de expressão da lavoura.

É importante, também, situar os aspectos relativos à utilização da terra e aos sistemas de cultivo para melhor caracterizar a organização da atividade agrícola dos produtores entrevistados. Entre as formas de uso da terra encontrada sobressaíram as lavouras temporárias e as pastagens. Na maioria dos municípios, as lavouras temporárias prevalecem quanto ao número de estabelecimentos voltados para essa atividade, enquanto que as pastagens, notadamente as artificiais, predominam em relação à participação da área ocupada com esta atividade, na área total dos estabelecimentos. A única exceção foi o Município de Nova Veneza, onde as lavouras temporárias sobrepujaram as pastagens, tanto no número dos estabelecimentos que a praticam, quanto na área por elas ocupadas nesses estabelecimentos.

Dentre os produtos cultivados, são os bens alimentares básicos os que há mais tempo são cultivados nessa área, bem como os que ainda predominam nas unidades de exploração pesquisadas. São, geralmente, cultivados sob o sistema de consorciação de culturas, notadamente o feijão e o milho, embora também tenha sido encontrada a consorciação de milho com mandioca. Em menor escala, nos Municípios de Ceres, Carmo do Rio Verde e Nova Veneza são também praticadas culturas intercaladas de feijão em meio às fileiras de café.

Considerando-se a época do plantio desses produtos, tem-se que o milho é geralmente plantado de outubro a novembro e nessa mesma porção de terra é semeado o feijão, nos meses de fevereiro e março, sendo ambos os produtos colhidos em maio e junho. Inicia-se, então, novo período de preparo do solo para o plantio do arroz que se dá em outubro e novembro, sendo sua colheita realizada em maio e junho, quando, então, se reinicia o mesmo ciclo. A mandioca, que é geralmente plantada em sistema de cultivo "solteiro", tem seu plantio iniciado em outubro podendo ser colhida a partir de maio, num período que pode se prolongar até uns 2 anos.

Não se constatou, entre os produtores entrevistados, a prática do pousio, uma vez que, a sua maioria utiliza toda a área disponível de seu estabelecimento, independentemente da extensão de terras que possua. Este é provavelmente mais um fator a contribuir para a deteriorização dos solos, já que a prática do pousio apenas foi verificada em sete unidades produtivas (Anexo 30).

Foi pouco freqüente, também, a combinação lavoura-criação de gado, tendo sido predominante, nos estabelecimentos em estudo, a exploração dessas atividades de forma separada. Este aspecto do sistema agrícola revela que essas unidades produtivas não obtêm as vantagens que esse tipo de combinação de atividades poderia proporcionar em termos de elevação de produtividade.

Assim sendo, o que se pode concluir, através da observação desses sistemas agrícolas predominantes, é que a maioria dos produtores está presa a práticas bastante rudimentares, que não repõem os níveis de fertilidade natural do solo. Esse fato é um reflexo de toda a situação de precariedade econômica na qual esses produtores estão inseridos, fenômeno que, na realidade, funciona como um círculo vicioso — ou seja, a falta de condições econômicas para a exploração dos estabelecimentos, com o passar do tempo resulta em safras menores e em produtividades mais baixas, o que, por conseguinte, acentua cada vez mais a precariedade econômica dos produtores.

Ao se observar o desenvolvimento da atividade agrícola nos estabelecimentos da pesquisa voltados para a produção de hortícolas notou-se que, dado o curto ciclo vegetativo desses produtos, muitos são plantados mais de uma vez no mesmo ano agrícola, sendo realizada desta forma, uma “sucessão de culturas”, uma vez que é grande a variedade de produtos plantados, na mesma área.

Além dos produtores que vivem do plantio exclusivo dos bens alimentares básicos, existem aqueles que se dedicam mais à horticultura, embora possam também cultivar bens de subsistência. Apenas nos Municípios de Anápolis e Nova Veneza ocorreu um número equivalente de produtores que se dedicam a essas duas atividades (Tabela 11).

TABELA 11

PRODUTORES DE ALIMENTOS BÁSICOS E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS NOS SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	De produtos alimentares básicos		De produtos hortícolas	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	9	42,90	10	47,61
Carmo do Rio Verde.....	12	11	91,66	—	—
Ceres.....	22	17	77,27	1	4,54
Nerópolis.....	6	5	83,33	1	16,66
Nova Veneza.....	13	6	46,15	6	46,15
Pires do Rio.....	10	9	90,00	1	10,00
Posse.....	7	7	100,00	—	—

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

De fato, a horticultura desempenha no conjunto das unidades produtivas pesquisadas, um papel secundário, explicado, em parte, por ser esta atividade bastante laboriosa e de custo elevado, devido à necessidade de empregar grandes quantidades de insumos caros, além de exigir conhecimentos específicos, quanto aos seus métodos de cultivo.

Além destes aspectos, mesmo os produtores que desenvolvem esta atividade, apontaram problemas que parecem afetar e prejudicar o maior incremento da horticultura, chegando mesmo a desestimular sua produção. Entre esses problemas foram citados, com frequência, o risco de perda da produção proveniente, principalmente, da oscilação que seus preços sofrem no mercado. Este fato liga-se, intimamente, à frequência com que ocorre a saturação do mercado, nesses bens, o que provoca brusca desvalorização dos mesmos, fazendo com que a venda não cubra os gastos efetuados com a produção. Por outro lado, sendo os hortícolas extremamente perecíveis, não permitem aos seus produtores aguardar melhores preços, acarretando, portanto, perdas muito grandes da produção, uma vez que grandes quantidades não são vendidas.

O baixo grau de capitalização pode também ser inferido ao se atentar para o fato de que 55,4% dos produtores rurais entrevistados, não foram beneficiados pelo crédito rural, seja por não o terem solicitado, seja pelo fato de não ter sido aprovada, pela entidade financeira, a solicitação de tal recurso.

Entre as principais causas apresentadas como justificativa, por parte dos produtores, de não haverem recorrido ao crédito rural, sobressaiu o receio de não terem condições de saldar o compromisso com o banco, em função da pequena extensão de terras dedicadas às lavouras, bem como de sua baixa produtividade (Tabela 12).

TABELA 12

PRODUTORES QUE NÃO RECORRERAM AO CRÉDITO RURAL, POR MOTIVOS DIVERSOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES QUE NÃO RECORRERAM AO CRÉDITO RURAL				
	Total	Receio de ficar sem lucro após o pagamento ao banco		Receio de não saldar o compromisso com o banco	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	16	1	6,25	1	6,25
Carmo do Rio Verde.....	10	—	—	2	20,00
Ceres.....	14	—	—	8	57,14
Nerópolis.....	3	—	—	1	33,33
Nova Veneza.....	3	—	—	1	33,33
Pires do Rio.....	4	—	—	3	75,00
Posse.....	4	—	—	2	50,00

MUNICÍPIOS	PRODUTORES QUE NÃO RECORRERAM AO CRÉDITO RURAL					
	Dificuldade de lidar com a complexidade bancária		Dificuldade de conseguir o crédito		Outros motivos	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	5	31,25	—	—	9	56,25
Carmo do Rio Verde.....	1	10,00	1	10,00	3	30,00
Ceres.....	1	7,14	—	—	5	35,71
Nerópolis.....	1	33,33	—	—	1	33,33
Nova Veneza.....	—	—	—	—	2	66,67
Pires do Rio.....	—	—	—	—	1	25,00
Posse.....	1	25,00	—	—	1	25,00

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

Outros motivos, além desse, parecem influenciar a decisão dos produtores em requerer financiamento. Estes dizem respeito à sua idade avançada, à ausência de membros da família como mão-de-obra não remunerada, às constantes dificuldades pelas quais vem passando

a grande maioria desses produtores, as quais funcionam como desestímulo à produção e, ainda, às questões de caráter legal que impediram a concessão de crédito agrícola, particularmente, no caso de terras arroladas em inventário ou ocupadas por posseiros.

Embora dentre os produtores que recorrem ao crédito rural, um número razoável deles tenha condições de custear sua produção com seu próprio capital, em casos habituais do financiamento bancário não ser obtido em tempo hábil, um número também significativo não tem possibilidades de fazê-lo (Tabela 13). Esse atraso do sistema bancário, no mecanismo de liberação do financiamento, pode, portanto, ser considerado como um fator limitante da atividade agrícola, seja porque desse instrumento depende um número significativo de produtores, seja porque um retardamento na liberação do empréstimo bancário pode acarretar um atraso na época do plantio, com sérios prejuízos quanto à produtividade da lavoura.

TABELA 13

SITUAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS QUANTO A POSSIBILIDADE DE CUSTEIO A PRODUÇÃO SEM RECORRÊNCIA AO CRÉDITO RURAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	Custeiam		Recorrem	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	41	19	46,3	22	53,7
Anápolis.....	5	4	80,0	1	20,0
Carmo do Rio Verde.....	5	1	20,0	4	80,0
Ceres.....	8	3	37,5	5	62,5
Nerópolis.....	4	1	25,0	3	75,0
Nova Veneza.....	11	4	36,4	7	63,6
Pires do Rio.....	5	4	80,0	1	20,0
Posse.....	3	2	66,7	1	33,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

Foi ainda comprovado que a maior parte dos empréstimos solicitados foi destinada à fase de custeio das lavouras (76%), e também foram direcionados para investimentos na atividade criatória (73,68%), sugerindo, portanto, maior capitalização dos produtores ligados a esta última atividade. Este aspecto foi mais evidente em Ceres e Nerópolis (Tabela 14).

Além das dificuldades inerentes dos pequenos produtores em terem acesso ao crédito rural, estas são ainda reforçadas pelo fato de que para as entidades financeiras tal tipo de empréstimo não é vantajoso. O custo do processamento de empréstimos é praticamente constante, quer se trate de financiamentos de maior vulto para grandes produtores, quer sejam de menor monta, destinados aos pequenos produtores. Por outro lado, a grande exploração, desenvolvida em grandes proprie-

TABELA 14

**DESTINO DO CRÉDITO RURAL APLICADO PELOS PRODUTORES
EM SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	LAVOURA										
	Total	Custeio		Investimento		Custeio e investimento		Custeio e comercialização		Todos	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	25	19	76,0	3	12,0	1	4,0	1	4,0	1	4,0
Anápolis.....	3	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Carmo do Rio Verde.....	4	2	50,0	0	0,0	1	25,0	0	0,0	1	25,0
Ceres.....	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nerópolis.....	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nova Venéza.....	10	7	70,0	2	20,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0
Pires do Rio.....	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Posse.....	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

MUNICÍPIOS	PECUÁRIA						
	Total	Custeio		Investimento		Custeio e investimento	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	19	4	21,0	14	73,7	1	5,3
Anápolis.....	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
Carmo do Rio Verde.....	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
Ceres.....	6	0	0,0	5	83,3	1	16,7
Nerópolis.....	3	0	0,0	3	100,0	0	0,0
Nova Venéza.....	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Pires do Rio.....	3	1	33,3	2	66,7	0	0,0
Posse.....	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

dades, por dar como garantia a terra oferece maior segurança ao banco. Os pequenos produtores, nesse aspecto, constituem-se, portanto, clientes menos atraentes. Deve-se, ainda acrescentar que o atual sistema vigente de fiscalização da aplicação dos benefícios bancários seria onerada para a entidade financiadora, já que estes pequenos produtores são muito mais numerosos.

Outro aspecto da situação de precariedade econômica desses produtores pode estar associado, ainda, ao fato de que 69,23% dos 91 produtores entrevistados necessitam de outra fonte de renda, além da venda dos seus produtos agrícolas. Essa refere-se principalmente a trabalhos realizados em outros estabelecimentos (26,2%), revelando a situação de decadência da pequena produção, através de sua insuficiência no sentido de garantir a subsistência da família que a ela se dedica.

Outro dado relevante e que demonstra situação econômica dos pequenos produtores locais é a pequena ocorrência da utilização de terras em outros estabelecimentos para lavoura ou para pecuária (Tabela 15). Apesar disso, dentre os pequenos produtores entrevistados, os responsáveis pelos estabelecimentos de menores dimensões foram os que mais utilizaram terras em outro estabelecimento, principalmente, sob a forma de arrendamento de pasto. Este fato se deu notadamente

em Ceres, Carmo do Rio Verde, Nova Veneza e Posse e difere da situação encontrada em Anápolis, Nerópolis e Pires do Rio, onde se pode perceber uma vinculação dos produtores locais ao processo de expansão da atividade criatória, já que nesses Municípios a utilização de terras, fora do estabelecimento, foi praticada por produtores responsáveis por unidades produtivas de maiores dimensões (Anexo 30).

TABELA 15

SITUAÇÃO DOS PRODUTORES, ENTREVISTADOS, QUANTO A UTILIZAÇÃO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO PARA A LAVOURA E A PECUÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO DOS PRODUTORES QUANTO AO USO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO				
	Total	Utilizam		Não utilizam	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	3	14,2	17	81,9
Carmo do Rio Verde.....	12	5	41,6	7	58,3
Ceres.....	22	10	45,4	12	54,6
Nerópolis.....	6	2	33,3	4	66,7
Nova Veneza.....	13	7	53,9	6	46,1
Pires do Rio.....	10	4	40,0	4	40,0
Posse.....	7	1	14,3	5	71,4

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

A baixa capacidade de investimento desses pequenos produtores traz também como consequência uma atividade agrícola restrita ao autoconsumo, caracterizada por uma pequena participação no mercado, que se realiza através da venda do excedente. Este, na realidade, constitui uma parcela da produção que deixou de ser consumida para fazer frente aos gastos necessários com a aquisição de bens que não são por eles produzidos. De fato, do conjunto de produtores entrevistados, 53 deles (58,25%) estão basicamente voltados para a produção de subsistência, enquanto 17 produtores (18,7%) dedicam-se mais à produção destinada à comercialização.

Esses dados tomados a nível de Município, mostraram que apenas em Anápolis ocorreu o predomínio de produtores direcionados à comercialização (42,86%). Nos demais, predominaram aqueles produtores voltados para os cultivos destinados à subsistência, embora tenha se observado uma variação significativa entre eles. Dessa forma, ao lado de Posse e de Pires do Rio, onde 100 e 80%, respectivamente, dos produtores produziam para o autoconsumo, encontrou-se Carmo do Rio Verde e Nova Veneza, onde essa participação foi de 50 a 53%, respectivamente. Nos Municípios de Ceres e de Nerópolis esses índices alcançaram valores intermediários: 63 e 66%, respectivamente.

Deve-se, ainda, considerar, em relação ao objetivo da produção, casos particulares como os de Nerópolis e de Nova Veneza, onde ocorreu situação diversa dos demais Municípios, por serem esses expressivos produtores de alho do Estado. Assim, em Nerópolis encontrou-se um

produtor cultivando diversos produtos para subsistência e tendo como produto comercial apenas o alho que lhe rendeu, na safra de 1979/1980, a quantia de Cr\$ 78,0 milhares, relativos a 2,6 toneladas. Em Nova Veneza três produtores que cultivam esse produto, paralelamente ao plantio de bens para subsistência, tiveram garantidos para o mesmo ano agrícola Cr\$ 20,4 milhares correspondendo a 1,7 tonelada; relativos a 900 quilos e Cr\$ 175,0 milhares referentes a 5 toneladas.

Embora predomine na área pesquisada a produção voltada para o autoconsumo, 52,22% dos produtores comercializaram algum produto. Entretanto, a venda de tal produção valeu a estes produtores quantias que variaram desde Cr\$ 300 até Cr\$ 245,0 milhares demonstrando que muitos percebem uma importância anual extremamente baixa, que não chega a satisfazer as necessidades de sustento de uma família, ao longo de um ano. Verificou-se, no Município de Ceres, o caso esporádico de um produtor que alcançou um valor total anual comercializado, através da venda de sua produção de arroz, da ordem de Cr\$ 1,5 milhão, afastando-se, portanto, da média do valor comercializado dos demais produtores. Entretanto, a produção deste produtor destaca-se por ser oriunda do processo de formação de pastagens artificiais, onde se verifica o plantio de arroz, como etapa inicial, não se vinculando, portanto, à mesma problemática dos pequenos produtores.

Tendo-se agrupado os valores das receitas obtidas com a venda dos produtos agrícolas em 3 classes que variaram de Cr\$ 300 a Cr\$ 6,6 milhares, de Cr\$ 9,1 a Cr\$ 52,7 milhares e de Cr\$ 62,0 a Cr\$ 246,0 milhares, observou-se para o conjunto de 47 produtores que comercializaram algum produto, uma distribuição equitativa nas classes definidas. Entretanto, esses dados analisados a nível de Município, mostraram significativas diferenças que, de certa forma, expressam o grau de desenvolvimento em que se encontra a produção das lavouras desses produtores: Nerópolis apresentou igual número de produtores na primeira e na última classe; Ceres e Posse concentraram maior número de produtores na classe de valor mais baixo; Nova Veneza agrupou o maior número de produtores na classe intermediária, enquanto Anápolis foi o Município que se distinguiu dos demais, no tocante ao valor da produção comercializada, uma vez que concentrou o maior número de produtores na classe de mais elevado valor. Procurou-se também relacionar essa variável à área dos estabelecimentos pesquisados e neste sentido chegou-se à conclusão que a dimensão das unidades produtivas não interfere no valor obtido através da venda dos produtos agrícolas. Constatou-se, por exemplo, que alguns produtores que obtiveram valor da produção mais baixo, entre Cr\$ 300 e Cr\$ 6,6 milhares ao ano têm estabelecimentos com área que variou de 24,2 a 145,2 hectares, enquanto que na classe de mais elevado valor da produção estão contidos estabelecimentos cuja área também variou bastante indo de 3,63 a 197,8 hectares (Anexo 30).

Como resultante da baixa disponibilidade de recursos a que estão submetidos os pequenos produtores tem-se que as unidades de produção abrangidas por esta pesquisa caracterizam-se, também, por um baixo nível técnico de exploração. Seus produtores desenvolvem suas lavouras através de métodos tradicionais e rotineiros, fazendo raramente uso de inovação quanto aos sistemas de cultivo. As máquinas e os instrumentos agrícolas empregados por esses produtores são a tradicional enxada e o arado de tração animal. A utilização de tratores, semeadeiras

e de arados de tração mecânica é bastante reduzida e quando utilizados, o são, na maioria das vezes, sob a forma de aluguel. O emprego de pulverizadores sobressaiu, apenas, em Anápolis e em Nova Veneza onde a produção hortícola se destacou, tendo sido o seu emprego insignificante nos demais Municípios.

O sistema de rotação de terras não foi expressivo nos Municípios pesquisados, especialmente em Posse, Anápolis, Ceres e Carmo do Rio Verde. A ausência dessa prática parece estar ligada à exigüidade das terras, nos estabelecimentos pesquisados, que não permite que uma parcela deles seja deixada em descanso.

Constatou-se também que a maior parte dos produtores entrevistados praticam a rotação de culturas, à exceção de Pires do Rio e de Posse, onde esta prática não foi encontrada com freqüência, por se tratar, no caso de Pires do Rio, um Município mais voltado para a criação e, no de Posse, em função do sistema de cultivo predominante que consiste no uso exaustivo do solo, com o mesmo produto.

Este fator, relativo à exigüidade espacial dos estabelecimentos, agravada pelo seu uso consecutivo através das referidas técnicas rudimentares ao longo de anos, parece ter exigido o emprego de determinados insumos, especialmente de adubação química ou orgânica, inseticidas e sementes selecionadas, para que seus solos desgastados pudessem apresentar um nível de maior produtividade ou mesmo, em casos extremos de depauperamento, pudessem produzir o mínimo necessário. A atividade hortícola foi, também, outro fator que estimulou o emprego desses insumos, especialmente em Anápolis e Nova Veneza, Municípios que ao lado de Ceres e de Pires do Rio destacaram-se por utilizarem maior variedade de insumos.

A estagnação em que se encontra a maioria desses produtores pode, ainda, ser traduzida pelo elevado número daqueles que não introduziram nenhum novo método de cultivo, nos últimos cinco anos, à exceção de Nova Veneza, onde os produtores entrevistados talvez por estarem ligados a projetos da EMATER, para o cultivo do alho, tenham incorporado novos métodos às suas práticas de cultivo.

De fato, os produtores deste Município constituíram exceção entre os demais, já que 69,23% deles receberam assistência técnica da EMATER. A grande maioria dos produtores, nos demais Municípios, não conta com este tipo de recurso.

Acresce ainda que as instalações existentes nos estabelecimentos pesquisados são, em grande parte, pequenas construções de material rústico, que funcionam como depósitos para a guarda da produção e dos instrumentos de trabalho. Muitas vezes, a situação do produtor é tão precária que não permite, nem mesmo, a construção de tais instalações e, nesse caso, é utilizado um cômodo da própria casa para tal finalidade.

Diante dessas condições, é também reduzido o número de produtores que dispõem da propriedade de caminhões e/ou camionetes. A ausência desses veículos repercute negativamente na fase da comercialização, restando a esses produtores a dependência do transporte de intermediários. Entretanto, outros tipos de veículos, mais precários, fazem parte do equipamento desses estabelecimentos. Estes dizem respeito, basicamente, a carroças puxadas por animais, tendo sido raro o caso de produtores proprietários de automóveis.

Em função do baixo nível técnico de exploração, resultante de toda a problemática que envolve estes lavradores, tem-se que, com a finalidade de aumentar a sua produção, estes pequenos produtores teriam que intensificar o fator trabalho, através do aumento da mão-de-obra empregada em seus estabelecimentos. Entretanto, por não possuírem condições financeiras que permitam a contratação de mão-de-obra assalariada, em caráter temporário ou permanente, utilizam da mão-de-obra familiar, na maior parte do ano agrícola. Esta, no entanto, vem se mostrando insuficiente, principalmente, nos períodos de maiores piques de trabalho no estabelecimento. Nesse caso, o produtor que se encontra em melhor condição financeira, recorre à contratação de mão-de-obra assalariada, constatando-se também a ocorrência da prática de troca de serviços, que se constitui num acordo, entre produtores, de trocarem dias de trabalho especialmente nas épocas de colheita.

De fato, observou-se que a utilização da mão-de-obra familiar foi a que apresentou frequência mais significativa nos estabelecimentos dos Municípios de Ceres, Nova Veneza, Carmo do Rio Verde e Posse, lugares onde se destacou a lavoura tradicional de alimentos. O trabalho assalariado temporário prevaleceu sobre as demais formas em Anápolis, Nerópolis e Pires do Rio, onde a horticultura e a pecuária vêm adquirindo maior expressão. O assalariamento permanente se destacou apenas em Anápolis (Tabela 16).

TABELA 16

MÃO-DE-OBRA EMPREGADA PELOS PRODUTORES, POR SITUAÇÃO DE EMPREGO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	MÃO-DE-OBRA EMPREGADA								
	Total	Assalariado permanente		Assalariado temporário		Parceiro		Membro da família	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	32	8	25,0	13	40,0	3	9,4	8	25,0
Carmo do Rio Verde.....	25	5	20,0	9	36,0	1	4,0	10	40,0
Ceres.....	37	6	16,2	10	27,0	5	13,5	16	43,3
Nerópolis.....	10	3	30,0	4	40,0	3	30,0	0	0,0
Nova Veneza.....	25	2	8,0	8	32,0	2	8,0	13	52,0
Pires do Rio.....	12	2	16,7	6	50,0	0	0,0	4	33,3
Posse.....	10	0	0,0	2	2,0	2	2,0	6	60,0

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

4.4 — A intermediação como um processo eliminador de estímulos ao pequeno produtor

Em função das condições em que são desenvolvidas as atividades agrícolas, a grande maioria dos lavradores pesquisados não tem condições de fazer chegar sua produção ao mercado consumidor. Nesse sentido, a figura do intermediário, se constitui em peça importante no processo de comercialização, viabilizando a chegada do produto ao mercado. Entretanto, deve-se considerar ser ele o responsável, não só pela excessiva elevação de preço que sofrem os produtos, até chegarem aos consumidores, como indiretamente contribui para o processo de

pauperização a que estão submetidos esses pequenos produtores, uma vez que compra a produção a preço que, via de regra, não cobre os gastos efetuados para custeá-la.

De fato, ao se perguntar aos produtores qual a principal dificuldade que enfrentam quando comercializam a sua produção, o problema mais freqüentemente apontado foi o preço excessivamente baixo que é dado por sua produção. Além desta questão, parece interferir negativamente no processo produtivo desses produtores a falta de transporte próprio para levar a produção ao local de comercialização. Sua ocorrência possibilitaria maior independência do produtor, em relação ao intermediário, além de ocasionar a redução de despesas com relação ao frete. A ausência de transporte próprio foi particularmente sentida pelos produtores de Posse, pois estes se ressentem da ausência de intermediários em virtude da precariedade do acesso aos seus estabelecimentos.

Conforme se constatou no processo de comercialização da produção dos pequenos estabelecimentos em estudo, predomina a figura do camioneiro ou "marreteiro", que percorre os estabelecimentos rurais ditando os preços e comprando aqueles produtos que poderão ser revendidos com certa margem de lucro (Tabela 17). Às vezes, também financiam a lavoura de alguns produtores, tendo como compromisso entre as partes a exclusividade da venda, antes da colheita. Apesar de predominar, nesse processo de comercialização, a presença do intermediário, nota-se, ainda, no caso dos produtos hortícolas, uma parcela de produtores que efetua a venda de sua produção diretamente a pequenos comerciantes na feira que se realiza, duas vezes por semana, na Cidade de Anápolis, onde é concentrada a maior parte da produção da área circunvizinha.

Esta feira tem como objetivo a comercialização da produção através do encontro desses produtores e dos intermediários com "marreteiros" provenientes de áreas de expansão da fronteira agrícola, Gurupi (Goiás), Tucuri, Marabá e Redenção (Pará) e dos principais mercados regionais, Brasília, *Cidades Satélites* e Goiânia, visando à compra e à revenda desses produtos, a fim de abastecer esses centros urbanos, através da CEASA/DF/GO e da rede varejista local (Figura 2).

Dessa forma, de Brasília destacam-se os camioneiros que, via de regra, levam a produção adquirida em Anápolis para ser mais uma vez revendida nos boxes da CEASA, sendo que esses comerciantes, por sua vez, a distribuem aos supermercados, mercearias, feiras das *Cidades Satélites*, enfim, à rede varejista local. Nesse processo, as mercadorias passam por quatro etapas de intermediação até chegar ao consumidor.

Por outro lado, quando determinado produto hortícola é negociado em Anápolis, por intermediários ligados à comercialização de algumas *Cidades Satélites*, a mercadoria é revendida aos proprietários dos boxes, na feira dessas Cidades, que a revendem ao consumidor. Este, no entanto, não é o procedimento mais comum, predominando o caso de feirantes que compram os produtos na CEASA, o que provoca, ainda, maior elevação do preço de venda ao consumidor, devido ao acréscimo de mais uma etapa de comercialização.

Assim sendo, essa cadeia de intermediação que permite a chegada dos produtos hortícolas aos centros urbanos regionais e, especialmente, ao Distrito Federal, resulta em aumentos de preço do produto, a cada revenda, a partir da saída do estabelecimento, onde foi produzido, até a chegada ao consumidor final. Como consequência desse processo,

TABELA 17

**DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, POR TIPO DE
COMPRADOR, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS
NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	TIPO DE COMPRADOR						
	Total	Produtor		Camioneiro		Consumidor	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	1	4,8	4	19,0	2	9,5
Carmo do Rio Verde.....	7	1	14,2	3	42,9	—	—
Ceres.....	11	—	—	1	9,1	2	18,2
Nerópolis.....	3	1	33,4	1	33,3	—	—
Nova Veneza.....	12	1	8,3	5	41,7	2	16,7
Pires do Rio.....	—	—	—	—	—	—	—
Posse.....	7	—	—	—	—	6	85,7

MUNICÍPIOS	TIPO DE COMPRADOR					
	Pequeno comerciante		Usineiro/Cerealista		Governo	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	10	47,6	4	19,1	—	—
Carmo do Rio Verde.....	—	—	3	42,9	—	—
Ceres.....	4	36,3	3	27,3	1	9,1
Nerópolis.....	1	33,3	—	—	—	—
Nova Veneza.....	2	16,7	1	8,3	1	8,3
Pires do Rio.....	—	—	—	—	—	—
Posse.....	—	—	1	14,3	1	14,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

ficou detectada uma grande defasagem entre o preço pago ao produtor e o preço que o consumidor paga no varejo. Esta disparidade pode atingir, conforme o produto, um percentual bastante elevado, como no caso do tomate, cuja margem total da comercialização foi da ordem de 350% ³⁸.

Quanto aos bens alimentares básicos, especialmente o arroz, observou-se da mesma forma, que os produtores entrevistados enviam sua produção para Ceres e para Anápolis, Cidades onde existe expressivo número de cerealistas voltados para a compra da produção das mais

³⁸ Variação no preço da caixa de tomate a partir da venda pelo produtor, em junho de 1980:

— preço em Anápolis — comerciante comprou do produtor por Cr\$ 200 e vendeu por Cr\$ 300;

— preço em Brasília — comerciante da CEASA/DF comprou de intermediário por Cr\$ 400 e revendeu por Cr\$ 450;

— preço nas *Cidades Satélites* — comerciante comprou do intermediário por Cr\$ 500 e revendeu por Cr\$ 700.

diversas partes do Estado e, também, de Mato Grosso, ainda cabendo a eles a tarefa de distribuí-la para uma área que ultrapassa os limites da Região Geoeconômica de Brasília e atinge os centros consumidores do centro-sul (Figura 2).

O arroz, por ser um produto estocável e por necessitar de um processo de beneficiamento, permitiu a essas Cidades o desenvolvimento de tais funções. Por esta razão, Ceres e Anápolis constituem-se numa primeira etapa do processo que envolve a saída deste produto, do meio rural, antes de atingir o mercado consumidor e, desse modo, admite-se que os resultados encontrados para esta variável — destino da produção — tenham subestimado as quantidades que, na realidade, foram destinadas à Capital Federal.

A cadeia de intermediação responsável pela chegada desses produtos aos centros urbanos pode iniciar-se com o camioneiro, o qual retira a produção da área rural, passa pelo cerealista na cidade e, ainda, por grandes atacadistas nos centros urbanos, destacando-se com tal função, na Capital Federal, o Núcleo Bandeirante. Estes atacadistas revendem estas mercadorias para os diversos tipos de varejistas, que se encarregam de levá-las aos consumidores.

Ocorreu, também, além da venda da produção para o camioneiro, a comercialização diretamente ao cerealista, tendo sido esse tipo de transação comercial significativa em Anápolis, Carmo do Rio Verde e Ceres.

Em geral, o cerealista é um comerciante atacadista que adquire a produção dos inúmeros pequenos produtores que se encontram distribuídos de forma extremamente dispersa na área rural. Esses compradores por disporem de meio de transporte próprio, têm acesso direto aos produtores e, considerando-se, ainda, que é pequeno o volume de produção de cada estabelecimento, compreende-se o grande poder desses cerealistas na decisão dos preços a serem pagos pelos produtos. Em geral, esses compradores são, sobretudo, personalidades de prestígio local, devido à posição privilegiada que ocupam na região, por serem também grandes proprietários e importantes criadores de gado.

Embora tenha predominado a venda da produção para cerealistas, foi também expressivo o número de produtores que venderam sua produção para comerciantes locais notadamente em Anápolis, Ceres, Nerópolis e Nova Veneza.

Estes constituem-se em elementos possuidores de armazéns cuja função é abastecer a população da cidade em gêneros de primeira necessidade. Esse canal de comercialização caracteriza-se pela vantagem de contar com apenas um intermediário entre o produtor e o consumidor.

Deve-se atentar ainda, para o fato de que, tendo os produtos alimentares básicos a particularidade de poderem ser estocados, permitem aos intermediários jogarem com as oscilações de preço em proveito próprio. Com freqüência, os intermediários adquirem a produção do produtor e esperam a elevação dos preços no mercado. Nesta ocasião, revendem o produto obtendo, através desta operação, um aumento considerável de sua margem de lucro.

Os pequenos produtores, devido à sua precária situação econômica não usufruem das vantagens que a armazenagem oferece, pois, necessitam vender sua produção, logo após a colheita, a fim de adquirir produtos necessários à sua subsistência. Existem, mesmo, casos de produtores que são obrigados a vender sua produção antes da safra, fato

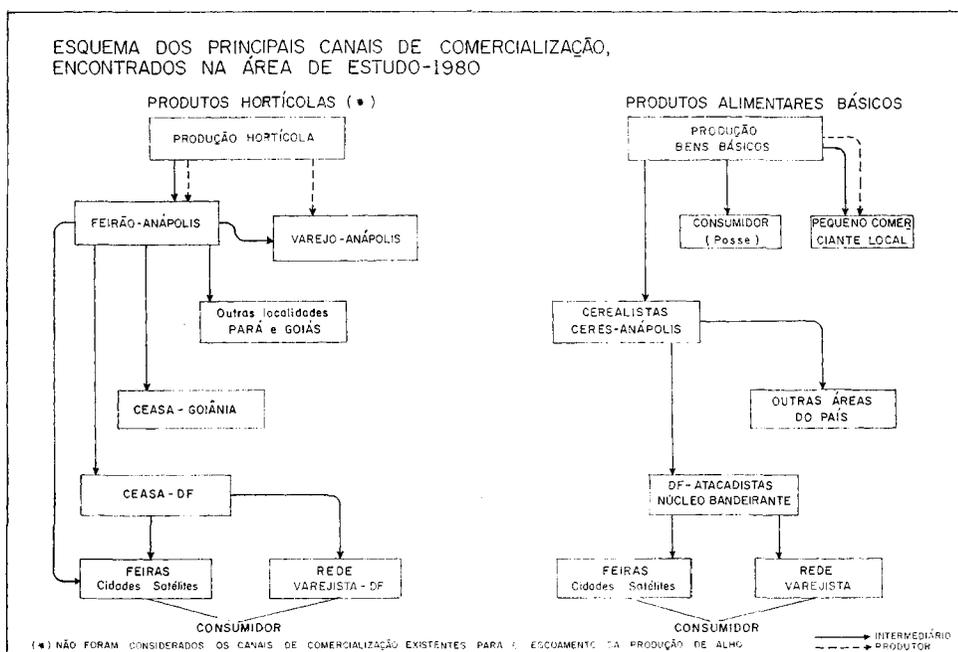


FIGURA 2

que ocorre em função das dificuldades que enfrentam, face à sua fragilidade econômica. Nesse caso, o preço pago por sua produção é frequentemente aviltante.

Ainda no que diz respeito à comercialização da produção dos pequenos produtores foram encontradas situações singulares nos estabelecimentos rurais pesquisados nos Municípios de Posse e de Pires do Rio. No primeiro, a presença de intermediários não se destacou, tendo-se verificado o predomínio de compras pelo consumidor, diretamente do produtor. Este fato está ligado às características dos estabelecimentos selecionados pela amostra, basicamente voltados para a subsistência e, que se caracterizam por estarem situados em áreas de difícil acesso, uma vez que estão bastante isolados das sedes municipais e dos distritos, ligando-se a esses apenas por estradas vicinais precárias. Sendo as condições de escoamento da produção desfavoráveis, a sua venda passa a ser esporádica e, quando ocorre, na maioria das vezes passa a ser efetuada entre vizinhos, objetivando, apenas, a complementação da subsistência dos produtores e de suas famílias (Tabela 17).

Já em Pires do Rio, a maioria dos produtores entrevistados estava voltada para a atividade criatória e os que se dedicavam à lavoura o faziam estritamente para sua subsistência, vivendo, em condições de vida extremamente precárias.

Finalmente, deve-se ainda considerar outras questões relativas à comercialização da pequena produção. Assim sendo, ressalte-se as conseqüências geradas por esta grande dependência dos pequenos produtores aos intermediários, o que afeta de forma negativa a expansão da pequena produção. Esse fato se explica porque muitas vezes esse tipo de comerciante não se faz presente na época da venda da produção impedindo, assim, a comercialização em momento oportuno. Principal-

mente no caso dos hortícolas, a ocorrência desse fato leva o produtor a perder toda a sua safra e, conseqüentemente, gera grande desestímulo para continuar sua atividade. Tal dependência assume, ainda, caráter mais grave quando se constata que esses pequenos produtores não dispõem de outras alternativas, tais como cooperativas, que garantam a comercialização de sua produção.

Concluindo, a existência da cadeia de intermediários, além de influir diretamente na elevação dos preços dos produtos, auferindo, portanto, parcelas maiores de venda geradas por este setor agrícola, elimina os estímulos que seriam enviados à área rural pelos consumidores das cidades, resultando numa atuação nociva, tanto para o produtor, quanto para o consumidor urbano. A ação dessa cadeia de intermediação, junto aos pequenos lavradores, atuando através de um mecanismo de rebaixamento do preço pago ao produtor, para maximizar seus lucros, freia os estímulos provenientes do consumo crescente dos grandes centros e, portanto, contribui fortemente para o desestímulo e para o empobrecimento desse grupo de produtores.

No entanto, apesar de todos esses fatores negativos, em relação à atuação do intermediário, na pequena produção de alimentos básicos e de hortícolas, deve-se destacar que ele é ainda uma presença necessária, considerando-se a distribuição atomizada dos pequenos produtores e a não existência de um sistema de comercialização que garanta a compra de sua produção.

4.5 — Substituição das lavouras pela pecuária — expropriação dos pequenos produtores — as novas tendências

Em conseqüência dos fatores até aqui apontados, os quais funcionam como sérios obstáculos à expansão das atividades ligadas às pequenas lavouras, uma pecuária primitiva voltada para a produção de leite veio, nos estabelecimentos pesquisados, ocupando paulatinamente os espaços que antes eram destinados ao cultivo de produtos agrícolas e, a expansão desta atividade criatória, passou a ser mais uma nova barreira ao incremento da produção das lavouras.

Ligada a esse aspecto constatou-se, por exemplo, que dos 91 produtores entrevistados apenas 43, que correspondem a 47,2% do total, afirmaram ter condições de aumentar sua área de cultivo; no entanto, apenas 20, realmente, expandiram a área ocupada com lavouras. Com exceção de Nova Veneza, nos demais Municípios pesquisados, mais de 60% dos produtores não aumentaram a área em cultivo (Tabela 18). Este fato vem demonstrar que a lavoura não tem sofrido incremento espacial embora existam, na maioria dos estabelecimentos entrevistados, condições naturais favoráveis para o cultivo de arroz, feijão, milho e hortícolas. Ressalte-se que, apenas no Município de Ceres, encontrou-se certa limitação em relação a condições favoráveis ao cultivo de feijão (Tabelas 19 e 20), sendo que 50% dos produtores afirmaram haver restrições quanto ao plantio desse produto.

TABELA 18

SITUAÇÃO DOS PRODUTORES QUE AUMENTARAM OU NÃO AS ÁREAS EM CULTIVO, DOS SEUS ESTABELECIMENTOS, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	Aumentaram a área de cultivo		Não aumentaram a área de cultivo	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	91	20	22,0	63	69,2
Anápolis.....	21	7	33,3	14	66,6
Carmo do Rio Verde.....	12	1	8,3	9	75,0
Ceres.....	22	2	9,1	18	81,8
Nerópolis.....	6	1	16,7	5	83,3
Nova Veneza.....	13	8	61,5	3	23,1
Pires do Rio.....	10	1	10,0	7	70,0
Posse.....	7	0	0,0	7	100,0

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 19

SITUAÇÃO DOS PRODUTORES COM CONDIÇÃO OU NÃO DE AUMENTAREM AS ÁREAS EM CULTIVO DO SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	Com condição de aumento da área de cultivo		Sem condição de aumento da área de cultivo	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	91	43	47,2	40	43,9
Anápolis.....	21	13	61,9	6	28,5
Carmo do Rio Verde.....	12	4	33,3	7	58,4
Ceres.....	22	4	18,2	16	72,7
Nerópolis.....	6	4	66,7	2	33,3
Nova Veneza.....	13	10	76,9	2	15,4
Pires do Rio.....	10	6	60,0	2	20,0
Posse.....	7	2	28,5	5	71,4

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 20

SITUAÇÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS QUANTO AS CONDIÇÕES NATURAIS FAVORÁVEIS AO CULTIVO DOS PRODUTOS ALIMENTARES E HORTÍCOLAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS QUANTO AS CONDIÇÕES NATURAIS DE CULTIVO								
	Total	Arroz				Feijão			
		Favoráveis		Desfavoráveis		Favoráveis		Desfavoráveis	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	91	64	70,3	23	25,3	64	70,3	23	25,3
Anápolis.....	21	12	57,1	7	33,3	15	71,4	5	23,8
Carmo do Rio Verde.....	12	8	66,7	4	33,3	9	75,0	2	16,7
Ceres.....	22	15	68,2	7	31,8	11	50,0	11	50,0
Nerópolis.....	6	5	83,3	1	16,7	6	100,0	0	0,0
Nova Veneza.....	13	10	76,9	3	23,1	10	76,9	3	23,1
Pires do Rio.....	10	8	80,0	0	0,0	7	70,0	1	10,0
Posse.....	7	6	85,7	1	14,3	6	85,7	1	14,3

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS QUANTO AS CONDIÇÕES NATURAIS DE CULTIVO							
	Milho				Hortícolas			
	Favoráveis		Desfavoráveis		Favoráveis		Desfavoráveis	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	73	80,2	14	15,4	66	72,5	22	24,2
Anápolis.....	18	85,7	2	9,5	17	80,9	3	14,3
Carmo do Rio Verde.....	10	83,3	2	16,7	8	66,7	4	33,3
Ceres.....	15	68,2	6	27,3	14	63,6	8	36,4
Nerópolis.....	6	100,0	0	0,0	5	83,3	1	16,7
Nova Veneza.....	10	76,9	3	23,1	9	69,2	4	30,8
Pires do Rio.....	8	80,0	0	0,0	7	70,0	1	10,0
Posse.....	6	85,7	1	14,3	6	85,7	1	14,3

FORTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

Corroborando o fato de que, a lavoura nesses pequenos estabelecimentos encontra-se numa situação de estagnação e, mesmo em alguns casos, apresenta características de decadência, verificou-se que grande parte dos produtores entrevistados não introduziu o plantio de novos produtos alimentares básicos, nem hortícolas, nos últimos 5 anos, em seus estabelecimentos. Dentre os motivos alegados para tal fato, salienta-se a questão do empobrecimento dos solos e o maior interesse pela criação de gado. No que diz respeito à introdução de novos produtos hortícolas, menciona-se, além desses fatores, o aumento dos custos de produção devido ao elevado preço dos insumos, além do fato de ser esta atividade agrícola muito trabalhosa, exigente em grande número de tratamentos culturais (Tabelas 21 e 22).

TABELA 21

MOTIVOS PELOS QUAIS OS PRODUTORES ENTREVISTADOS NÃO PLANTARAM PRODUTOS HORTÍCOLAS EM SEUS ESTABELECIMENTOS, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM PRODUTOS HORTÍCOLAS						
	Total	Terra fraca		Insumos caros		Área pequena	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	3	14,3	2	9,5	1	4,8
Carmo do Rio Verde.....	12	—	—	1	8,3	—	—
Ceres.....	22	2	9,1	1	4,5	1	4,5
Nerópolis.....	6	1	16,6	1	16,6	—	—
Nova Veneza.....	13	—	—	—	—	—	—
Pires do Rio.....	10	—	—	—	—	—	—
Posse.....	7	2	28,6	—	—	—	—

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM PRODUTOS HORTÍCOLAS							
	Introdução de pecuária		Desconhecer método de cultivo		Ser muito trabalhoso		Outros	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	1	4,8	1	4,8	1	4,8	8	38,1
Carmo do Rio Verde.....	1	8,3	1	8,3	1	8,3	6	50,0
Ceres.....	1	4,5	3	13,6	1	4,5	9	40,9
Nerópolis.....	—	—	—	—	1	16,6	3	50,0
Nova Veneza.....	1	7,7	1	7,7	—	—	8	61,5
Pires do Rio.....	1	10,0	1	10,0	1	10,0	4	40,0
Posse.....	—	—	—	—	—	—	5	71,4

FONTES — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 22

MOTIVOS PELOS QUAIS OS PRODUTORES ENTREVISTADOS NÃO INTRODUZIRAM O PLANTIO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, EM SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES						
	Total	Terra fraca		Insumos caros		Área pequena	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	5	23,8	—	—	1	4,8
Carmo do Rio Verde.....	12	—	—	—	—	—	—
Ceres.....	22	4	18,2	1	4,5	2	9,0
Nerópolis.....	6	—	—	—	—	—	—
Nova Veneza.....	13	1	7,7	—	—	—	—
Pires do Rio.....	10	—	—	—	—	—	—
Posse.....	7	2	28,6	—	—	—	—

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES							
	Introdução de pecuária		Desconhecer métodos de cultivo		Ser muito trabalhoso		Outros	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	1	4,8	2	9,5	—	—	2	9,5
Carmo do Rio Verde.....	1	8,3	—	—	1	8,3	5	41,7
Ceres.....	1	4,5	1	4,5	—	—	4	18,2
Nerópolis.....	—	—	—	—	—	—	1	16,7
Nova Veneza.....	—	—	—	—	—	—	3	23,0
Pires do Rio.....	1	10,0	—	—	2	20,0	2	20,0
Posse.....	—	—	—	—	—	—	5	71,4

FONTES — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

A expansão da atividade criatória foi, assim, uma resposta às inúmeras dificuldades encontradas pela maior parte dos produtores para continuar "tocando" as suas lavouras.

A relativa estagnação da lavoura, nos estabelecimentos pesquisados, propiciou o aparecimento de uma reduzida atividade criatória, praticada em moldes bastante primitivos e voltada, via de regra, para uma limitada produção de leite, já que se trata, também, de uma atividade desenvolvida em estabelecimentos pouco extensos. Apesar da precariedade com que se desenvolve esta criação na maioria dos estabelecimentos, ela é importante para o abastecimento de leite nas sedes municipais de Ceres e Carmo do Rio Verde. Já a produção dos estabelecimentos de Anápolis, Nerópolis e Nova Veneza encontra-se mais intimamente vinculada ao mercado, uma vez que, esses Municípios fazem parte da bacia leiteira que abastece a Capital do Estado. Nota-se, ainda, que nesses três Municípios essa atividade criatória tende a se expandir em estabelecimentos de maiores dimensões e a ser praticada através de um sistema de criação melhorado.

A introdução da atividade criatória, na maioria das unidades produtivas em estudo, deu-se a partir da década de 50 e foi intensificada na seguinte (Tabela 23). Nota-se a predominância da mesti-

TABELA 23
INTRODUÇÃO DA PECUÁRIA, EM SEUS ESTABELECIMENTOS,
PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS, POR DÉCADAS, SEGUNDO
OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA
DE BRASÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E AS DÉCADAS DE INTRODUÇÃO DA PECUÁRIA						
	Total	1920		1930		1940	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	—	—	1	4,8	—	—
Carmo do Rio Verde.....	12	—	—	—	—	1	8,3
Ceres.....	22	—	—	—	—	—	—
Nerópolis.....	6	—	—	—	—	1	16,7
Nova Veneza.....	13	2	15,4	—	—	—	—
Pires do Rio.....	10	—	—	1	10,0	1	10,0
Posse.....	7	—	—	1	14,3	—	—

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E AS DÉCADAS DE INTRODUÇÃO DA PECUÁRIA					
	1950		1960		1970	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	3	14,3	6	28,6	9	42,9
Carmo do Rio Verde.....	1	8,3	2	16,7	8	86,7
Ceres.....	1	4,5	5	22,7	10	45,5
Nerópolis.....	2	33,3	1	16,7	—	—
Nova Veneza.....	2	15,4	1	7,7	8	61,5
Pires do Rio.....	1	10,0	2	20,0	4	40,0
Posse.....	—	—	4	57,1	1	14,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

çagem com a raça gir, embora em Anápolis, Nerópolis e Nova Veneza a raça holandesa seja encontrada com frequência e em Pires do Rio se destaque a raça nelore. Nesse Município se verifica um sensível predomínio da criação voltada para a produção de leite em estabelecimentos de maiores dimensões (Tabelas 24 e 25).

TABELA 24

BOVINOS EXISTENTES, POR FINALIDADE DO REBANHO NOS ESTABELECIMENTOS DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRÁSÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS POR FINALIDADE DO REBANHO								
	Total	Cria		Recria		Engorda		Leiteiro	
		Absoluto	Relativo (%)						
Anápolis.....	21	1	4,8	0	0,0	—	—	18	85,7
Carmo do Rio Verde.....	12	2	16,7	0	0,0	—	—	10	83,3
Ceres.....	22	0	0,0	1	4,5	—	—	16	72,7
Nerópolis.....	6	2	33,3	0	0,0	—	—	5	83,3
Nova Veneza.....	13	1	7,7	0	0,0	—	—	12	92,3
Pires do Rio.....	10	1	10,0	1	10,0	—	—	8	80,0
Posse.....	7	0	0,0	0	0,0	—	—	6	85,7

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 25

BOVINOS EXISTENTES, POR RAÇA DO REBANHO, NOS ESTABELECIMENTOS DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRÁSÍLIA — 1980

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS POR RAÇA DO REBANHO								
	Total	Gir		Nelore		Holandês		Outras	
		Absoluto	Relativo (%)						
Anápolis.....	21	10	47,6	1	4,8	2	9,5	5	23,8
Carmo do Rio Verde.....	12	7	58,3	—	—	—	—	4	33,3
Ceres.....	22	10	45,5	—	—	—	—	7	31,8
Nerópolis.....	6	5	83,3	—	—	—	—	1	16,7
Nova Veneza.....	13	5	38,5	1	7,7	—	—	5	38,5
Pires do Rio.....	10	3	30,0	1	10,0	—	—	4	40,0
Posse.....	7	5	71,4	—	—	—	—	1	14,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa direta — 1980.

A insatisfação da maioria dos produtores em relação às atividades da lavoura se reflete na intenção, que a maior parte deles possui, de expandir a criação bovina, independentemente de considerar as reais condições dos estabelecimentos, para tal fato. Através do contato com os produtores, observou-se que embora manifestassem o desejo de ampliar as áreas com pastagens, na realidade, não tinham mais terras que pudessem corresponder a essa expansão, só sendo esta viável em detrimento das terras utilizadas com lavouras, fenômeno que foi bastante expressivo em Ceres. Existe, entretanto, o grupo de produtores

que por apresentarem piores condições financeiras não foram capazes de introduzir a pecuária em seus estabelecimentos, permanecendo ligados à lavoura.

Foi, ainda, constatado que produtores de Posse (28,57%), Pires do Rio (20%), Ceres (9,09%), Carmo do Rio Verde (8,33%) e Anápolis (4,76%), se assalariam em caráter temporário, em outros estabelecimentos. Esse dado vem demonstrar mais um aspecto da fragilidade econômica desses pequenos produtores, na área em estudo, fator que somado aos já apontados anteriormente torna esses produtores extremamente vulneráveis à venda de suas terras e assinala forte tendência à sua expropriação.

Nesse sentido, a concretização dessas duas tendências verificadas na área — substituição da lavoura pela pecuária e expropriação dos pequenos produtores — vem resultando em graves problemas sociais e, no que tange ao desenvolvimento agrícola, implica na redução da produção e no alijamento de grande número de pequenos produtores do processo de abastecimento dos centros urbanos regionais.

5 — CONCLUSÃO

O modelo agrícola brasileiro, historicamente direcionado para a produção de bens de exportação não criou, ao longo do tempo, estímulos apropriados para a expansão da pequena produção, em termos nacionais, permanecendo sempre numa posição extremamente desfavorável, no processo produtivo nacional.

Este fenômeno foi reproduzido na Região Geoeconômica de Brasília, embora as metas da política da “Marcha para o Oeste”, nos anos 40, tenham privilegiado, nessa Região, a pequena produção agrícola, através da criação da CANG. Esta colonização, apesar da restrita expressão em termos espaciais, foi de grande relevância para a organização agrícola regional e mesmo estadual, já que foi a responsável pela formação de importante área produtora de alimentos, com repercussões no abastecimento do mercado interno, a nível nacional.

Porém, a atual política agrícola do Governo, tendo entre suas áreas de interesse a Região Geoeconômica de Brasília, na medida em que privilegia a grande produção de bens exportáveis, acentua a situação de precariedade da pequena produção e acirra antigos problemas provenientes de tal condição que ao longo do tempo já se vinha mostrando bastante desfavorável. Por outro lado, o desenvolvimento da pequena produção de alimentos na Região Geoeconômica é ainda afetada pela proximidade da região de fronteira agrícola amazônica, uma vez que, inúmeras de suas áreas notadamente o eixo Ceres — Anápolis, receberam de forma decisiva os efeitos do processo de expansão da fronteira agrícola, em direção à Amazônia Legal. Essa área, exercendo grande atração sobre a mão-de-obra rural da Região Geoeconômica, deu origem a um fluxo migratório significativo em sua direção. Esse fato ocorreu no momento em que devido à expansão da atividade criatória reduziram-se, consideravelmente, as oportunidades de emprego no mercado de trabalho rural da Região. Dessa forma, os pequenos produtores, pressionados pela expansão dessa atividade, são levados a vender suas terras, que já não permitem bons rendimentos para a lavoura, ao mesmo

tempo em que vislumbram na compra de estabelecimentos de maiores dimensões, na área da Amazônia Legal, uma oportunidade de melhorar suas condições de vida.

Os efeitos da política de ocupação da Amazônia não se restringiram apenas ao esvaziamento econômico que determinadas áreas da Região Geoeconômica sofreram e que atingiram, particularmente, os pequenos produtores. Ocorreram também determinados benefícios que de certa forma atingiram, pelo menos, uma parcela de produtores. Entre esses, podem ser destacados a abertura da Belém-Brasília, que, cortando parte considerável da Região, permitiu o escoamento da produção até mercados regionais e mesmo para a Capital Federal e, ainda, a crescente demanda de bens hortícolas, que essa área em expansão passou a exercer, contribuindo, de maneira bastante efetiva, para o incremento da horticultura na Região.

Esses estímulos provenientes dessa área em expansão e, também, do crescimento urbano ocorrido na Região Geoeconômica, atingiram os pequenos produtores que, entretanto, em sua maioria, não tiveram condições de responder favoravelmente. Este fato, pode ser entendido, quando se observa que a realização de suas atividades é extremamente dificultada em face dos inúmeros fatores negativos, de caráter estrutural, que afetam o processo produtivo desses lavradores e em função do sistema de abastecimento da Capital Federal, que dificulta a participação de uma parcela considerável de pequenos produtores.

Assim, a maioria desses lavradores, por não disporem de um capital mínimo necessário para fazer frente às despesas relativas aos custos de produção, acabam entrando num círculo vicioso, difícil de ser rompido, no qual a renda obtida com reduzido emprego de capital, quase sempre, é insuficiente para reiniciar um novo processo produtivo, o que provoca, a cada ano, safras cada vez menores. Assim, presa a este ciclo gerador de pobreza, a atividade desses lavradores fica comprometida, desde os sistemas de cultivo empregados, que são os mais rudimentares, atingindo as relações de trabalho, através do predomínio de tarefas não remuneradas, indo até a venda da produção, quando sua dependência ao intermediário acaba por retirar parcela excessiva da sua pequena renda.

Esse fenômeno da descapitalização dos pequenos produtores, correspondendo à intensificação do processo de expansão do capitalismo no meio rural da Região nas duas últimas décadas, tem ocasionado a substituição da lavoura pela pecuária, a expropriação do pequeno produtor e, conseqüentemente, a intensificação do êxodo rural.

De fato, o contexto econômico e social no qual estão inseridos esses produtores faz com que a sua maioria perca, gradativamente, a capacidade de explorar seus estabelecimentos de forma lucrativa que lhes permita a aquisição de mercadorias que não são neles produzidas, mas que são necessárias à sua sobrevivência e da família. Diante da impossibilidade de suprirem tais necessidades, determinados produtores são obrigados a vender sua força de trabalho juntamente com a de outros membros da família. Todas essas dificuldades que o produtor enfrenta para realizar sua sobrevivência e a de sua família fazem com que ele fique cada vez mais vulnerável a ofertas de compra de sua unidade produtiva, por parte de produtores interessados na formação de pastagens e na expansão da pecuária. Esse conjunto de fatos, observados na

área estudada, leva a admitir a existência de uma forte tendência a um processo de proletarização de seus produtores, que acabam migrando para a cidade.

O êxodo rural, por sua vez, deve ser entendido, na medida em que a Região Geoeconômica de Brasília passou por um acelerado processo de urbanização que suscitou mão-de-obra não qualificada que pudesse se engajar em serviços mais pesados na cidade e que, ao mesmo tempo, por ser bastante numerosa, pudesse responder ao mecanismo de rebaixamento de salários, imprescindível ao processo de acumulação dos principais centros urbanos regionais e da Capital Federal.

Esse fenômeno do êxodo rural leva ao questionamento da estrutura agrária vigente no País e à reflexão sobre o destino das antigas áreas de colonização, que após 20 anos de prosperidade, entraram numa fase de decadência. Por outro lado, o êxodo rural recoloca a questão do esvaziamento do campo, pela falta de oportunidade de trabalho na área rural, principalmente para os membros mais jovens da família, que, em virtude do esgotamento das possibilidades de sua absorção nas lides rurais, deixam o campo em busca de trabalho nas cidades tendo que enfrentar, em condições desvantajosas, o difícil acesso ao mercado de trabalho. Além desses problemas, relativos às dificuldades de absorção ao mercado de trabalho urbano, a chegada à cidade dessa numerosa população migrante contribui para agravar inúmeros outros problemas, advindos das desigualdades sociais, que já são latentes nas grandes cidades brasileiras.

No caso específico da Região Geoeconômica, o êxodo rural tem se dirigido, principalmente, para Anápolis, Goiânia e para a Capital Federal. Nessa Cidade, o crescimento urbano acelerado, especialmente em função da migração rural-urbana tem ocasionado graves problemas. A expansão indiscriminada das suas periferias e suas conseqüências — infra-estrutura urbana insuficiente e precária, além de dificuldades no abastecimento de sua população carente e de baixa renda — são apenas alguns dos impasses surgidos na Capital Federal nos últimos anos.

No que se refere à problemática do abastecimento, tem-se que na Capital Federal, em função dessa urbanização acelerada, ocorreu grande elevação do consumo de bens alimentares básicos e dos hortícolas o que tornou necessária uma reformulação na organização do abastecimento, até então, vigente na Capital Federal.

Assim, acompanhando as mudanças econômicas que se deram no País, principalmente na última década, o sistema de abastecimento da Capital Federal, como nas principais cidades brasileiras, foi direcionado para a criação de um sistema mais eficiente em termos econômicos. Em Brasília, foram conseqüências dessa política de abastecimento, a permanência dos antigos canais de comercialização, provenientes de áreas produtoras distantes, operando grandes volumes de produção, a ampliação da rede de supermercados, além da criação da CEASA.

Essa atuação verificada no processo de abastecimento da Capital Federal, acarretou sérios problemas aos pequenos produtores rurais, uma vez que, na realidade, interferiu na fase final desse processo negligenciando a fase produtiva. É verdade que os canais de comercialização existentes, sempre funcionaram dificultando a entrada de novos produtores no processo de abastecimento da Capital Federal, porém a sua permanência tem resultado na expulsão desses pequenos produtores desse processo. Outro aspecto a considerar é que, no passado, pequenos

lavradores tinham um papel expressivo na comercialização das feiras situadas nas *Cidades Satélites*, porém, hoje essa presença se reduziu em função da sua substituição por comerciantes.

Esta alteração no sistema de abastecimento, além de ter desestruturado muitas das áreas dedicadas à pequena produção de alimentos da Região Geoeconômica, tem onerado consideravelmente o preço final dos produtos, para a população das *Cidades Satélites*, que, na sua maioria, pertence à classe de baixo poder aquisitivo.

Acresce ainda, que esta reestruturação no sistema de abastecimento, também, não resolveu o problema de crises periódicas, em decorrência da existência de inúmeros produtos deficitários em relação ao suprimento do mercado da Capital Federal. Assim, este mercado consumidor permaneceu dependente de áreas produtoras distantes, principalmente São Paulo e Minas Gerais, para o fornecimento de produtos hortícolas, notadamente tomate, cebola, abóbora e batata-inglesa, produtos que apresentam, na Região, condições favoráveis ao seu desenvolvimento em termos de custos comparativos e de fatores ambientais.

A problemática do abastecimento do Distrito Federal não se restringe entretanto, à irregularidade na oferta desses bens. A questão do abastecimento ainda prende-se, basicamente, à forma pela qual os bens alimentares são distribuídos à cidade, o que está estritamente ligado à estrutura de classe de renda da população urbana que na Capital Federal é extremamente desigual. Nesse sentido, a população pertencente às classes de renda mais elevadas, permanece como a tradicional consumidora de produtos hortícolas, sendo a principal estimuladora da produção desses bens na região em torno da Capital Federal e do Eixo Ceres-Anápolis. Entretanto, apesar dos estímulos recebidos e da participação efetiva no mercado, através de uma atividade rentável, a situação dos pequenos produtores de hortícolas é bastante desfavorável. Quanto a esse aspecto, observou-se que o nível de vida e as condições de trabalho desses produtores pouco se diferenciam daqueles que estão mais dedicados à subsistência.

As dificuldades técnicas para desenvolver as atividades; os prejuízos financeiros provocados pela alta perecibilidade dos produtos hortícolas; as variações de preço no mercado; a grande concorrência de produtos oriundos de áreas distantes, além das perdas consecutivas de renda, por estarem, esses produtores, comprometidos com intermediários, são fatores que também contribuem para o empobrecimento dos pequenos produtores de hortícolas.

Por outro lado, a grande massa de trabalhadores situada nas *Cidades Satélites*, com baixo poder aquisitivo, demanda por produtos compatíveis com sua disponibilidade econômica, sendo o arroz e o feijão os principais componentes de sua dieta alimentar. Acresce, ainda, que as recentes modificações ocorridas no sistema de abastecimento, que alteraram os canais de comercialização nas feiras livres das *Cidades Satélites*, foram responsáveis por uma elevação dos preços dos produtos hortícolas, restringindo, provavelmente, ainda mais o consumo desses bens, por essa população.

O abastecimento dessas áreas de população carente certamente se ressentiu, também, com as elevações de preço dos produtos alimentares básicos, principalmente do feijão. De fato, apesar da demanda, verificou-se nos últimos anos sensível diminuição, na Região Geoeconômica de Brasília, do volume produzido, desses bens; o que teve como conse-

quência o aumento de preços. A insuficiência da produção de feijão, por outro lado, se agravou na medida em que este produto, a nível nacional, ainda sofreu expressiva redução do seu volume de produção, o que tem redundado em sucessivas crises no abastecimento do mercado interno.

Na Região Geoeconômica de Brasília esse declínio da produção esteve ligado à exigüidade dos estabelecimentos rurais, aliada ao desgaste apresentado pelos solos e a doenças e pragas que têm atacado, com frequência, esse tipo de lavoura. Esses fatores, conjugados, resultaram numa baixa produtividade, para a qual também concorreu a falta de estímulos oficiais. A resposta, da maioria desses lavradores, a esse conjunto de fatores negativos foi o seu direcionamento para uma produção estritamente voltada para o suprimento da família, chegando mesmo, no caso dos produtores dedicados ao plantio do feijão, ao abandono desse cultivo. Dedicados, então à produção para subsistência, esses produtores passam a ter condições de vida muito precária e ficam completamente alijados do processo de abastecimento regional.

Assim, o estudo da pequena produção de alimentos básicos e hortícolas na Região Geoeconômica de Brasília, analisada em relação ao principal mercado regional — a Capital Federal — detectou uma série de problemas que vieram confirmar alguns pontos levantados na parte teórica.

Em sua maioria, esses problemas não são específicos da Região, mas são consequência da política agrícola nacional, o que não impede que sejam apontadas idéias gerais consideradas importantes para uma discussão. Para tanto é imprescindível a participação de representantes dos elementos que fazem parte de todas as fases do processo de abastecimento, o que evitaria o erro de privilegiar apenas um segmento do referido processo. As idéias para discussão são as seguintes:

1 — reestruturação do sistema de abastecimento das principais cidades regionais — Capital Federal e Goiânia, considerando:

a — participação efetiva de pequenos produtores por menor que seja a sua produção;

b — aumento da participação dos pequenos produtores que já estão ligados aos mercados regionais.

2 — Reestruturação das áreas agrícolas dedicadas ao abastecimento dos mercados urbanos. Essa reestruturação pode ser equacionada levando-se em conta:

a — maior especialização, uma vez que foram encontradas áreas com a predominância de um determinado produto (alho, tomate, arroz, feijão, entre outros);

b — existência de produtos que são deficitários em relação ao mercado da Capital Federal e que podem ser produzidos na Região.

3 — Reestruturação do mercado de trabalho rural, a fim de reter no campo os trabalhadores assalariados e os membros não remunerados da família.

4 — Reestruturação dos canais de comercialização visando maior ganho do pequeno produtor em relação a venda de sua produção.

6 — ANEXOS

ANEXO 1

TABELA 1.1

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975

(continua)

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	Até 20 hectares					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	429	515	432	4 620	4 454	4 051
Carmo do Rio Verde.....	230	424	339	2 858	4 301	3 761
Ceres.....	1 965	1 412	968	31 805	15 796	10 664
Nerópolis.....	50	168	104	619	1 407	910
Nova Veneza.....	49	148	90	545	1 037	932
Pires do Rio.....	115	76	47	1 237	934	595
Posse.....	245	215	88	3 095	3 112	1 203

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	20 a menos de 200 hectares					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	641	602	631	46 428	43 380	43 069
Carmo do Rio Verde.....	420	503	428	27 670	30 529	27 065
Ceres.....	1 421	1 233	1 158	48 152	56 149	57 694
Nerópolis.....	104	148	138	8 224	9 830	9 402
Nova Veneza.....	91	114	116	6 724	7 896	7 816
Pires do Rio.....	257	286	264	22 114	23 268	23 136
Posse.....	533	658	477	32 052	36 972	33 170

TABELA 1.1

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975

(conclusão)

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	200 a menos de 2 000 hectares					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	108	110	111	44 793	45 997	50 373
Carmo do Rio Verde.....	67	61	57	24 573	21 590	23 267
Ceres.....	4	17	34	1 418	6 143	11 976
Nerópolis.....	16	15	20	7 202	7 696	7 545
Nova Veneza.....	8	8	10	3 612	3 333	3 022
Pires do Rio.....	108	112	128	53 634	52 150	63 755
Posse.....	59	105	116	31 940	53 698	63 148

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	2 000 hectares e mais					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	—	—	—	—	—	—
Carmo do Rio Verde.....	—	—	—	—	—	—
Ceres.....	—	—	—	—	—	—
Nerópolis.....	1	1	—	3 393	3 364	—
Nova Veneza.....	—	—	—	—	—	—
Pires do Rio.....	3	2	3	8 712	6 974	7 468
Posse.....	5	3	11	16 698	8 833	33 612

FONTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

TABELA 1.2
CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO NÚMERO DE
ESTABELECIMENTOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS
1960, 1970 E 1975

MUNICÍPIOS	CONDIÇÃO DO PRODUTOR (Estabelecimentos)					
	Proprietário			Arrendatário		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	955	1 003	994	17	82	49
Carmo do Rio Verde.....	586	855	753	38	74	22
Ceres.....	3 054	2 260	1 857	81	215	129
Nerópolis.....	136	262	235	3	43	23
Nova Veneza.....	134	228	203	2	12	4
Pires do Rio.....	441	411	416	1	20	12
Posse.....	771	931	667	2	2	1

MUNICÍPIOS	CONDIÇÃO DO PRODUTOR (Estabelecimentos)					
	Parceiro			Ocupante		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	56	26	28	2	116	103
Carmo do Rio Verde.....	32	8	13	29	51	36
Ceres.....	25	73	82	6	114	93
Nerópolis.....	3	7	—	1	20	4
Nova Veneza.....	—	—	—	—	30	9
Pires do Rio.....	—	9	—	1	36	14
Posse.....	—	—	—	11	48	24

FONTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

TABELA 1.3

**USO DA TERRA, SEGUNDO TIPO DE ÁREA E TERRAS IRRIGADAS
NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975**

(continua)

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Área das lavouras (ha)					
	Permanentes			Temporárias		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	5 560	1 837	1 988	6 438	8 935	10 528
Carmo do Rio Verde.....	3 183	110	27	7 519	14 728	14 008
Ceres.....	6 551	280	299	25 334	24 708	26 650
Nerópolis.....	1 696	339	344	1 092	3 081	2 313
Nova Veneza.....	1 287	263	330	1 372	4 545	3 085
Pires do Rio.....	137	60	914	1 469	3 507	5 084
Posse.....	610	329	150	4 086	4 679	3 939

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Área das pastagens (ha)					
	Naturais			Artificiais		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	30 651	56 750	27 474	29 250	9 738	45 833
Carmo do Rio Verde.....	—	524	976	32 390	33 088	33 091
Ceres.....	1 400	7 993	7 827	24 109	35 417	35 407
Nerópolis.....	2 702	14 038	10 869	9 387	467	1 986
Nova Veneza.....	2 343	5 481	2 580	4 032	263	4 273
Pires do Rio.....	72 986	69 444	55 660	728	2 317	22 937
Posse.....	5 896	33 075	34 247	1 856	13 539	28 433

TABELA 1.3

**USO DA TERRA, SEGUNDO TIPO DE ÁREA E TERRAS IRRIGADAS
NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975**

(conclusão)

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Área das matas e florestas (1) (ha)			Área das terras em descanso (2) (ha)		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	13 594	7 227	6 508	6 229	5 432	2 194
Carmo do Rio Verde.....	12 001	4 146	2 697	8	1 401	464
Ceres.....	22 831	5 343	4 028	624	3 264	2 170
Nerópolis.....	3 979	2 928	1 482	358	908	185
Nova Veneza.....	1 795	1 364	1 060	35	235	53
Pires do Rio.....	708	1 814	3 119	7 171	2 390	3 729
Posse.....	38 636	45 224	54 464	21 551	4 841	3 927

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Terras irrigadas					
	Estabelecimentos			Área (ha)		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	5	31	187	22	200	404
Carmo do Rio Verde.....	—	—	4	—	—	—
Ceres.....	2	6	6	4	16	0
Nerópolis.....	2	12	42	3	42	83
Nova Veneza.....	—	3	21	—	20	28
Pires do Rio.....	—	7	8	—	19	39
Posse.....	10	10	12	61	32	31

FONTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário, 1970 e 1975, IBGE.

(1) Plantadas. (2) Produtivas não utilizadas.

TABELA 1.4
UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS E
EMPREGO DE FERTILIZANTES NOS MUNICÍPIOS
SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975

MUNICÍPIOS	USO DE INSUMOS								
	Número de máquinas e instrumentos agrícolas								
	Arados						Tratores		
	Tração animal			Tração mecânica					
	1960	1970	1975	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	62	347	333	82	46	72	20	79	95
Carmo do Rio Verde.....	22	619	701	182	54	76	5	56	74
Ceres.....	90	1 720	1 722	704	46	89	7	40	96
Nerópolis.....	9	201	91	35	15	54	2	20	94
Nova Veneza.....	14	221	120	7	30	30	3	20	26
Pires do Rio.....	4	128	66	35	18	43	2	20	37
Posse.....	—	7	12	—	1	4	4	3	9

MUNICÍPIOS	USO DE INSUMOS								
	Número de estabelecimentos com emprego de fertilizantes								
	Adubos						Calcário		
	Químico			Orgânico					
	1960	1970	1975	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	—	222	602	102	58	230	35	20	5
Carmo do Rio Verde.....	—	18	321	—	8	16	—	7	2
Ceres.....	—	69	890	5	14	39	—	1	1
Nerópolis.....	—	79	118	12	11	68	1	5	1
Nova Veneza.....	—	45	57	3	7	35	—	—	—
Pires do Rio.....	—	91	327	36	35	115	5	1	15
Posse.....	—	—	6	—	—	7	—	—	—

FONTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

TABELA 1.5
PESSOAL OCUPADO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS
1960, 1970 E 1975

MUNICÍPIOS	PESSOAL OCUPADO								
	Total			Empregados permanentes			Empregados temporários		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975	1960	1970	1975
	Anápolis.....	6 015	3 928	4 377	462	446	585	1 085	404
Carmo do Rio Verde.....	3 804	5 910	4 597	122	240	392	272	1 224	755
Ceres.....	14 781	10 152	12 230	844	122	228	3 450	178	1 591
Nerópolis.....	1 034	1 400	986	37	150	168	59	132	161
Nova Veneza.....	550	1 124	970	38	30	93	26	283	114
Pires do Rio.....	2 330	1 157	1 615	230	225	234	413	113	535
Posse.....	5 745	4 636	3 703	95	241	133	1 177	736	324

FONTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

ANEXO 2

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE
BRASÍLIA E NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960-1975

(continua)

MUNICÍPIOS	ANOS	PRODUÇÃO AGRÍCOLA								
		Produtos básicos (t)				Produtos hortícolas (t)				
		Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Abóbora (t)	Alface	Alho	Batata-doça	Batata-inglesa
GOIÁS.....	1960	313 307	78 382	121 746	330 076	1 115	—	—	—	—
	1970	893 168	85 630	185 491	547 432	12 319	1 288	89	1 831	839
	1975	1 100 296	76 278	74 056	1 090 193	7 653	3 312	650	1 458	148
Região Geoeconômica.....	1960	265 652	70 598	18 786	264 750	775	943	—	—	—
	1970	516 712	88 704	52 124	429 810	4 778	3 063	88	1 925	1 038
	1975	644 050	92 915	34 058	594 656	3 319	5 109	626	1 840	—
Anápolis.....	1960	3 495	1 937	263	4 291	4	—	—	—	—
	1970	4 561	1 193	404	5 538	208	134	2	157	7
	1975	3 952	1 330	458	4 812	252	341	—	384	—
Carmo do Rio Verde.....	1960	4 229	2 193	—	5 450	—	—	—	—	—
	1970	11 102	920	25	4 744	0	0	—	—	—
	1975	11 136	639	30	6 625	0	1	—	—	—
Ceres.....	1960	20 780	9 389	75	15 383	—	—	—	—	—
	1970	18 212	1 394	1 559	6 137	35	21	1	25	—
	1975	19 167	901	253	6 384	9	17	—	1	—
Nerópolis.....	1960	558	181	13	694	—	—	—	—	—
	1970	1 718	314	351	1 442	62	1	23	66	30
	1975	1 183	163	381	1 057	44	1	—	10	—
Nova Veneza.....	1960	394	110	—	385	—	—	—	—	—
	1970	3 316	205	14	1 204	9	2	10	2	108
	1975	1 154	195	10	1 756	15	4	—	—	—
Pires do Rio.....	1960	532	205	41	1 659	—	—	—	—	—
	1970	1 349	114	312	1 518	17	7	—	10	49
	1975	1 027	117	132	1 694	23	1	—	0	—
Posse.....	1960	1 120	119	592	1 203	0	—	—	—	—
	1970	1 457	132	290	774	133	0	0	—	—
	1975	869	114	148	681	8	3	—	10	—

MUNICÍPIOS	ANOS	PRODUÇÃO AGRÍCOLA							
		Produtos hortícolas (t)							
		Cenoura	Chuchu	Pepino	Pimentão	Quiabo	Repolho	Tomate	Vagem
GOIÁS.....	1960	—	—	—	—	—	—	811	—
	1970	173	1 087	366	164	282	609	9 522	226
	1975	526	1 019	558	683	662	1 219	12 339	619
Região Geoeconômica.....	1960	38	—	—	0	—	43	979	0
	1970	859	2 583	492	483	367	947	11 667	539
	1975	3 678	2 941	827	1 114	762	2 885	17 187	1 228
Anápolis.....	1960	—	—	—	—	—	—	60	—
	1970	33	323	46	29	10	303	3 251	20
	1975	70	228	73	127	46	276	2 425	60
Carmo do Rio Verde.....	1960	—	—	—	—	—	—	1	—
	1970	—	—	—	—	—	—	6	—
	1975	0	2	—	0	—	1	13	—
Ceres.....	1960	—	—	—	—	—	—	8	—
	1970	0	—	—	0	1	1	68	—
	1975	1	2	4	4	2	15	80	6
Nerópolis.....	1960	—	—	—	—	—	—	2	—
	1970	13	27	13	5	4	24	458	—
	1975	9	37	89	10	33	24	691	27
Nova Veneza.....	1960	—	—	—	—	—	—	—	—
	1970	—	1	—	—	—	—	60	—
	1975	1	1	—	—	—	3	141	0
Pires do Rio.....	1960	—	—	—	—	—	—	30	—
	1970	—	0	—	1	—	3	21	1
	1975	1	—	—	5	—	3	10	0
Posse.....	1960	—	—	—	—	—	—	—	—
	1970	—	—	—	—	—	—	—	—
	1975	0	14	—	0	0	0	5	—

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE
BRASÍLIA E NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960-1975**
(conclusão)

MUNICÍPIOS	ANOS	PRODUÇÃO AGRÍCOLA								
		Outros produtos								
		Abacate (1)	Abacaxi (1)	Algodão	Banana (1)	Café	Cana-de- açúcar	Cana for- rageira	Milho for- rageiro	Laranja (1)
GOIÁS.....	1960	10 022	1 812	4 235	3 750	71 098	110 851	—	—	82 823
	1970	5 498	4 850	62 406	24 061	2 617	219 530	10 343	—	161 855
	1975	3 547	1 820	47 130	13 950	3 736	338 688	52 991	7 567	87 248
Região Geoecônômica..	1960	6 853	1 690	3 005	2 353	65 106	88 603	10	—	62 618
	1970	4 744	2 960	1 027	13 344	2 453	100 934	10 018	114	137 756
	1975	4 237	1 743	2 779	9 804	3 616	191 839	55 913	50 242	88 258
Anápolis.....	1960	509	189	8	266	4 199	640	—	—	2 714
	1970	778	91	0	616	92	547	24	—	24 012
	1975	550	6	—	1 208	122	275	1 432	217	6 015
Carmo do Rio Verde...	1960	34	20	47	33	2 198	1 075	—	—	1 662
	1970	—	27	489	33	10	227	—	—	1 000
	1975	—	21	0	1	5	—	175	—	—
Ceres.....	1960	3 412	10	720	283	8 456	3 369	—	—	19 756
	1970	192	101	16	59	17	1 152	10	—	2 825
	1975	21	106	16	67	5	414	483	6	1 058
Nerópolis.....	1960	7	11	0	7	1 881	415	—	—	113
	1970	46	98	0	61	78	95	—	—	2 953
	1975	93	3	—	16	86	334	868	5	2 082
Nova Veneza.....	1960	0	—	—	2	398	121	—	—	70
	1970	—	—	0	18	52	281	—	—	59
	1975	5	1	—	5	129	31	36	—	—
Pires do Rio.....	1960	96	—	0	24	34	429	—	—	1 836
	1970	7	0	28	8	1	275	—	—	194
	1975	—	—	74	—	212	218	2 616	87	118
Posse.....	1960	8	—	32	36	44	6 036	—	—	491
	1970	2	1	11	48	51	3 463	—	—	4
	1975	11	0	5	14	5	805	250	617	—

FONTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975 e Produção Agrícola Municipal — 1975, IBGE.

(1) Em 1 000 frutos.

ANEXO 3

**PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA
REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1976-77**

PRODUTOS	PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO					
	Produção total (t)		Variação		Produção projetada (t)	
	1970	1975	1970/1975	Anual	1976	1977
Alface.....	3 064	5 109	66,74	13,35	5 791	6 564
Repolho.....	943	2 887	206,15	41,23	4 077	5 758
Tomate.....	11 667	17 187	47,31	9,46	18 813	20 593
Cenoura.....	860	3 679	327,79	65,56	6 091	10 084
Abóbora (1).....	4 779	3 314	-30,65	-6,13	3 111	2 920
Cebola.....	4	96	2 300,00	460,00	538	3 013
Chuchu.....	2 590	2 940	13,51	2,70	3 020	3 101
Alho.....	88	626	611,36	122,27	1 391	3 092
Batata-doce.....	1 926	1 838	-4,57	-0,91	1 821	1 805
Batata-inglesa.....	1 038	148	-85,74	-17,14	123	102
Arroz.....	518 925	644 046	24,11	4,82	675 089	707 628
Feijão.....	88 702	93 362	5,25	1,05	94 342	95 333
Mandioca.....	52 126	29 329	-43,73	-8,75	26 763	24 421
Milho.....	429 115	594 625	38,80	7,76	640 768	640 492

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 e 1975 e Produção Agrícola Municipal — 1975, IBGE.

(1) Em 1 000 frutos.

ANEXO 4

**ESTIMATIVA DO CONSUMO, POR PRODUTO, DA POPULAÇÃO DA
REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO AS
MICRORREGIÕES E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO — 1977**

MICRORREGIÕES	NÚMERO DA MICROR- REGIÃO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	PRODUTOS CONSUMIDOS (t)					
			Abóbora (1)	Alface	Cenoura	Chuchu	Milho	Repolho
TOTAL.....			13 394	4 091	3 224	7 882	13 883	5 037
Alto Tocantins.....	350	{ Urbana Rural	164 295	44 79	27 49	66 118	208 374	60 108
Chapada dos Veadeiros.....	351	{ Urbana Rural	18 55	5 15	3 9	7 22	22 70	6 20
Vão do Paranã.....	352	{ Urbana Rural	37 99	10 26	6 16	15 39	47 125	14 36
Rio Vermelho.....	353	{ Urbana Rural	102 73	27 19	17 12	41 29	130 93	38 27
Mato Grosso de Goiás.....	354	{ Urbana Rural	2 632 4 461	702 1 190	439 743	1 053 1 784	3 334 5 651	965 1 636
Planalto Goiano.....	355	{ Urbana Rural	160 281	42 75	27 47	64 112	202 355	58 103
Meia Ponte.....	358	{ Urbana Rural	159 455	42 121	26 76	63 182	201 576	58 167
Sudeste Goiano.....	359	{ Urbana Rural	271 394	72 105	45 65	109 158	344 499	99 145
Chapadões do Paracatu (2).....	160	{ Urbana Rural	495 712	66 95	33 47	277 399	158 228	99 42
Distrito Federal.....	361	{ Urbana Rural	1 945 586	1 042 314	1 181 356	2 570 774	973 293	1 042 314

FONTE — Consumo Alimentar, Antropometria — ENDEF — Regiões VI e VII — Rio de Janeiro — 1975, IBGE.
(1) Em 1 000 frutos. (2) Minas Gerais.

ANEXO 5

**PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL DAS
MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA
NAS SUAS RESPECTIVAS MESORREGIÕES — 1970**

MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO DAS MICRORREGIÕES			
	Urbana		Rural	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Alto Araguaia-Tocantins.....	155 604	—	442 520	—
Alto Tocantins.....	40 647	26,12	114 293	25,83
Chapada dos Veadeiros.....	4 374	2,81	21 269	4,81
Vão do Paraná.....	9 194	5,91	38 274	8,65
Rio Vermelho.....	25 375	16,31	28 335	6,40
Planalto Goiano.....	39 505	25,39	108 672	24,56
Goiânia.....	667 265	—	431 026	—
"Mato Grosso" de Goiás.....	651 419	97,63	392 468	91,05
Sul Goiano.....	283 441	—	436 845	—
Meia Ponte.....	39 256	13,85	95 520	21,87
Sudeste Goiano.....	67 197	23,71	82 797	18,95
Noroeste Mineiro.....	137 305	—	438 513	—
Chapadões do Paracatu.....	51 070	37,19	109 297	24,92
Distrito Federal.....	516 082	—	21 410	—
Distrito Federal.....	516 082	100,00	21 410	100,00

FONTE — Censo Demográfico — 1970, IBGE.

ANEXO 6

**ESTIMATIVA DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL DAS
MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE
BRASÍLIA — 1977**

MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO ESTIMADA			
	Urbana		Rural	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Alto Araguaia-Tocantins.....	209 579	—	380 859	—
Alto Tocantins.....	54 742	26,12	98 375	25,83
Chapada dos Veadeiros.....	5 889	2,81	18 319	4,81
Vão do Paraná.....	12 386	5,91	32 944	8,65
Rio Vermelho.....	34 182	16,31	24 374	6,40
Planalto Goiano.....	53 212	25,39	93 538	24,56
Goiânia.....	898 722	—	1 633 209	—
"Mato Grosso" de Goiás.....	877 422	97,63	1 487 036	91,05
Sul Goiano.....	381 760	—	693 757	—
Meia Ponte.....	52 873	13,85	151 724	21,87
Sudeste Goiano.....	90 515	23,71	131 466	18,95
Noroeste Mineiro.....	177 405	—	380 956	—
Chapadões do Paracatu.....	65 976	37,19	94 934	24,92
Distrito Federal.....	69 756	—	209 284	—
Distrito Federal.....	69 756	100,00	209 284	100,00

FONTE — PNAD — 1977.

ANEXO 7

ESTIMATIVA DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL, POR CLASSES DE DESPESA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1977

MICRORREGIÕES	SITUAÇÃO	POPULAÇÃO						
		Total	Classe 1 até 2 salários mínimos		Classe 2 de 2 a 5 salários mínimos		Classe 3 mais de 5 salários mínimos	
			Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Alto Tocantins.....	Urbana	54 742	19 767	36,11	19 061	34,82	15 240	27,84
	Rural	98 375	98 375	100,00	—	—	—	—
Chapada dos Veadeiros.....	Urbana	5 889	2 126	36,11	2 050	34,82	1 639	27,84
	Rural	18 319	18 319	100,00	—	—	—	—
Vão do Paranã.....	Urbana	12 386	4 472	36,11	4 312	34,82	3 448	27,84
	Rural	32 944	32 944	100,00	—	—	—	—
Rio Vermelho.....	Urbana	34 182	12 343	36,11	11 902	34,82	9 516	27,84
	Rural	24 374	24 374	100,00	—	—	—	—
Planalto Goiano.....	Urbana	53 212	19 214	36,11	18 528	34,82	14 814	27,84
	Rural	93 538	93 538	100,00	—	—	—	—
"Mato Grosso" de Goiás.....	Urbana	877 422	316 837	36,11	305 518	34,82	244 274	27,84
	Rural	1 487 036	1 487 036	100,00	—	—	—	—
Meia Ponte.....	Urbana	52 873	19 092	36,11	18 410	34,82	14 719	27,84
	Rural	151 724	151 724	100,00	—	—	—	—
Sudeste Goiano.....	Urbana	90 515	32 684	36,11	31 517	34,82	25 199	27,84
	Rural	131 466	131 466	100,00	—	—	—	—
Chapadões do Paracatu (1).....	Urbana	65 976	21 066	31,93	23 183	35,14	20 281	30,74
	Rural	94 934	94 934	100,00	—	—	—	—
Distrito Federal	Urbana	694 756	96 987	13,96	214 401	30,86	369 749	53,22
	Rural	209 284	209 284	100,00	—	—	—	—

FONTE — Tabulação Especial, PNAD — 1977, IBGE.

(1) Minas Gerais.

ANEXO 8

ESTIMATIVA DO CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS, IN NATURA, PELA POPULAÇÃO DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO MICRORREGIÕES, CLASSES DE DESPESA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO — 1977

MICRORREGIÕES E CLASSES DE DESPESA	SITUAÇÃO	ESTIMATIVA DO CONSUMO DOS PRODUTOS ALIMENTARES E HORTÍCOLAS (t)						
		Arroz	Batata- inglesa	Mandioca	Feijão	Tomate	Cebola	Alho
Alto Tocantins								
Classe 1.....	} Urbana	1 459 231	63 906	206 942	421 452	69 291	28 075	7 280
Classe 2.....		1 302 779	120 021	148 197	360 386	124 729	49 977	7 319
Classe 3.....		873 316	136 586	112 838	250 559	162 892	53 208	7 112
Classe 1.....	Rural	7 262 200	318 046	1 029 898	2 097 453	344 843	143 706	36 231
Chapada dos Veadeiros								
Classe 1.....	} Urbana	156 944	6 873	22 257	45 328	7 452	3 105	783
Classe 2.....		140 113	12 908	15 938	38 759	13 414	5 375	787
Classe 3.....		93 921	14 904	12 135	26 946	17 518	5 722	764
Classe 1.....	Rural	1 352 337	59 225	191 783	390 579	64 215	26 760	6 746
Vão do Paraná								
Classe 1.....	} Urbana	330 130	14 457	46 817	93 347	15 676	6 532	1 647
Classe 2.....		294 716	27 151	35 525	81 526	28 216	11 306	1 655
Classe 3.....		197 584	31 354	25 529	56 688	36 653	12 038	1 609
Classe 1.....	Rural	2 431 978	106 507	344 894	702 399	115 481	48 124	12 133
Rio Vermelho								
Classe 1.....	} Urbana	911 180	39 904	129 220	263 165	43 267	18 030	4 545
Classe 2.....		813 476	74 943	92 536	225 031	77 883	31 207	4 570
Classe 3.....		545 306	86 534	70 457	156 451	101 711	33 224	4 441
Classe 1.....	Rural	1 799 327	78 801	255 173	519 678	85 440	35 605	8 976
Planalto Goiano								
Classe 1.....	} Urbana	1 418 408	62 118	201 153	409 661	67 352	28 067	7 076
Classe 2.....		1 266 349	116 665	144 053	350 308	121 241	48 580	7 114
Classe 3.....		848 804	134 712	109 684	243 555	158 339	51 721	6 913
Classe 1.....	Rural	6 905 124	302 408	979 258	1 994 3.3	327 888	136 640	34 450
"Mato Grosso" de Goiás								
Classe 1.....	} Urbana	23 389 414	1 024 334	3 316 998	6 755 281	1 110 640	462 835	116 691
Classe 2.....		20 861 513	1 923 755	2 375 371	5 776 428	1 999 218	801 068	117 318
Classe 3.....		13 997 926	2 221 330	1 808 629	4 016 084	2 610 872	852 858	114 002
Classe 1.....	Rural	109 775 376	4 807 587	15 567 928	31 705 094	5 212 655	2 172 262	547 675
Meia Ponte								
Classe 1.....	} Urbana	1 409 401	61 724	199 876	407 060	66 925	27 889	7 031
Classe 2.....		1 258 284	115 922	143 135	348 077	120 469	46 271	7 069
Classe 3.....		843 460	133 848	108 980	241 993	157 324	51 389	6 869
Classe 1.....	Rural	11 200 509	490 523	1 588 413	3 234 907	531 853	221 638	55 879
Sudeste Goiano.....								
Classe 1.....	} Urbana	2 412 785	105 667	342 172	696 855	114 570	47 744	12 037
Classe 2.....		2 154 120	198 453	245 041	595 891	206 237	82 637	12 102
Classe 3.....		1 444 008	229 149	186 575	414 294	268 339	87 979	11 760
Classe 1.....	Rural	9 705 030	425 029	1 376 330	2 802 986	460 840	192 045	48 418
Chapadões do Paracatu								
Classe 1.....	} Urbana	954 327	153 480	56 553	499 550	61 460	24 228	13 404
Classe 2.....		1 229 951	261 898	63 557	497 289	144 330	44 722	15 685
Classe 3.....		936 197	287 097	80 821	350 084	211 184	59 159	14 231
Classe 1.....	Rural	4 300 681	691 660	254 859	2 251 226	276 969	109 183	60 406
Distrito Federal								
Classe 1.....	} Urbana	5 015 595	353 071	—	2 578 098	333 334	167 215	35 862
Classe 2.....		11 863 414	1 618 255	450 499	5 081 839	1 405 677	574 187	83 144
Classe 3.....		16 513 988	5 270 439	1 117 529	6 412 372	3 985 191	1 545 735	172 413
Classe 1.....	Rural	10 822 933	761 877	—	5 563 066	719 288	360 826	77 602

FONTE — Tabulação especial sobre consumo anual por produto, segundo classes de despesa — ENDEF — 1977, IBGE; Tabulação especial sobre população, segundo classes de despesa — PNAD — 1977, IBGE.

NOTA — Classe 1, até 2 salários mínimos; classe 2, de 2 a 5 salários mínimos; e classe 3, mais de 5 salários mínimos.

07. Tempo de permanência

- | | | | |
|-------------------|---|--------------------|--------------------------|
| 1. Menos de 1 ano | } | | 37 |
| 2. De 1 a 2 anos | | no estabelecimento | <input type="checkbox"/> |
| 3. De 2 a 5 anos | | | 38 |
| 4. De 5 a 10 anos | | no município | <input type="checkbox"/> |
| 5. 10 anos e mais | | | |

08. Causa da migração para o município

1. Acompanhar parentes
2. Facilidade de aquisição de terra 39
3. Oportunidade de trabalho
4. Condições favoráveis de solo
5. Atração da Estrutura Urbana
6. Outros: _____

09. Idade e nível de instrução

- | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---|----------|--------------------------|---|-----------|---------------|----------|--------------------------|---------|--------------------------|----|
| 1. Menos de 20 | } | | 40 | } | Instrução | 1. N sabe ler | Produtor | <input type="checkbox"/> | 42 | | |
| 2. De 20 a menos de 30 | | Produtor | <input type="checkbox"/> | | | | | | | | |
| 3. De 30 a menos de 40 | | | 41 | | | | | 2. Sabe ler | Cônjuge | <input type="checkbox"/> | 43 |
| 4. De 40 a menos de 50 | | Cônjuge | <input type="checkbox"/> | | | | | | | | |
| 5. De 50 e mais | | | | | | | | | | | |

10. Trabalho familiar

Quantos trabalham no estabelecimento.

Menores de 14 44

De 14 e mais 46

Quantos não trabalham no estabelecimento.
(somente p/os que moram no estabelecimento)

Menores de 14 48

De 14 e mais 50

11. Membros da família que deixaram o estabelecimento

1.º Membro

Idade 52

Para onde { Município de Goiás 54 58
Outra UF 59

Causa da migração { 1. Trabalho 61
2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano
2. 1/2 anos
3. 2/5 anos
4. 5/10 anos
5. mais de 10 anos 62

2.º Membro

Idade 63

Para onde { Município de Goiás 65 69
Outra UF 70

Causa da migração { 1. Trabalho 72
 2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano
 2. 1/2 anos 73
 3. 2/5 anos
 4. 5/10 anos
 5. mais de 10 anos

3.º Membro

Idade ¹

Para onde { Município de Goiás ³ ⁷
 8
 Outra UF

Causa da migração { 1. Trabalho 10
 2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano
 2. 1/2 anos 11
 3. 2/5 anos
 4. 5/10 anos
 5. mais de 10 anos

4.º Membro

Idade ¹²

Para onde { Município de Goiás ¹⁴ ¹⁸
 19
 Outra UF

Causa da migração { 1. Trabalho 21
 2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano
 2. 1/2 anos 22
 3. 2/5 anos -
 4. 5/10 anos
 5. mais de 10 anos

5.º Membro

Idade ²³

Para onde { Município de Goiás ²⁵ ²⁹
 30
 Outra UF

- Causa da migração { 1. Trabalho 32
2. Outras
- Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano
2. 1/2 anos 33
3. 2/5 anos
4. 5/10 anos
5. mais de 10 anos

12. Condição de moradia

Tipo

1. Rústico 34

2. Durável

Instalação sanitária

1. Sim 35

2. Não

Utiliza a rede de energia elétrica

1. Sim 36

2. Não

III. CARACTERÍSTICAS DA LAVOURA

13. Utilização da terra

(Área)

- Em lavoura temporária 37 39
- Em lavoura permanente 40 42
- Em pastagens naturais 43 45
- Em pastagens plantadas 46 48
- Em cerrado 49 51
- Em mata 52 54
- Em descanso (+ de 4 anos) 55 57/

14. Combinação de culturas

Principal permanente

Intercalada

Consociado

1

3

5

7

9

11

13

15

17

19

21

23

25

27

29

31

33

35

37

39

41

43

45

47

15. Prática a rotação de culturas?

1. Sim 49

2. Não

Especifique: _____

16. Prática rotação de terras?

1. Sim 50

2. Não

OBS.: _____

19. A produção de gêneros para auto-consumo tem sido suficiente para esperar a safra seguinte?

1. Sim 1 2 3 4
 Milho Arroz Feijão Outros
2. Não

20. Fonte de Renda (exclusive venda de produtos)

1. Trabalho fora do estabelecimento

2. Aluguel de Casa

3. Aluguel de Pasto 5

4. Arrendamento de Terra

5. Outras: _____

21. Destino da Produção

	prod 1	prod 2	prod 3	prod 4	prod 5	prod 6	prod 7	prod 8	prod 9	prod 10
DF	6 <input type="checkbox"/>	8 <input type="checkbox"/>	10 <input type="checkbox"/>	12 <input type="checkbox"/>	14 <input type="checkbox"/>	16 <input type="checkbox"/>	18 <input type="checkbox"/>	20 <input type="checkbox"/>	22 <input type="checkbox"/>	24 <input type="checkbox"/>
Goiânia	26 <input type="checkbox"/>	28 <input type="checkbox"/>	30 <input type="checkbox"/>	32 <input type="checkbox"/>	34 <input type="checkbox"/>	36 <input type="checkbox"/>	38 <input type="checkbox"/>	40 <input type="checkbox"/>	42 <input type="checkbox"/>	44 <input type="checkbox"/>
Anápolis	46 <input type="checkbox"/>	48 <input type="checkbox"/>	50 <input type="checkbox"/>	52 <input type="checkbox"/>	54 <input type="checkbox"/>	56 <input type="checkbox"/>	58 <input type="checkbox"/>	60 <input type="checkbox"/>	62 <input type="checkbox"/>	64 65/ <input type="checkbox"/>
Outros	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	7 <input type="checkbox"/>	9 <input type="checkbox"/>	11 <input type="checkbox"/>	13 <input type="checkbox"/>	15 <input type="checkbox"/>	17 <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/>
Não sabe	21 <input type="checkbox"/>	23 <input type="checkbox"/>	25 <input type="checkbox"/>	27 <input type="checkbox"/>	29 <input type="checkbox"/>	31 <input type="checkbox"/>	33 <input type="checkbox"/>	35 <input type="checkbox"/>	37 <input type="checkbox"/>	39 40/ <input type="checkbox"/>

1. Caso tenha enviado o produto.

22. ÉPOCA DA COMERCIALIZAÇÃO

		ANTES DA COLHEITA				DURANTE A COLHEITA				DEPOIS DA COLHEITA				Código de Comprador	
PRODUTO			Valor		cod			Valor		cod			Valor		Comp
	cod	quant	1 000 Cr\$	8 10	Comp	cod	quant	1 000 Cr\$	Comp	cod	quant	1 000 Cr\$	26 28	29	
1.	1	3	7	8 10	11	12	16	17 19	20	21	25	26 28	29		
	<input type="text"/>														
	30	32	36	37 39	40	41	45	46 48	49	50	54	55 57	58/		
2.	<input type="text"/>														
3.	1	3	7	8 10	11	12	16	17 19	20	21	25	26 28	29		
	<input type="text"/>														
4.	30	32	36	37 39	40	41	45	46 48	49	50	54	55 57	58/		
	<input type="text"/>														
5.	1	3	7	8 10	11	12	16	17 19	20	21	25	26 28	29		
	<input type="text"/>														
6.	30	32	36	37 39	40	41	45	46 48	49	50	54	55 57	58/		
	<input type="text"/>														
7.	1	3	7	8 10	11	12	16	17 19	20	21	25	26 28	29		
	<input type="text"/>														
8.	30	32	36	37 39	40	41	45	46 48	49	50	54	55 57	58/		
	<input type="text"/>														
9.	1	3	7	8 10	11	12	16	17 19	20	21	25	26 28	29		
	<input type="text"/>														
10.	30	32	36	37 39	40	41	45	46 48	49	50	54	55 57	58/		
	<input type="text"/>														

1. Outro produtor
2. Camioneiro
3. Feirante
4. Pequeno Comerciante
5. Usineiro/cerealista
6. Consumidor direto

23. Qual o preço mínimo relativo aos produtos?

Milho — Cr\$ 185,40 (saca 60 kg) 1

Arroz — Cr\$ 334,00 (saca 50 kg) 2

Feijão — Cr\$ 639,00 (saca 60 kg) 3

Alho — Cr\$ 21,00 (kg) 4

1. CERTO

2. ERRADO

24. Quando vende algum produto, qual a maior dificuldade encontrada para que o produto chegue ao local de comercialização?

1. Frete caro

2. Estradas ruins

3. Distante do local de comercialização 5

4. Falta de transporte próprio

5. Não há dificuldade

6. Outros: _____

Porque: _____

25. Por que não tem introduzido outros produtos nos últimos cinco anos?

1. Terra está fraca

2. Insumos são caros

3. Área pequena 6 HORTÍCOLAS

4. Introdução de pecuária

5. desconhece método de cultivo 7 PRODUTOS DE 1.ª NECESSIDADE

6. É muito trabalhoso

7. Outros

26. Aumentou, nos últimos 5 anos, a área em cultivo?

1. Sim 8

2. Não

27. Tem condições de aumentar a área em cultivo?

1. Sim 9

2. Não

28. Se não, por quê?

1. Terra cansada

2. Lavoura dá prejuízo

3. Substituição pela pecuária

10

4. Não é dono da terra

5. Não tem terra disponível

6. Outros: _____

29. Utiliza terra em outro estabelecimento?

1. Sim

11

2. Não

30. Caso positivo, em que regime?

1. Arrendamento para lavoura

ÁREA

FINALIDADE

2. Parceria

13 14 15

1. Consumo

3. Arrendamento de pasto

12

2. Comercialização

16

4. Proprietário

3. Consumo + Comercial

5. Outros: _____

31. Trabalha em outro estabelecimento?

1. Como assalariado temporário

2. Como empreiteiro

17

3. Troca dia de serviço

32. Há condições naturais favoráveis para o plantio de:

Arroz $\left[\begin{array}{l} 1. \text{ Sim } 18 \\ 2. \text{ Não } \end{array} \right]$

Feijão $\left[\begin{array}{l} 1. \text{ Sim } 19 \\ 2. \text{ Não } \end{array} \right]$

Milho $\left[\begin{array}{l} 1. \text{ Sim } 20 \\ 2. \text{ Não } \end{array} \right]$

Hortícolas $\left[\begin{array}{l} \text{ Sim } 21 \\ \text{ Não } \end{array} \right]$

33. Introduziu nos últimos 5 anos novos métodos de cultivo?

1. Sim 22/

2. Não

34. Em caso positivo especifique:

	PROD.	ANO			PROD.	ANO			PROD.	ANO			PROD.	ANO			PROD.	ANO		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Rotação de terras	<input type="checkbox"/>																			
Rotação de culturas	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
	<input type="checkbox"/>																			
Insumo	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60/
	<input type="checkbox"/>																			
Máquinas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	<input type="checkbox"/>																			
Irrigação	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
	<input type="checkbox"/>																			
Outros	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60/
	<input type="checkbox"/>																			

35. Utilização de máquinas agrícolas

	PRÓPRIOS	ALUGADOS
Trator	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Arado de tração animal	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
Arado de tração mecânica	5 <input type="checkbox"/>	6 <input type="checkbox"/>
Semeadeira	7 <input type="checkbox"/>	8 <input type="checkbox"/>
Pulverizador	9 <input type="checkbox"/>	10 <input type="checkbox"/>
Carpideira	11 <input type="checkbox"/>	12 <input type="checkbox"/>
Outro	13 <input type="checkbox"/>	14 <input type="checkbox"/>

36. Instalação e veículos existentes (quantidade)

Depósitos e/ou silos	15 <input type="checkbox"/>
Camionetas	16 <input type="checkbox"/>
Caminhões	17 <input type="checkbox"/>
Outros	18 <input type="checkbox"/>

Especifique: _____

IV. CARACTERÍSTICAS DA PECUÁRIA

37. Criação de animais (n.º de cabeças)

bovinos 19 20 21

suínos 22 23 24

aves 25 26 27

38. Orientação do rebanho

1 — sim	corte	cria	28
		recria	29
		engorda	30
2 — não			
	leite		31

39. Raça predominante

1 — Gir

2 — Nelore 32

3 — Holandês

4 — Outras _____

40. Em que ano a pecuária foi introduzida neste estabelecimento? 33 34/

41. Comercialização da pecuária e derivados

DESTINO	QUANTIDADE VENDIDA EM 79																				
	bovinos			suínos			galinhas			ovos			leite			manteiga			queijo		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Distrito Federal	<input type="checkbox"/>																				
Goiânia	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42/
	<input type="checkbox"/>																				
Anápolis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
	<input type="checkbox"/>																				
Outros	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42/
	<input type="checkbox"/>																				

42. Pretende expandir a criação de bovinos?

1. Sim 1
 2. Não

V. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS

43. Utiliza:

Adubo orgânico 2

Adubo químico 3

Calcário 4

Fungicida 5

Herbícidas 6

Inseticida (aldrim) 7

1. Sim

2. Não

Sementes seleccionadas 8

Sal 9

Vacina 10

Carrapaticida 11

Ração 12

Outros 13

especifique: _____

44. Emprego de irrigação

CÓDIGO-PRODUTO

ÁREA IRRIGADA (ha)

1. 14

16 18

2. 19

21 23

3. 24

26 28

4. 29

31 33

5. 34

36 38

VI. CARACTERÍSTICAS QUANTO AD CRÉDITO RURAL

45. Já pediu financiamento nos últimos 5 anos?

- 1. Sim e obteve 39
- 2. Sim e não obteve
- 3. Não pediu

46. Por que não obteve?

- 1. Falta de garantia
- 2. Crédito agrícola fechado 40
- 3. Outros

47. Por que não pediu?

- 1. Receio de ficar sem lucro após o pagamento no banco.
- 2. Receio de não saldar o compromisso no banco.
- 3. É mais fácil pedir a terceiros.
- 4. Dificuldade de lidar com a complexidade bancária. 41
- 5. Porque é difícil conseguir crédito para a atividade que exerce.
- 6. Outros: _____

48. Com que frequência recorre a financiamento?

- 1. Anualmente 42
- 2. Não regularmente
- 3. Nunca

49. Pedindo financiamento e este não sendo obtido, em tempo hábil, teria capital suficiente para custear a produção?

- 1. Sim 43
- 2. Não

50. Destino do crédito

- 1. Custeio
- 2. Investimento
- 3. Comercialização 44
- 4. Custeio a investimento PARA PECUÁRIA 45
- 5. Custeio e comercialização PARA LAVOURA
- 6. Investimento e comercialização
- 7. Todos

VII. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

51. De quem recebe maior informação sobre a atividade?

- 1. Rádio
- 2. Televisão
- 3. Jornal
- 4. Folhetos
- 5. Vizinhos 46
- 6. Na prefeitura
- 7. EMATER
- 8. Comerciante
- 9. Outros: _____

52. Recebe assistência técnica?

- 1. Sim 47
- 2. Não

53. De quem recebe?

- 1. EMATER 48
- 2. Cooperativa
- 3. Particular

54. Para que atividade?

- 1. Lavoura 49
- 2. Pecuária
- 3. Lavoura e pecuária
- 4. Outros: _____

55. Desde quando?

- 1. Menos de 1 ano 50
- 2. de 1 a 2 anos
- 3. mais de 2 anos

VIII. MÃO-DE-OBRA

56. Pessoal ocupado (1979)

	ADULTO	MENOR
	51 52	53 54
1. Pessoal permanente	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
	55 56	
2. Parceiros	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	57 58/	
3. Outros	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

Especifique: _____

57. Pessoal temporário segundo as fases do calendário agrícola

	N.º MAX. DE TRAB.		P/Q ^{tos} DIAS ?		N.º MIN. DE TRAB.		P/Q ^{tos} DIAS ?	
	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Preparo da terra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Plantio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tratos culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Colheita	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Atividades ligadas à criação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

58. Pertence a :

- | | | |
|--------|--------------|---------------------------------|
| 1. Sim | SINDICATOS | 41
<input type="checkbox"/> |
| 2. Não | COOPERATIVAS | 42/
<input type="checkbox"/> |

NOME DO ENTREVISTADOR: _____

ANEXO 11
ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS
INSUMOS APLICADOS NA DIRA DO VALE DO PARAÍBA
SÃO PAULO — JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL.....	—	—	327 978
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	g	164,0	657
Fertilizantes.....	t	6,9	63 469
Adubo orgânico.....	t	10,0	20 000
Corretivo.....	t	3,7	2 246
Defensivos.....	Kg	85,0	27 606
B — Serviços:			
Preparo do canteiro.....	(1) D/H	4	800
Semeadura.....	D/H	1	200
Adubação química.....	D/H	2	400
Adubação orgânica.....	D/H	2	400
Tratamento de mudas.....	D/H	2	400
Repicagem.....	D/H	11	2 200
Regas.....	D/H	17	3 400
Cobertura do canteiro.....	D/H	1	200
Roçada e limpeza.....	D/H	17	3 400
Aração.....	D/H	3	600
Aração.....	(2) H/M	3	3 600
Calagem.....	D/H	3	600
Gradeação.....	D/H	3	600
Gradeação.....	H/M	3	3 600
Riscação.....	D/H	22	4 400
Sulcamento p/ plantio.....	D/H	15	3 000
Sulcamento p/ irrigação.....	D/H	25	5 000
Adubação orgânica.....	D/H	15	3 000
Adubação química.....	D/H	12	2 400
Transplante.....	D/H	18	3 600
Carpa manual.....	D/H	38	7 600
Amontoa.....	D/H	12	2 400
Desbrota.....	D/H	67	13 400
Amarração.....	D/H	71	14 200
Pulverização.....	D/H	99	19 800
Adubação em cobertura.....	D/H	13	2 600
Irrigação.....	D/H	77	15 400
Colheita manual.....	D/H	89	17 800
Classificação e embalagem.....	D/H	80	16 000
C — Outros:			
Frete da comercialização.....	t	43	63 000
(DIRA do Vale do Paraíba/DF).....			

NOTA — A produtividade encontrada foi de 1 715 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 191,24.

(1) Dia/homem; (2) hora/máquina.

ANEXO 12
ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS
INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE
NERÓPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	187 198
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	Kg	0,3	1 200
Fertilizantes.....	t	4,4	45 228
Adubo orgânico (curral).....	m ³	40,0	14 000
Defensivos.....	Kg	78,0	14 500
B — Serviços:			
Formação de mudas.....	D/H	30	3 900
Aração e gradagem.....	H/M	6	2 400
Aplainamento e sulcamento.....	(1) D/H/A	4	1 000
Plantio e adubação.....	D/H	32	4 160
Adubação e cobertura.....	D/H	6	780
Tratos culturais.....	D/H	240	31 200
Tratos fitossanitários.....	D/H	70	9 100
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	160	20 800
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	5	7 200
Frete da comercialização (Nerópolis/DF)..	t	55	31 730

NOTA — A produtividade encontrada foi de 2 200 caixas de 25 kg com o custo unitário da produção de Cr\$ 85,09.

(1) Dia/homem/aração.

ANEXO 13
ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS
INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO FEDERAL
GOIÁS — JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	288 897
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	Kg	0,3	1 200
Corretivos.....	t	2,0	6 000
Fertilizantes.....	t	11,0	105 951
Defensivos.....	Kg	130,0	34 566
Adubo orgânico (galinha).....	t	10,0	20 000
B — Serviços:			
Aração e gradagem.....	(1) H/tr	5	1 900
Sulcamento e incorporação do adubo....	(2) H/mtr	8	680
Formação de mudas.....	D/H	50	7 500
Irrigação.....	D/H	60	9 000
Plantio e adubação.....	D/H	20	3 000
Tutoramento.....	D/H	40	6 000
Amarrio.....	D/H	50	7 500
Desbrota.....	D/H	80	12 000
Aplicação de defensivos.....	D/H	80	12 000
Adubação e cobertura.....	D/H	30	4 500
Capação ou poda.....	D/H	4	600
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	230	34 500
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	11	22 000

NOTA — A produtividade encontrada foi de 3 000 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 96,13.

(1) Hora/trator; (2) Hora/microtrator.

ANEXO 14

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS
INSUMOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO — GOIÁS
JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	283 763
A — Insumos modernos:			
Fertilizantes.....	t	8,9	98 969
Adubo orgânico (curral).....	t	22,0	44 000
Corretivos.....	t	3,0	3 420
Defensivos.....	Kg	64,0	12 460
Sementes.....	Kg	0,3	800
B — Serviços:			
Formação de mudas.....	D/H	70	8 400
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	2	240
Aração e gradagem.....	H/M	4	1 800
Sulcamento para plantio.....	H/M	3	360
Adubação e transplante.....	D/H	30	3 600
Tratos culturais.....	D/H	20	2 400
Tratos fitossanitários.....	D/H	60	7 200
Irrigação.....	D/H	40	4 800
Cobertura de N e K.....	D/H	10	1 200
Desbrota.....	D/H	5	600
Colheita.....	D/H	170	20 400
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	8,9	19 580
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	70,0	53 534

NOTA — A produtividade encontrada foi de 2 500 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 113,51.

ANEXO 15

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS
INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE
ANÁPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	277 817
A — Insumos modernos:			
Fertilizantes.....	t	7,03	73 580
Adubo orgânico (curral).....	m ³	40,0	14 000
Corretivos.....	Kg	10,0	120
Defensivos.....	Kg	123,0	49 117
Sementes.....	Kg	0,25	1 000
B — Serviços:			
Preparo do solo.....	H/M	6	3 000
Formação de mudas.....	D/H	40	6 000
Adubação e transplantio.....	D/H	30	4 500
Pulverização/Irrigação.....	D/H	120	18 000
Tratos culturais.....	D/H	250	37 500
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	180	27 000
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	7,0	14 000
Frete da comercialização (Anápolis/DF)	t	60,0	30 000

NOTA — A produtividade encontrada foi de 2 400 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 115,76.

ANEXO 16

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS
INSUMOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE CERES — GOIÁS
JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	285 480
A — Insumos modernos :			
Sementes.....	g	250,0	1 000
Fertilizantes.....	t	6,0	62 153
Defensivos.....	Kg	125,8	54 120
Adubo orgânico (curral).....	m³	41,0	14 350
B — Serviços :			
Formação de mudas.....	D/H	26	3 900
Aração e gradagem.....	H/M	7	2 670
Aplainamento do solo.....	H/M	3	1 335
Sulcamento.....	(1) D/H/M	1	250
Plantio das mudas.....	D/H	21	3 150
Incorporação de adubo.....	D/H/M	1	250
Tutorar, desbrota, capina, amontoa.....	D/H	240	36 000
Pulverizações.....	D/H	37	5 550
Adubação, cobertura.....	D/H	7	1 050
Irrigação.....	D/H	80	12 000
Colheita e embalagem.....	D/H	143	21 450
C — Outros :			
Frete de fertilizantes.....	t	6	12 600
Frete da comercialização (Ceres/DF).....	t	34	33 652

NOTA — A produtividade encontrada foi de 1 400 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 183,63.

(1) Dia/homem/máquina.

ANEXO 17

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS
INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE NOVA
VENEZA — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	225 260
A — Insumos modernos :			
Sementes.....	g	250,0	1 000
Fertilizantes.....	Kg	5 250,0	54 198
Adubo orgânico.....	m³	18,0	6 300
Defensivos.....	(1) Kg/l	56,0	27 720
B — Serviços :			
Preparo da mistura.....	D/H	3	450
Enchimento e semeadura dos copinhos.....	D/H	20	3 000
Irrigação e pulverização.....	D/H	1	150
Aração, gradagem.....	H/M	5	2 000
Sulcamento, adubação e plantio.....	D/H	35	5 250
Trituramento, desbrota, capina, amontoa...	D/H	240	36 000
Pulverizações.....	D/H	37	5 550
Adubação, cobertura.....	D/H	6	900
Irrigações.....	D/H	80	12 000
Colheita, classificação e embalagem. ...	D/H	170	25 500
C — Outros :			
Frete de fertilizantes.	t	5	8 320
Frete da comercialização (Nova Veneza/DF)	t	64	36 922

NOTA — A produtividade encontrada foi de 2 560 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 87,99.

(1) Quilograma/litro.

ANEXO 18

ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NA DIRA DE SOROCABA — SÃO PAULO JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	203 174
A — Insumos modernos :			
Sementes.....	Kg	1 560,0	40 560
Corretivos.....	t	2,0	1 189
Fertilizantes.....	t	4,3	43 969
Defensivos.....	Kg	155,0	67 106
B — Serviços :			
Aração.....	H/M	4	2 019
Calagem.....	H/M	1	300
Gradação.....	H/M	2	1 156
Plantio.....	D/H	3	600
Plantio.....	H/M	1	405
Amontoa.....	D/H	4	800
Amontoa.....	H/M	1	300
Adubação em cobertura.....	D/H	1	300
Adubação em cobertura.....	H/M	1	300
Pulverização.....	D/H	4	880
Pulverização.....	(1) H/P	4	2 700
Irrigação.....	D/H	7	1 400
Irrigação.....	(2) H/I	2	2 400
Carpa manual.....	D/H	5	1 000
Carpa mecânica.....	H/M	1	280
Colheita manual.....	D/H	17	3 400
Colheita mecânica.....	H/M	1	950
Beneficiamento, classificação e embalagem	D/H	10	2 000
C — Outros :			
Transporte interno de insumos.....	D/H	1	200
Transporte interno de insumos.....	H/M	2	790
Frete da comercialização (DIRA Sorocaba/DF)	t	19	28 170

NOTA — A produtividade encontrada foi de 313 sacos de 60 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 649,12.

(1) Hora/pulverizador; (2) Hora/irrigação.

ANEXO 19

ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO FEDERAL — JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	117 874
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	Cx. 30 Kg	50,0	39 000
Corretivos.....	t	2,0	6 000
Fertilizantes.....	t	2,8	30 611
Defensivos.....	Kg	52,0	8 213
B — Serviços:			
Aração.....	H/tr	3	1 140
Gradagem.....	H/tr	3	1 140
Incorporação do calcário.....	H/tr	2	570
Sulcamento.....	H/Mtr	10	850
Plantio e adubação nos sulcos.....	D/H	15	2 250
Cobertura da semente c/ sulcadeira.....	D/H	1	150
Amontoa.....	D/H	1	150
Capinas c/ carpadeira.....	D/H	3	450
Pulverizações.....	D/H	20	3 000
Irrigação p/ infiltração.....	D/H	60	9 000
Mão-de-obra p/ demais tratos culturais..	D/H	5	750
Colheita, embalagem e ensacamento....	D/H	60	9 000
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	3	5 600

NOTA — A produtividade encontrada foi de 350 sacos de 60 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 336,79.

ANEXO 20

ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO GOIÁS — JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	74 722
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	Cx. 30 kg	28,0	22 400
Fertilizantes.....	t	1,74	19 313
Defensivos.....	kg	67,0	4 589
B — Serviços:			
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	10	1 200
Aração e gradagem.....	H/M	10	4 500
Sulcamento para plantio.....	H/M	1	450
Adubação.....	D/H	10	1 200
Tratos culturais.....	D/H	20	2 400
Tratos fitossanitários.....	D/H	10	1 200
Irrigação.....	D/H	10	1 200
Colheita, lavagem e embalagem.....	D/H	40	4 800
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	2	3 630
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	10	7 840

NOTA — A produtividade encontrada foi de 170 sacos de 60 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 439,54.

ANEXO 21

ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE CEBOLA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NA DIRA DE SOROCABA — SÃO PAULO JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL.....	—	—	137 847
A — Insumos modernos :			
Canteiro de mudas.....	m ²	480,0	21 360
Corretivo.....	t	0,4	241
Fertilizantes.....	t	3,3	47 115
Adubo orgânico (galinha).....	t	2,0	4 000
Defensivos.....	kg	20,0	4 721
B — Serviços :			
Aração.....	H/M	1	580
Calagem.....	D/H	2	480
Calagem.....	H/M	1	550
Gradeação.....	H/M	2	1 260
Plantio.....	D/H	16	3 200
Adubação no sulco.....	D/H	1	200
Adubação e cobertura.....	D/H	4	800
Irrigação.....	D/H	10	2 000
Irrigação.....	H/l	5	2 600
Carpa manual.....	D/H	52	10 400
Aplicação de defensivos.....	D/H	4	880
Adubação foliar.....	D/H	2	300
Colheita manual.....	D/H	5	1 000
Corte dos talos.....	D/H	29	5 800
Cura do produto.....	D/H	4	800
Classificação e embalagem.....	D/H	8	1 000
C — Outros :			
Transporte interno de insumos.....	D/H	1	360
Transporte interno de insumos.....	H/M	2	1 200
Frete da comercialização (DIRA Sorocaba/DF)	t	18	27 000

NOTA — A produtividade encontrada foi de 400 sacos de 45 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 344,62.

ANEXO 22

ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE CEBOLA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO FEDERAL — JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	90 834
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	kg	1,5	6 000
Fertilizantes.....	t	2,5	25 745
Adubo orgânico (galinha).....	t	0,3	500
Defensivos.....	kg	37,0	14 433
B — Serviços:			
Aração.....	H/T	4	1 520
Gradagem.....	H/T	2	760
Formação de mudas.....	D/H	20	3 000
Sulcação.....	H/T	1	380
Adubação e transplantio.....	D/H	30	4 500
Irrigação.....	(1) H/B	102	7 446
Pulverização.....	H/T	30	11 400
Adubação e cobertura.....	D/H	5	750
Transplante.....	H/T	5	1 900
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	50	7 500
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	3	5 000

NOTA — A produtividade encontrada foi de 300 sacos de 45 kg com o custo unitário de produção de 302,78.
(1) hora/bomba.

ANEXO 23

ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE CEBOLA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO — GOIÁS JULHO DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	114 467
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	kg	1,0	4 000
Fertilizantes.....	t	1,0	9 452
Adubo orgânico (curral).....	t	18,0	36 000
Defensivos.....	kg	48,0	9 600
B — Serviços:			
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	5	600
Aração e gradagem.....	H/M	4	1 800
Confecção de canteiros.....	D/H	100	12 000
Plantio e adubação.....	D/H	60	7 200
Tratos culturais.....	D/H	25	3 000
Tratos fitossanitários e irrigação.....	D/H	60	7 200
Cobertura nitrogenada.....	D/H	10	1 200
Colheita.....	D/H	60	10 800
Construção de sementeira e formação de mudas.....	D/H	40	4 800
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	1	2 200
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	6	4 615

NOTA — A produtividade encontrada foi de 133 sacos de 45 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 860,65.

ANEXO 24

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES NA
REGIÃO DE UBERLÂNDIA — MINAS GERAIS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL.....	—	—	40 065
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	g	300,0	1 500
Fertilizantes.....	t	0,8	8 059
Adubo orgânico (curral).....	m ³	5,0	1 750
Defensivos.....	kg	19,0	3 881
B — Serviços:			
Serviços mecanizados.....	H/T	4	2 000
Serviços manuais.....	D/H	120	14 400
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	0,8	600
Frete da comercialização (Uberlândia/DF)	t	1	7 875

NOTA — A produtividade encontrada foi de 525 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 76,31.

ANEXO 25

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES,
SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO
DE NERÓPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL.....	—	—	39 449
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	kg	1,0	5 000
Fertilizantes.....	t	0,5	4 530
Adubo orgânico (curral).....	m ³	10,0	3 500
Defensivos.....	kg	176,0	4 200
B — Serviços:			
Aração e gradagem.....	H/M	5	2 000
Coveamento.....	D/H	10	1 300
Aplicação de adubo.....	D/H	10	1 300
Plantio.....	D/H	8	1 040
Tratos culturais.....	D/H	15	1 950
Irrigação.....	D/H	12	1 560
Tratos fitossanitários.....	D/H	10	1 300
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	40	5 200
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	1	800
Frete da comercialização (Nerópolis/DF).	t	10	5 769

NOTA — A produtividade encontrada foi de 500 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 78,90.

ANEXO 26

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES NO
MUNICÍPIO DE CERES — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	58 009
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	kg	0,5	2 500
Fertilizantes.....	kg	250,0	2 534
Adubo orgânico (curral).....	m ³	10,0	3 500
Defensivos.....	kg	19,5	18 710
B — Serviços:			
Aração.....	H/M	2,5	1 000
Gradagem.....	H/M	2	800
Coveamento, adubação e aplicação de sistemas.....	D/H	30	4 500
Semeio e cobertura.....	D/H	10	1 500
Tratos culturais.....	D/H	20	3 000
Irrigações.....	D/H	12	1 800
Pulverizações.....	D/H	10	1 500
Colheita e embalagem.....	D/H	40	6 000
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	kg	250	1 050
Frete da comercialização (Ceres/DF)....	t	10	9 615

NOTA — A produtividade encontrada foi de 500 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 116,02.

ANEXO 27

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES NO
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL	—	—	50 266
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	g	580,0	2 900
Fertilizantes.....	t	0,5	5 261
Adubo orgânico (curral).....	m ³	6,0	2 100
Defensivos.....	kg	31,0	15 815
B — Serviços:			
Preparo do solo.....	H/M	6	2 400
Coveamento/adubação.....	D/H	25	3 750
Plantio e cobertura.....	D/H	10	1 500
Tratos culturais e fitossanitários.....	D/H	30	4 500
Irrigação.....	D/H	10	1 500
Colheita/embalagem.....	D/H	30	4 500
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	1	1 040
Frete da comercialização (Anápolis/DF)...	t	10	5 000

NOTA — A produtividade encontrada foi de 500 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 100,53.

ANEXO 28

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES,
SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO
DE PIRES DO RIO — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL.....	—	—	87 034
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	kg	4,0	20 000
Fertilizantes.....	t	1,5	15 101
Defensivos.....	kg	5,0	1 000
B — Serviços:			
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	5	600
Aração e gradagem.....	H/M	5	2 250
Coveamento.....	D/H	25	3 000
Plantio e adubação.....	D/H	50	6 000
Desbate.....	D/H	10	1 200
Tratos culturais manuais.....	D/H	50	6 000
Adubação em cobertura.....	D/H	40	4 800
Tratos fitossanitários.....	D/H	20	2 400
Colheita.....	D/H	50	6 000
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	2	3 300
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	12	15 383

NOTA — A produtividade encontrada foi de 600 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 145,06.

ANEXO 29

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES,
SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO
FEDERAL — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
TOTAL.....	—	—	52 392
A — Insumos modernos:			
Sementes.....	kg	1,0	5 000
Corretivos.....	t	1,3	3 600
Fertilizantes.....	t	0,4	3 887
Adubo orgânico (galinha).....	t	3,25	6 500
Defensivos.....	kg	38,0	8 647
B — Serviços:			
Aração.....	H/Tr	3	1 140
Gradagem.....	H/Tr	2	760
Incorporação do calcário.....	H/Tr	1	380
Abertura de covas.....	D/H	25	3 750
Aplicação de adubo orgânico.....	D/H	20	3 000
Aplicação de adubo químico.....	D/H	10	1 500
Plantio.....	D/H	2	300
Adubação de cobertura e desbate.....	D/H	13	1 950
Capinas.....	D/H	20	3 000
Irrigação.....	D/H	16	2 400
Pulverizações.....	D/H	13	1 950
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	26	3 900
C — Outros:			
Frete de fertilizantes.....	t	0,4	728

NOTA — A produtividade encontrada foi de 520 sacos de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 100,76.

ANEXO 30

ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, POR ÁREA, ATIVIDADE PRINCIPAL, EMPREGO DE ROTAÇÃO DE TERRAS UTILIZAÇÃO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO O NÚMERO DO QUESTIONÁRIO — 1980

(continua)

MUNICÍPIOS	NÚMERO DOS QUESTIONÁRIOS	CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO							VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)	
		Área (ha)	Atividade			Rotação de terras		Utilização de terras		
			Lavoura	Pecuária	Agropecuária	Sím	Não	Sím (1)		Não
Ceres.....	1	145,20	--	x	--	--	x	--	x	--
	2	7,26	x	--	--	--	x	--	x	46
	3	21,78	--	x	--	--	x	--	x	--
	4	5,81	x	--	--	--	x	x1	--	2
	5	14,52	--	--	x	--	x	x1	--	12
	6	41,14	--	x	--	--	x	x2	--	3
	7	58,08	x	--	--	--	x	--	x	--
	8	41,14	--	--	x	--	x	--	x	96
	9	26,62	--	x	--	--	x	x2	--	2
	10	48,40	--	x	--	--	x	--	x	--
	11	26,62	--	x	--	--	x	x2	--	--
	12	31,46	--	x	--	--	x	x2	--	--
	13	41,14	x	--	--	--	x	--	x	27
	14	217,80	--	x	--	--	x	--	x	1 500
	15	19,36	--	--	x	x	--	--	x	--
	16	19,36	--	x	--	--	x	x2	--	--
	17	21,78	x	--	--	--	x	--	x	3
	18	38,72	--	x	--	--	x	x2	--	6
	19	43,56	x	--	--	--	x	--	x	119
	20	67,76	--	x	--	--	x	x2	--	--
	21	53,24	x	--	--	--	x	--	x	--
Nerópolis.....	22	193,60	--	x	--	--	x	x5	--	--
	23	242,00	--	--	x	--	x	--	x	2
	24	79,86	--	--	x	x	--	--	x	80
	25	65,34	x	--	--	--	x	--	x	--
	26	82,28	--	x	--	--	x	--	x	--
	27	50,82	--	x	--	--	x	x	--	--
Nova Veneza.....	28	135,52	--	x	--	--	x	--	x	3
	29	111,52	--	x	--	--	x	--	x	2
	30	12,10	--	--	x	--	x	--	x	--
	31	23,23	x	--	--	--	x	x2	--	33
	32	27,59	x	--	--	--	x	x2	--	--
	33	16,94	x	--	--	--	x	x2	--	79
	34	9,68	x	--	--	--	x	x3	--	36
	35	31,46	--	--	x	x	--	x2	--	175
	36	24,20	--	x	--	--	x	x5	--	--
	37	9,68	x	--	--	--	x	--	x	2
Carmo do Rio Verde...	38	33,88	--	--	x	--	x	--	x	--
	39	18,39	x	--	--	--	x	x1	--	14
	40	9,68	x	--	--	--	x	x1	--	--
	41	179,08	--	--	x	--	x	--	x	246
	42	12,10	--	x	--	--	x	--	x	9
	43	174,24	--	x	--	--	x	--	x	246
	44	12,10	x	--	--	--	x	--	x	--
	45	41,14	--	x	--	--	x	x2	--	--
	46	36,30	x	--	--	--	x	--	x	--

ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, POR ÁREA, ATIVIDADE PRINCIPAL, EMPREGO DE ROTAÇÃO DE TERRAS UTILIZAÇÃO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO O NÚMERO DO QUESTIONÁRIO — 1980

(conclusão)

MUNICÍPIOS	NÚMERO DOS QUESTIONÁRIOS	CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO							VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)	
		Área (ha)	Atividade			Rotação de terras		Utilização de terras		
			Lavoura	Pecuária	Agropecuária	Sim	Não	Sim (1)		Não
Carmo do Rio Verde...	47	53,24	—	x	—	x	—	x ⁴	—	—
	48	12,10	x	—	—	—	x	x ³	—	—
	49	29,04	x	—	—	—	x	x ²	—	157
	50	41,14	x	—	—	—	x	—	x	38
	51	33,88	—	x	—	x	—	x ²	—	10
	52	16,94	x	—	—	x	—	—	x	—
Anápolis.....	53	154,88	x	—	—	—	x	—	x	123
	54	162,14	—	x	—	—	x	—	x	—
	55	38,72	x	—	—	—	x	—	x	(2)
	56	58,08	x	—	—	—	x	—	x	134
	57	24,20	—	—	x	—	x	—	x	12
	58	19,36	x	—	—	—	x	—	x	—
	59	19,36	x	—	—	—	x	—	—	172
	60	121,00	x	—	—	—	x	x ⁵	—	—
	61	16,46	x	—	—	—	x	—	x	65
	62	26,62	x	—	—	—	x	—	x	51
	63	87,12	—	x	—	—	x	—	x	6
	64	174,24	—	—	x	—	x	(2)x	—	110
	65	193,60	—	x	—	—	x	x	—	—
	66	169,40	x	—	—	—	x	—	x	62
	67	67,76	—	x	—	—	x	—	x	46
	68	48,40	—	x	—	—	x	—	x	10
	69	121,00	—	x	—	—	x	—	x	52
(3)70	29,04	—	—	—	—	—	—	—	—	
71	96,80	—	x	—	—	x	—	x	65	
72	14,52	x	—	—	—	x	—	x	(2)	
73	29,04	x	—	—	—	x	—	x	—	
Pires do Rio.....	74	179,08	—	x	—	—	x	x ⁵	—	—
	75	150,04	—	x	—	—	x	x ⁵	—	—
	76	169,40	—	x	—	—	x	x ⁵	—	—
	77	58,08	—	—	x	—	x	—	x	—
	(3)78	38,72	—	—	—	—	—	—	—	—
	79	113,74	—	x	—	x	—	—	x	—
	80	14,52	x	—	—	x	—	—	x	—
	81	38,72	—	x	—	—	x	—	x	—
	82	96,80	—	x	—	—	x	x ⁵	—	—
(3)83	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Posse.....	84	145,20	x	—	—	—	x	—	x	6
	85	145,20	x	—	—	—	x	—	x	2
	86	145,20	x	—	—	—	x	—	x	4
	87	48,40	x	—	—	—	x	—	x	0,25
	88	38,72	—	—	x	—	x	—	x	—
	89	48,40	x	—	—	—	x	—	x	6
	90	48,40	x	—	—	—	x	x ¹	—	12
	91	12,10	—	x	—	—	x	x ²	—	—

FONTE — Dados obtidos na pesquisa direta — 1980.

(1) x¹ — em parceria; x² — arrenda p/pasto; x³ — arrenda p/lavoura; x⁴ — arrenda p/lavoura e pasto; x⁵ — proprietário; (2) dado inutilizado; (3) estabelecimentos sem produção.

7 — BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de. — O Centro-Oeste. In: *Paisagens e Problemas do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1968, (Cap. 6).
- BECKER, Berth Koiffmann. — O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 28(2):129-56, abr./jun. 1966.
- CAMPENO, Antonio. — *Produção e Comercialização de Alimentos Básicos*. São Paulo, USP, 1978.
- CASTRO, Ana Célia et alii. — *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. Brasília, Ministério da Agricultura, CPDA/EIAP/FGV, BINAGRI, 1979.
- CASTRO, Armando Barros de. — *Aspectos da Inter-dependência Econômica entre a Estrutura de Consumo e a Comercialização Agrícola*. Tese de doutorado, Piracicaba, ESALG/USP, 1972.
- CLEVES, Afonso. — Programação do abastecimento municipal, *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, IBAM, 104, jan./fev. 1979.
- COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: ESTRUTURA DE MERCADO E FORMAÇÃO DE PREÇOS. São Paulo, FIFE, 1979.
- COMERCIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS. Campinas, INCRA/UNICAMP, 1977.
- DINIZ, José Alexandre Felzola et alii. — Brasília e sua periferia: problemas de relacionamento. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 33(242):40-7, set./out. 1974.
- FARRET, Ricardo & SANTANA, R. N. Monteiro. — *A Rede Urbana da Região Geoeconômica de Brasília*. Brasília, Convênio FUB/SUDECO, 1973.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa & PAVIANI, Aldo. — As correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 35(3):133-60, jul./set. 1973.
- . Cidades satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 33(242):31-9, set./out. 1974.
- . Migração: problema e crescimento urbano no Distrito Federal brasileiro. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 32(235):5-15, jul./ago. 1973.
- . Brasília: organização interna da cidade. *Revista Brasileira de Planejamento*, Porto Alegre, (4), maio/jun. 1977.
- FIGUEIREDO, Vilma. — A intensificação da agro-empresa, no Distrito Federal. In: *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio. — *Subsistência, Excedente e Mercado: o Caso dos Pequenos Produtores da Zona da Mata Sul de Pernambuco*. Rio de Janeiro, CPDA/EIAP/FGV, BINAGRI, 1977 (mimeo).
- KELLER, Elza Coelho de Souza & MAGNANINI, Ruth Lopes da Cruz. — População. In: *Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste*, Rio de Janeiro, IBGE, (4):113-90, 1977.
- LINHARES, Maria Yeda Leite. — *História do Abastecimento, uma Problemática em Questão (1530-1918)*. Brasília, BINAGRI, 1979.
- LOPES, Juarez Brandão. — *Desenvolvimento e Migração, uma Abordagem Histórico-Estrutural*. Estudos CEBRAP, (6), São Paulo, 1976.
- MESQUITA, Miriam. — Aspecto geográfico do abastecimento do Rio de Janeiro em gêneros alimentares de base. In: *Aspectos da Geografia Carioca*, Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1962.
- MOURA, Maria Conceição A. — Da necessidade do assalariamento — projeto de intercâmbio de pesquisa social em agricultura. *Boletim Informativo 2*, Rio de Janeiro, 1979.
- PAIVA, Ruy Miller. — Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade, e dos preços do setor agrícola do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, (2, 3), 1966.
- PÉBAYLE, Raymond. — A área rural do Distrito Federal brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 33(1):39-83, jan./mar. 1971.
- PRADO JUNIOR, Caio. — *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

- PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROPECUÁRIO — ESTUDOS DE MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO. *Relatório Técnico*, 3, Distrito Federal, Convênio SEPLAN/GDF, 1968.
- QUEDA, Oriovaldo et alii. — *Contribuição ao Estudo da Produção dos Alimentos Básicos no Brasil*. Piracicaba, MA/ESALQ/USP, 1977.
- RELATÓRIO REGIONAL — REGIÃO CENTRO-OESTE. — In: PENSAGRI, Versão preliminar. Rio de Janeiro, CPDA/SUPLAN, 1978.
- SILVA, Geraldo J. da Rosa e. — Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 26(3):291-457, 1964.
- SILVA, José Francisco Graziano da. — *Estrutura Fundiária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- & QUEDA, Oriovaldo. — Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. In: *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, 1977.
- SILVA, Sérgio. — Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, : 7-24, 1977 (Coleção Estudos Brasileiros, 7).
- SINGER, Paul. — Introdução. In: *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, Hucitec, : 1-6, 1977 (Coleção Estudos Brasileiros, 7).
- STEIN, Leila et alii. — *As Novas Formas de Trabalho Assalariado e as Transformações da Agricultura Brasileira*. UNESP, Campus de Botucatu, 1977 (mimeo).
- TAVARES, R. Magalhães. — Problemas de comercialização nos centros urbanos. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, IBAM, set./out. 1974.
- VALVERDE, Orlando & DIAS, Catarina V. — *A Rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE, 1968.
- VELHO, Otávio Guilherme. — *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Difel, 1976.
- VOLPI, Julio Cesar. — O abastecimento metropolitano e a produção agrícola. *Revista Brasileira de Planejamento* (5), Porto Alegre, 1977.
- WAIBEL, Leo. — Uma viagem de reconhecimento ao Sul do Brasil. In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, Rio de Janeiro, 1958 (Cap. 7).

RESUMO

Esta pesquisa, realizada no período de 1979 a 1982, na Região Geoeconômica de Brasília, visou o conhecimento da organização da atividade agrária na Região e dos fatores que impedem a expansão de sua produção agrícola. Embora existam na Região áreas agrícolas voltadas para a produção de alimentos básicos e hortícolas, estas não participam, de maneira significativa, do efetivo suprimento do mercado consumidor de Brasília (*Plano Piloto e Cidades Satélites*), que é, ainda, muito dependente de outras áreas produtoras do País, notadamente de São Paulo e de Minas Gerais.

A medida que canais de comercialização entre essas áreas e Brasília se consolidaram, os pequenos produtores da Região, principalmente aqueles voltados para a produção de hortícolas, se viram excluídos ou foram impedidos de ingressar nesse circuito de comercialização, o que muitas vezes provocou o abandono de terras ou a mudança de atividade econômica, numa expectativa de melhoria de vida.

Este trabalho foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 08 de junho de 1983 para ser editado em forma de livro. Posteriormente, em 1984, atendendo a recomendação da Comissão Editorial — CE foi incluído, neste número, como artigo.